

# AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA POBREZA

NA INFÂNCIA E NA  
ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

ESTUDO COMPLETO

unicef   
para cada criança





---

# AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA POBREZA

NA INFÂNCIA E NA  
ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

ESTUDO COMPLETO

unicef  para cada criança

Brasília, 2023

## REALIZAÇÃO



### Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

**Youssef Abdel-Jelil** – Representante do UNICEF no Brasil

**Paola Babos** – Representante adjunta para Programas

**Sonia Yeo** – Chefe de Comunicação e Parcerias

**Liliana Chopitea** – Chefe de Políticas Sociais, Monitoramento e Avaliação

**Núcleo editorial:** Boris Diechtiareff, Elisa Meirelles Reis, Liliana Chopitea, Santiago Varella, Sonia Yeo e Willian Wives

**Condução do estudo:** Daniel Vasconcellos Archer Duque, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV IBRE)

### Agradecimentos

Para a elaboração desta publicação, foram entrevistados(as) diversos(as) especialistas nacionais e estrangeiros, que nos concederam entrevistas exclusivas entre setembro de 2022 e fevereiro de 2023. Também contamos com o suporte de chefes de área, consultores(as) e equipes de comunicação do UNICEF, além do apoio de dezenas de profissionais, organizações e famílias, incluindo crianças e adolescentes. A todos(as) nosso muito obrigado.

### Equipe UNICEF

Judith Léveillé (chefe do escritório do UNICEF em Belém) e Yldson Macias, consultor de Proteção Social do UNICEF no Pará; Dennis Christian Larsen, chefe do escritório do UNICEF no Recife; Julia Ferreira Kacowicz e Kassia Ribeiro, do escritório do UNICEF no Recife; Luciana Phebo, chefe do escritório do UNICEF no Rio de Janeiro; Cristina Albuquerque, chefe da unidade de Saúde e HIV/aids do UNICEF Brasil; Regicely Aline Brandão, consultora em Nutrição do UNICEF Brasil; Mônica Dias Pinto, chefe de Educação do UNICEF Brasil; Gregory Bult, Rodrigo Resende e Raul Guerrero, da área de Água, Saneamento e Higiene (WASH), do UNICEF Brasil; Mário Volpi, chefe de Desenvolvimento e Participação de Adolescentes do UNICEF Brasil; Rosana Vega, chefe de Proteção da Criança do UNICEF Brasil; Luana Ribeiro Piotto, da equipe de Comunicação do UNICEF Brasil; Bruno Viécili, Ida Pietricovsky de Oliveira e Immaculada Prieto, especialistas em Comunicação do UNICEF no Recife, em Belém e no Rio de Janeiro, respectivamente.

### Organizações e profissionais

**Pará:** Adria Lucia Tavares da Trindade, secretária de Trabalho e Promoção Social de Santa Izabel do Pará; Gely Santos e Carla Souza, assistentes sociais da Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social de Santa Izabel do Pará; e Sonia Elídia Reis Mota, secretária de Meio Ambiente e Turismo de Acará. **Pernambuco:** Graça Lima, coordenadora de projetos; Cleide Moraes e David Gonzaga, especialistas da Associação de Defesa da Educação, Saúde e Assistência Social (Asserte); Pedro Henrique Soares Ribeiro, coordenador de projetos da Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (Etapas); e Joelma Lima, líder comunitária e coordenadora do Centro Comunitário Mário Andrade. **Rio de Janeiro:** Andrea Pulici, coordenadora da Coordenação Técnica de Projetos Especiais do Instituto Pereira Passos (IPP); Bianca Medina, assistente social do IPP e coordenadora do Programa Territórios Sociais; Gabrielle de Assis Garofalo, Marcus Vinicius Moraes Dantas e Núbica Caetano, coordenadores da equipe de campo do Programa Territórios Sociais, do IPP; Paulo Fernandes da Silva, presidente da Comunidade Chapadinho; e Jéssica Caetano Rodrigues, coordenadora do Projeto Leões de Cristo/Chapadinho.

### Especialistas

Também gostaríamos de agradecer a colaboração de: Luana Siewert Pretto e Aymeê Gurjão, do Instituto Trata Brasil; Ricardo Henriques, Guilherme França Corrêa e Giedra Fontoura Lopes, do Instituto Unibanco; Edineide Almeida, Joana Saraiva e Luiz

Miguel Martins Garcia, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); Marco Natalino, Paulo Meyer Nascimento, Teocris de Souza, Eduardo Saback e Rute Imanishi Rodrigues, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Naercio Menezes Filho, professor titular e diretor do Centro de Pesquisa Aplicada à Primeira Infância (CPAPI) do Insper, e professor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA-USP); Maria Cláudia Falcão e Denise Marinho dos Santos, da Organização Internacional do Trabalho (OIT); Léó Heller, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para os direitos humanos a água e saneamento (2014-2020); Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV Social) e Márcia Gomes (FGV); Francisco Coullanges Xavier, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Ricardo Paes de Barros e Laura Almeida Ramos de Abreu, do Insper; Marcelo Pedra, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/Brasília); Sílvia Maria Schor, da FEA-USP; Eduardo Rigonati, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe); Paulo Afonso Garrido de Paula, procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) e um dos autores do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); James Heckman e Abigail Schmidt-Brown, da Universidade de Chicago.

## PRODUÇÃO EDITORIAL



cross content

### Cross Content Comunicação

**Andréia Peres e Marcelo Bauer** – Coordenadores editoriais

**Andréia Peres e Carmen Nascimento** – Editoras de texto

**Heloisa Brenha Ribeiro** – Editora-assistente

**Heloisa Brenha Ribeiro, Lilian Saback e Mauri König** – Repórteres

**Érico Melo e Luciane Gomide** – Checador e revisora

**Vitor Moreira Cirqueira** – Editor de arte

**Roberta Fabruzzi** – Editora de vídeos

**Gabriela Portilho e Sérgio Moraes** – Fotógrafos (fotos e vídeos)

**Gabriel Marzinotto e João Menezes** – Técnicos de áudio

**Pietra Bastos** – Assistente de projetos (redes sociais)

## APOIO



FUNDAÇÃO VALE

### Fundação Vale

A Fundação Vale apoiou o UNICEF na realização do estudo *As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil*.

Foto da capa: © UNICEF/BRZ/Sérgio Moraes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil : estudo completo / coordenação Boris Diechtiareff...[et al.]. -- Brasília, DF : UNICEF, 2023.

Outros coordenadores: Daniel Vasconcellos Archer Duque, Elisa Meirelles Reis, Liliana Chopitea, Santiago Varella, Sonia Yeo, Willian Wives.  
ISBN 978-65-89933-08-3

1. Desigualdade social 2. Direitos sociais - Brasil 3. Pobreza - Aspectos sociais I. Diechtiareff, Boris. II. Duque, Daniel Vasconcellos Archer. III. Reis, Elisa Meirelles. IV. Chopitea, Liliana. V. Varella, Santiago. VI. Yeo, Sonia. VII. Wives, Willian.

23-150162

CDD-361.25

Índices para catálogo sistemático:

1. Pobreza : Política social : Bem-estar social  
361.25

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

## ABREVIATURAS E SIGLAS

**Anvisa** — Agência Nacional de Vigilância Sanitária

**Asserte** — Associação de Defesa da Educação, Saúde e Assistência Social

**Ceasa-PE** — Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco

**Ceasa-RJ** — Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro

**Cgan** — Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição

**Codeplan** — Companhia de Planejamento do Distrito Federal

**Coneval** — Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (México)

**CPAPI** — Centro Brasileiro de Pesquisa Aplicada à Primeira Infância

**Cras** — Centro de Referência de Assistência Social

**ECA** — Estatuto da Criança e do Adolescente

**Etapas** — Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social

**FEA-USP** — Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo

**FGV EPGE** — Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas

**FGV IBRE** — Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas

**FGV Social** — Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas

**Fiocruz** — Fundação Oswaldo Cruz

**Fipe** — Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

**Funai** — Fundação Nacional dos Povos Indígenas

**GSC&A** — Gasto Social com Crianças e Adolescentes

**IBGE** — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDF** — Índice de Desenvolvimento da Família

**IHAC** — Iniciativa Hospital Amigo da Criança

**Ipea** — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**Ipec** — Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica

**IPP** — Instituto Pereira Passos

**MEC** — Ministério da Educação

**MPSP** — Ministério Público do Estado de São Paulo

**MS** — Ministério da Saúde

**NBCAL** — Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras

**ODS** — Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

**OIT** — Organização Internacional do Trabalho

**OMS** — Organização Mundial da Saúde

**ONU-Habitat** — Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

**PIB** — Produto Interno Bruto

**Pnad Contínua** — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

**Pnae** — Programa Nacional de Alimentação Escolar

**Pnaic** — Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

**PNE** — Plano Nacional de Educação

**POF** — Pesquisa de Orçamentos Familiares

**Prodasen** — Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado

**Rede Penssan** — Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

**Saeb** — Sistema de Avaliação da Educação Básica

**Sesai** — Secretaria Especial de Saúde Indígena

**Siafi** — Sistema Integrado de Administração Financeira

**Siga Brasil** — Sistema de Informações Orçamentárias Gerenciais Avançadas

**Suas** — Sistema Único de Assistência Social

**Undime** — União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

**UNFPA** — Fundo de População das Nações Unidas

**UNICEF** — Fundo das Nações Unidas para a Infância

**WASH** — Water, Sanitation and Hygiene | Água, Saneamento e Higiene



Apresentação

**CENÁRIO DE PRIVAÇÕES É GRAVE,  
PERSISTENTE E MARCADO POR  
DESIGUALDADES**

**6**

Capítulo 1 – Metodologia

**SOBRE O ESTUDO**

**8**

Capítulo 2 – Resultados gerais

**MAIS DE 60% DAS CRIANÇAS E  
DOS(AS) ADOLESCENTES TÊM UM OU  
MAIS DIREITOS PRIVADOS NO PAÍS**

**14**

Capítulo 3 – Resultados por dimensão

**ALIMENTAÇÃO, EDUCAÇÃO E RENDA  
PIORAM DURANTE A PANDEMIA**

**24**

**26** Alimentação

**62** Moradia

**36** Renda

**66** Água

**44** Educação

**68** Saneamento

**54** Trabalho infantil

**76** Informação

Capítulo 4 – Conclusões e recomendações

**O ENFRENTAMENTO DA POBREZA  
MULTIDIMENSIONAL**

**80**

**ANEXO**

**90**

# CENÁRIO DE PRIVAÇÕES É GRAVE, PERSISTENTE E MARCADO POR DESIGUALDADES

**C**onduzido em 2022 pelo UNICEF, o estudo *As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil*, cuja versão completa você tem agora em mãos, traz dados graves que demandam a atenção de toda a sociedade brasileira. Antes mesmo da pandemia de covid-19, a pobreza na infância e na adolescência, em suas múltiplas dimensões, já alcançava seis em cada dez crianças e adolescentes de até 17 anos no País. Em números absolutos, eram cerca de 32 milhões de meninos e meninas, do total de 50,8 milhões, segundo análise do UNICEF com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) de 2019. Esse número é equivalente a pouco mais que a soma do total de habitantes das sete cidades mais populosas do Brasil.<sup>1</sup>

A pobreza multidimensional a que esse dado se refere é diferente do entendimento tradicional da pobreza monetária. Ela é resultado da inter-relação entre privações, exclusões e diferentes vulnerabilidades a que meninos e meninas estão expostos(as).

Este estudo, realizado com base em dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utiliza oito indicadores, selecionados de acordo com a disponibilidade de dados, para analisar a pobreza multidimensional na infância e na adolescência no Brasil: educação, alimentação, renda, proteção contra o trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação.

Dados relacionados às dimensões de alimentação, educação e renda indicam que o número de crianças e adolescentes privados(as) de

seus direitos aumentou durante a pandemia agravando ainda mais esse cenário.

Entre 2020 e 2021, o percentual de meninos e meninas privados(as) da renda necessária para uma alimentação adequada no País passou de 16,1% para 25,7%. O analfabetismo também voltou a subir, assim como as privações de renda.

Em 2022, o percentual de crianças e adolescentes com alguma privação em relação ao direito à alfabetização dobrou em relação a 2020, passando de 1,9% para 3,8%, segundo estimativas do estudo obtidas com base na Pnad Contínua Trimestral e considerando o segundo trimestre de cada ano para o cálculo.

O percentual de famílias com renda abaixo da linha de pobreza monetária extrema também alcançou o maior nível dos últimos cinco anos, em 2021: 16,1% (ante 13,8%, em 2017).

Com exceção de trabalho infantil, que tem dados até 2019, outras quatro dimensões (água, saneamento, moradia e informação) possuem dados até 2020. Depois disso não puderam ser atualizados, devido a dificuldades na coleta de dados pelo IBGE durante a pandemia de covid-19. Mesmo sem essa atualização, o cenário ainda se mostrou grave.

Entre 2017 e 2020, apenas o indicador de acesso à informação apresentou melhora significativa. Proteção contra o trabalho infantil e acesso à moradia ficaram relativamente estáveis, mas em níveis de privação elevados. Em relação a água e saneamento, os avanços foram tímidos e insuficientes.



<sup>1</sup> Segundo estimativas realizadas pelo IBGE com base em dados preliminares coletados até dezembro de 2022 pelo Censo, as cidades mais populosas do Brasil são: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Salvador (BA), Fortaleza (CE), Belo Horizonte (MG) e Manaus (AM). Juntas, elas somam 31.403.951 habitantes.



© UNICEF/BRZ/Sérgio Moraes

Em todas as dimensões, as desigualdades raciais e regionais persistiram de forma preocupante. Como acontece com outros indicadores, os grupos mais impactados são, em geral, os(as) negros(as) e indígenas e as populações das regiões Norte e Nordeste.

Os desafios não são recentes, como apontam as análises históricas, feitas pelo estudo com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/2009 e 2017/2018.<sup>2</sup> Refletem questões estruturais do País, como as desigualdades raciais e regionais, que já chamavam atenção antes da pandemia, mas se agravaram nos últimos anos.

Por trás dos números, há histórias como a da família de Inara Macário e Carlos Braga (*foto da capa, reproduzida acima*) e de outras famílias que vivem múltiplas privações de direitos no dia a dia. A publicação também traz dados da situação no Brasil, por unidade da Federação, cor/raça e gênero, e análises que permitem mapear cada uma das dimensões da pobreza na infância e na adolescência avaliadas neste estudo exclusivo do UNICEF. Ao todo, foram ouvidos(as) 109 especialistas de diversas áreas, pais, mães, crianças e adolescentes, para traçar um retrato da pobreza multidimensional hoje no País.



**Para enfrentar a pobreza multidimensional na infância e na adolescência, o Brasil precisa priorizar políticas públicas intersetoriais e destinar a elas os recursos necessários ”**

O cenário atual requer medidas urgentes e a priorização das políticas sociais intersetoriais, que possam contar com os recursos públicos necessários e vindos de fontes sustentáveis.

Para que o Brasil possa garantir a todos(as) e a cada um(a) de nossos(as) meninos e meninas seus direitos básicos, expressos na Convenção sobre os Direitos da Criança, na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, é preciso que governos federal, estaduais e municipais, empresas e sociedade civil unam esforços no enfrentamento à pobreza multidimensional, reiterando o compromisso do País com a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de não deixar ninguém para trás. Caso contrário, o presente e o futuro de milhões de crianças e adolescentes estarão em risco.



© UNICEF

**Youssouf Abdel-Jelil**  
Representante do  
UNICEF no Brasil

<sup>2</sup> A POF foi usada neste estudo porque proporciona uma visão histórica das dimensões consideradas, já que a Pnad Contínua é mais recente e não possibilita esse mesmo panorama. Sua utilização também permitiu uma análise da dimensão alimentação, que não é coberta de maneira sistemática pela Pnad Contínua.



Caroline Carvalho, de 18 anos, e a bebê Helena Vitória, de 8 meses, do Rio de Janeiro. A adolescente parou de estudar quando a menina nasceu

## 1

# SOBRE O ESTUDO

*Em 2018, o UNICEF publicou o primeiro estudo sobre a pobreza multidimensional na infância e na adolescência no Brasil. Embora mantenha os mesmos critérios de privações, o estudo que você tem agora em mãos traz mudanças metodológicas importantes, que vão permitir o monitoramento periódico dos dados a partir de agora, mas inviabilizam comparações com a pesquisa anterior*

O primeiro estudo do UNICEF Brasil sobre pobreza multidimensional na infância e na adolescência no País foi publicado em 2018, com base em dados do período de 2005 a 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Intitulado *Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil*,<sup>3</sup> o relatório analisou a renda familiar de meninos e meninas de até 17 anos, bem como o acesso deles(as) a sete direitos básicos: educação, alimentação, água, saneamento, moradia, informação e proteção contra o trabalho infantil.

Este novo estudo, embora mantenha os mesmos critérios, traz mudanças metodológicas significativas. A primeira delas é relativa às fontes de dados. Em vez da Pnad, utiliza-se como base principal a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) de 2017 a 2019/2020/2021/2022, dependendo da disponibilidade dos dados para cada indicador (*conforme detalhado adiante*).

Para análises históricas sobre os avanços e desafios relacionados à última década (2009-2018) ou em casos específicos, como o da dimensão alimentação, usa-se a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), também do IBGE, de 2008/2009 e de 2017/2018.

A Pnad de periodicidade anual foi encerrada pelo IBGE em 2016, com a divulgação das informações referentes a 2015. Ela foi substituída, com metodologia atualizada, pela Pnad Contínua, que propicia uma cobertura territorial mais abrangente e disponibiliza informações conjunturais trimestrais.

Com a adaptação da metodologia do UNICEF à Pnad Contínua, será possível fazer o acompanhamento periódico dos indicadores, comparando e monitorando os dados para identificar avanços e retrocessos e para cobrar dos gestores políticas eficientes de enfrentamento da pobreza multidimensional.

No entanto, as diferenças de metodologia e de amostragem entre a pesquisa atual e a divulgada em 2018 inviabilizam a comparação deste novo estudo com o anterior.

## A Pnad Contínua

Como a Pnad, a Pnad Contínua contém informações sociodemográficas das famílias, incluindo educação, moradia e renda, o que permite um estudo aprofundado do desenvolvimento socioeconômico do País. Além disso, ela possibilita a investigação contínua dos indicadores conjunturais de trabalho e rendimento. Diferentemente da Pnad, que era realizada anualmente no mês de setembro, a

<sup>3</sup> UNICEF. *Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil*. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/bem-estar-e-privacoes-multiplas-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil>.

Pnad Contínua é feita trimestralmente, com caráter longitudinal. Cada domicílio é pesquisado uma vez a cada três meses, durante cinco períodos consecutivos.

A coleta é tradicionalmente realizada de forma presencial nos domicílios selecionados. Entre março de 2020 e julho de 2021, porém, a captação de informações da pesquisa foi feita por telefone, em função da pandemia de covid-19.

No presente estudo, a pesquisa combinou informações da primeira entrevista da Pnad Contínua, que tem dados relacionados aos domicílios (informação, moradia, água e saneamento) com os da quinta entrevista, que oferece resultados de trabalho infantil. Já os indicadores de renda e de educação são encontrados em ambas as entrevistas. Para garantir que os domicílios estudados são ocupados pelas mesmas famílias, foi feito ainda um cuidadoso trabalho na base de dados, considerando apenas os domicílios em que há pelo menos um indivíduo com a mesma data de nascimento nas duas entrevistas.

Em relação à educação, o estudo conseguiu estimar o percentual de crianças e adolescentes privados(as) de algum direito nessa dimensão, em 2022, comparando o segundo trimestre de cada ano, por meio da Pnad Contínua Trimestral, que coleta dados nessa área.

### A POF

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) possui, além de dados comuns à Pnad Contínua, informações sobre consumo e alimentação. Ela é realizada em períodos irregulares, entre a segunda metade de um ano e a primeira do outro.

A POF avalia as estruturas de consumo, gastos, rendimentos, bem como parte da variação patrimonial das famílias oferecendo um perfil das condições de vida da população a partir da análise dos orçamentos domésticos. Além das informações diretamente associadas à estrutura orçamentária, são também investigadas várias características dos domicílios e das famílias, incluindo a autoavaliação subjetiva sobre qualidade de vida e alimentação.

Os resultados da pesquisa possibilitam, ainda, estudar a composição dos gastos das famílias segundo as classes de rendimentos, as disparidades regionais e as situações urbana e rural. A pesquisa tem como unidade de investigação o domicílio, e é realizada por amostragem.

O uso da POF para pobreza infantil multidimensional<sup>4</sup> acontece pela primeira vez neste estudo, com suas edições de 2008/2009 e de 2017/2018. Ao cobrir a última década, a POF permite uma análise mais detalhada de determinados aspectos ao longo do tempo que a Pnad Contínua, por ser mais recente, não possibilita.

### A pandemia e a interrupção da coleta de dados

Uma questão metodológica importante a ser considerada é de que, em função das restrições impostas pela pandemia e considerando as dificuldades de coleta durante esse período, o IBGE optou por não divulgar alguns dados específicos referentes às Pnads Contínuas de 2020 e 2021, de forma a garantir o rigor estatístico, o que acabou reduzindo a oferta de dados. Com isso, a investigação sobre os efeitos da pandemia sobre a pobreza multidimensional na infância e na adolescência se restringiu a educação, alimentação e renda, para as quais foi possível atualizar os dados.

Moradia, água, saneamento e informação só têm dados até 2020. Sobre trabalho infantil, só há números até 2019.

### Intensidade das privações

Além de mapear as múltiplas dimensões da pobreza, o presente estudo, como o anterior, também categoriza as privações em:



<sup>4</sup>A Convenção sobre os Direitos da Criança, da ONU, considera criança toda pessoa com menos de 18 anos de idade. No Brasil, a pobreza infantil multidimensional refere-se a crianças e adolescentes.



## Dimensões da pobreza na infância e na adolescência

DIMENSÃO	SEM PRIVAÇÃO	PRIVAÇÃO INTERMEDIÁRIA	PRIVAÇÃO EXTREMA	FONTE
 <b>ALIMENTAÇÃO</b>	Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em um domicílio cuja renda familiar se encontra acima do considerado suficiente para alimentação apropriada e com padrão de alimentação apropriado	Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em um domicílio cuja renda familiar se encontra abaixo do considerado suficiente para alimentação, mas o padrão de alimentação é considerado apropriado pela própria família	Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em um domicílio cuja renda familiar se encontra abaixo do considerado suficiente para alimentação, e o padrão de alimentação não é considerado apropriado pela própria família	Pnad Contínua 2018-21 POF 2008/9-17/18
 <b>RENDA</b>	Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em um domicílio cuja renda familiar se encontra acima da linha de pobreza monetária	Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em um domicílio cuja renda familiar se encontra abaixo da linha de pobreza monetária <sup>5</sup>	Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em um domicílio cuja renda familiar se encontra abaixo da linha de pobreza monetária extrema <sup>6</sup>	Pnad Contínua 2016-21 POF 2008/9-17/18
 <b>EDUCAÇÃO</b>	Criança e adolescente em idade escolar que frequentam escola sem atraso e sabem ler e escrever	Criança e adolescente de 9-17 anos que frequentam escola, mas com atraso  Criança maior de 7 anos e adolescente analfabetos(as) que frequentam um estabelecimento educacional	Criança e adolescente de 4-17 anos que não frequentam um estabelecimento educacional  Criança maior de 7 anos e adolescente analfabetos(as) que não frequentam um estabelecimento educacional	Pnad Contínua 2016-22 POF 2008/9-17/18  Pnad Contínua 2016-22 POF 2008/9-17/18
 <b>TRABALHO INFANTIL</b>	Criança de 5-9 anos que não trabalhou ou realizou tarefas domésticas até nove horas na semana de referência  Criança e adolescente de 10-13 anos que não trabalharam ou realizaram tarefas domésticas por mais de 14 horas na semana de referência  Adolescente de 14-17 anos que trabalha por até 20 horas	Criança de 5-9 anos que realizou tarefas domésticas entre 10 e 20 horas durante a semana de referência  Criança e adolescente de 10-13 anos que trabalharam por 14 horas ou realizaram tarefas domésticas entre 15 e 20 horas durante a semana de referência  Adolescente de 14-17 anos que trabalhou entre 21 e 30 horas ou realizou tarefas domésticas entre 21 e 30 horas durante a semana de referência	Criança de 5-9 anos que trabalhou ou realizou tarefas domésticas durante mais de 20 horas durante a semana de referência  Criança e adolescente de 10-13 anos que trabalharam por mais de 14 horas ou realizaram tarefas domésticas durante mais de 20 horas durante a semana de referência  Adolescente de 14-17 anos que trabalhou por mais de 30 horas ou realizou tarefas domésticas por mais de 30 horas na semana de referência	Pnad Contínua 2016-19  Pnad Contínua 2016-19  Pnad Contínua 2016-19
 <b>MORADIA</b>	Criança e adolescente de 0-17 anos em lar com três ou menos pessoas por dormitório, tetos e paredes de material adequado	Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em uma casa com quatro pessoas por dormitório, ou cujas paredes são de material inadequado, como madeira aproveitada	Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em uma casa com mais de quatro pessoas por dormitório, ou cujas paredes e teto são de material inadequado, como madeira aproveitada	Pnad Contínua 2016-20 POF 2008/9-17/18
 <b>ÁGUA</b>	Criança e adolescente de 0-17 anos em uma casa com acesso à água internamente, procedente de fonte segura  Criança e adolescente de 0-17 anos em lar com água dentro de casa, procedente de rede geral	Criança e adolescente de 0-17 anos que habitam uma residência que receba água canalizada somente no terreno/área externa da propriedade  Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em uma casa com acesso à água internamente, mas cuja procedência é de poço, fonte ou nascente	Criança e adolescente de 0-17 anos que habitam uma residência que não recebe água canalizada  Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em uma casa com acesso à água internamente, mas cuja procedência é de água da chuva armazenada ou sem procedência conhecida	Pnad Contínua 2016-20  POF 2008/9-17/18
 <b>SANEAMENTO</b>	Criança e adolescente 0-17 anos que vivem em lar com banheiro de uso exclusivo e fossa séptica ou descarga na rede coletora ou pluvial	Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em casa com banheiro compartilhado ou com fossa rudimentar	Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em casa sem banheiro ou com vala a céu aberto	Pnad Contínua 2016-20 POF 2008/9-17/18
 <b>INFORMAÇÃO</b>	Criança e adolescente de 9-17 anos que acessaram a internet no último ano	Criança e adolescente de 9-17 anos que não tiveram acesso à internet no último ano em casa, mas tinham uma televisão em casa	Criança e adolescente de 9-17 anos que não tiveram acesso à internet no último ano em casa, nem tinham uma televisão em casa	Pnad Contínua 2016-20 POF 2008/9-17/18

<sup>5</sup> Equivale à linha de pobreza internacional do Banco Mundial (5,5 dólares por dia).

<sup>6</sup> Equivale à linha de pobreza extrema internacional do Banco Mundial (1,9 dólar por dia).



Crianças observam vala a céu aberto, em Recife. Em Pernambuco, 42,1% das crianças e dos(as) adolescentes tinham alguma privação na área de saneamento, em 2020, segundo dados da Pnad Contínua analisados pelo estudo

## Um conceito que surgiu nos anos 1970

O interesse pela medição da pobreza com um enfoque que considere outras variáveis além da renda surgiu em meados da década de 1970. Nessa época, começaram a aparecer estudos que buscavam extrapolar a análise do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* como medida do desenvolvimento.<sup>7</sup>

Isso levou à criação de propostas para que fossem consideradas pobres as famílias e as pessoas que apresentavam necessidades básicas insatisfeitas ou renda insuficiente para adquirir uma cesta de bens e serviços – ou ambas as privações simultaneamente. Essas contribuições estão na origem do que viria a se desenvolver posteriormente como o conceito de multidimensionalidade da pobreza.

A literatura sobre pobreza multidimensional cresceu substancialmente nos últimos 20 anos. Por um lado, muitos países reconheceram as vantagens desse novo enfoque, principalmente porque permite avaliar o bem-estar da população de maneira completa e clara. Por outro lado, possibilita identificar os vazios de políticas e dessa maneira priorizar o que falta.

Na América Latina, o primeiro estudo sobre pobreza multidimensional foi realizado em 2009.<sup>8</sup> México e Colômbia foram os países pioneiros na implementação de medidas de pobreza multidimensional. O México introduziu o tema aprovando a Lei Geral de Desenvolvimento Social, em janeiro de 2004. Como consequência dessa lei, foi criado em 2005 o Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (Coneval), organismo que desenhou a medição multidimensional. A produção dos dados pelo Coneval ocorre a cada dois anos em nível nacional e estadual, e a cada cinco anos em nível municipal.<sup>9</sup>

Em seguida, surgiram iniciativas também na Costa Rica, no Equador e em El Salvador. No Brasil, o estado de Minas Gerais implementou em 2011 uma medição de pobreza multidimensional em 132 de seus municípios, para ajustar seu programa de combate e superação da pobreza, denominado Travessia.

Um dos primeiros documentos brasileiros a fazer referência à medição da pobreza no Brasil a partir de uma perspec-

<sup>7</sup> Um estudo mais aprofundado sobre o histórico do conceito de pobreza multidimensional pode ser encontrado na publicação do UNICEF *Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil*, de 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/bem-estar-e-privacoes-multiplas-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil>.

<sup>8</sup> BATTISTON, D. et al. *Income and Beyond: Multidimensional Poverty in Six Latin American Countries*. Working Paper n. 17. Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI), 2009. Disponível em: <http://www.ophi.org.uk/>.

<sup>9</sup> Os resultados são públicos e podem ser conferidos em: [https://www.coneval.org.mx/Medicion/MP/Paginas/Pobreza\\_2020.aspx](https://www.coneval.org.mx/Medicion/MP/Paginas/Pobreza_2020.aspx).



tiva multidimensional é o *Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)*.<sup>10</sup>

Nos últimos anos, as medições de pobreza multidimensional – sejam elas específicas da infância, sejam relativas à população como um todo – passaram a ser mais frequentes em diversos países.

A publicação *As medições multidimensionais da pobreza infantil na América Latina, Caribe e em nível internacional* (2019), do escritório regional do UNICEF para a América Latina localizado no Panamá,<sup>11, 12</sup> faz um resumo de 64 experiências de pesquisa nesse campo para o conjunto da população e para as crianças. De acordo com o documento, no momento da análise, 19 países ou territórios da região possuíam estudos

nacionais – oficiais, não oficiais ou acadêmicos – que examinavam a pobreza multidimensional. Se contarmos todos os locais para os quais há dados internacionais de pobreza multidimensional, chega-se a 132 países e territórios.

O UNICEF participa de vários desses esforços e, com ajuda de parceiros locais, tem produzido indicadores e análises sobre pobreza multidimensional em diferentes países. É o caso dos estudos *A criança em Angola: Uma análise multidimensional da pobreza infantil*,<sup>13</sup> *Entendendo a pobreza infantil multidimensional no Egito*,<sup>14</sup> *Pobreza monetária e privações não monetárias na Argentina*<sup>15</sup> e, no caso do nosso País, o documento que antecedeu o presente estudo, *Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil*,<sup>16</sup> de 2018.

<sup>10</sup> BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de; FRANCO, S. O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF). *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, Texto para Discussão n. 986, Rio de Janeiro, 2003.

<sup>11</sup> UNICEF. *Las mediciones multidimensionales de pobreza infantil en América Latina y el Caribe y a nivel internacional*. Panamá, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/lac/informes/las-mediciones-multidimensionales-de-pobreza-infantil-en-alc-y-a-nivel-internacional>.

<sup>12</sup> Publicações estrangeiras citadas tiveram seus títulos traduzidos livremente para o português neste texto.

<sup>13</sup> UNICEF. *A criança em Angola: Uma análise multidimensional da pobreza infantil*. Angola, 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/angola/relatorios/crian%C3%A7a-em-angola-uma-an%C3%A1lise-multidimensional-da-pobreza-infantil>.

<sup>14</sup> UNICEF. *Understanding Child Multidimensional Poverty in Egypt*. Egito, 2017. Disponível em: <https://www.unicef.org/egypt/media/1336/file/Understanding%20Child%20Multidimensional%20Poverty%20in%20Egypt-EN.pdf>.

<sup>15</sup> UNICEF. *Pobreza monetaria y privaciones no monetarias en Argentina*. Argentina, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/argentina/informes/pobreza-moneta-ria-privaciones-no-monetarias-argentina>.

<sup>16</sup> UNICEF. *Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil*. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/bem-estar-e-privacoes-multiplas-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil>.



Bruno Tiago, de 2 anos, vive com a mãe, Alexandra de Araújo, e mais quatro irmãos no Recife. No estado de Pernambuco, quase 80% das crianças e dos(as) adolescentes têm pelo menos uma privação

## 2

# MAIS DE 60% DAS CRIANÇAS E DOS(A) ADOLESCENTES TÊM UM OU MAIS DIREITOS PRIVADOS NO PAÍS

*O cenário da pobreza multidimensional, que já era grave antes da pandemia de covid-19, apresentou piora em indicadores importantes, revertendo a tendência de redução registrada até 2019*

**O** Brasil enfrenta hoje um cenário preocupante para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. É o que mostram os resultados deste estudo inédito do UNICEF sobre pobreza multidimensional, realizado com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

Além de o País ter aproximadamente duas em cada três crianças em situação de privação de um ou mais de seus direitos desde 2017, nos últimos anos houve piora em alguns indicadores que compõem a pobreza multidimensional, de acordo com os dados disponíveis analisados pelo UNICEF.

Conheça, a seguir, os principais resultados do estudo.

## Agravamento do cenário com a pandemia

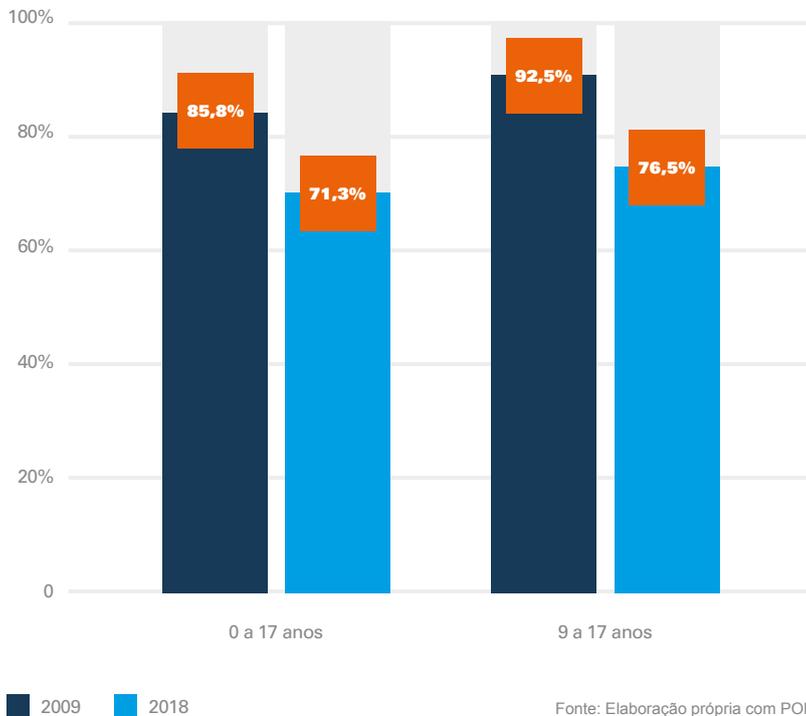
Entre 2020 e 2022, houve um agravamento na situação da pobreza multidimensional na infância e na adolescência no Brasil em três dimensões:

alimentação, renda e educação. Nas demais dimensões, não foi possível atualizar os dados, por causa de dificuldades na coleta de dados pelo IBGE durante a pandemia de covid-19 (*veja mais detalhes de cada dimensão no Capítulo 3*). No entanto, com base nas informações existentes (2019, no caso de trabalho infantil, e 2020, em relação aos outros indicadores), foi possível identificar uma relativa estabilidade em duas dimensões – trabalho infantil e moradia – e avanços tímidos e insuficientes em água e saneamento. Somente a dimensão acesso à informação apresentou uma melhora significativa entre 2017 e 2020.

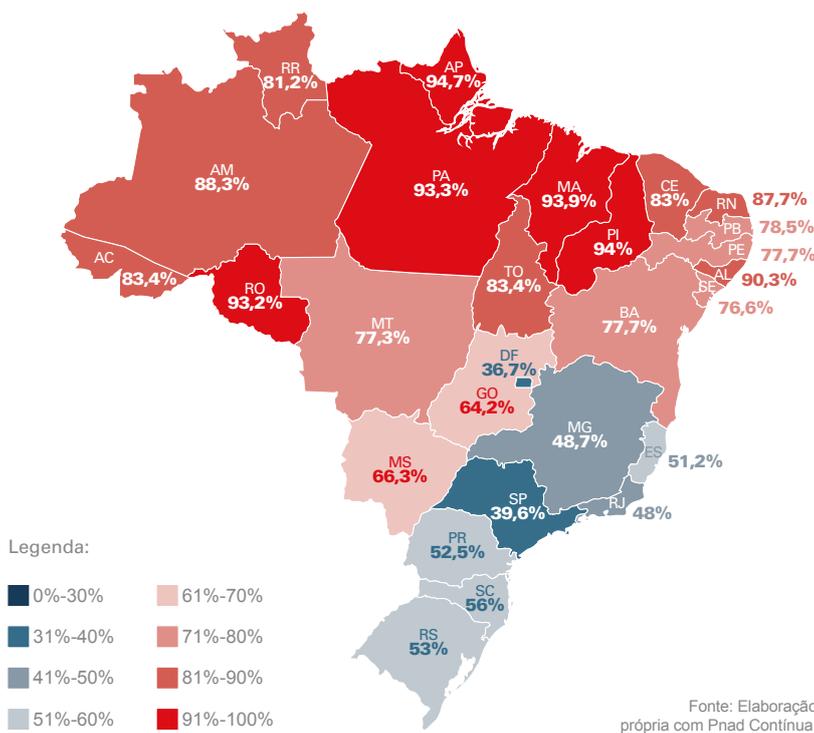
Esse cenário indica uma reversão na tendência de redução na pobreza multidimensional na infância e na adolescência no Brasil verificada até 2019. De acordo com a POF, entre 2009 e 2018 os percentuais de pobreza multidimensional apresentaram uma queda considerável, de quase 86% para pouco mais de 71%. A redução foi ainda mais acentuada no grupo de crianças e adolescentes de 9 a 17 anos,<sup>17</sup> de 92,5% para 76,5%, uma diferença de 16 pontos percentuais (*veja gráfico na pág. 16*).

<sup>17</sup> Meninos e meninas de 9 a 17 anos estão sujeitos(as) a todas as privações listadas. Confira a lista completa, a metodologia e os critérios utilizados no Capítulo 1.

### Percentual de crianças e adolescentes com alguma privação, por faixa etária (2009-2018) — POF



### Percentual de crianças e adolescentes com alguma privação<sup>18</sup> (2019) — Pnad Contínua



Nesse período, as dimensões que apresentaram maior avanço na redução da quantidade de crianças e adolescentes com uma ou mais privações foram: informação, com 34 pontos percentuais; saneamento, com 11 pontos percentuais; e renda, com 9 pontos percentuais, aproximadamente.

#### Cenário marcado por diferenças regionais, raciais e de gênero

Os dados analisados mostram ainda que há uma grande diferença regional na quantidade de pessoas em situação de pobreza multidimensional. Em 2019, seis das 27 unidades da Federação apresentavam mais de 90% de crianças e adolescentes privados(as) de pelo menos um de seus direitos fundamentais – três na Região Norte (Amapá, Pará e Rondônia) e três na Região Nordeste (Alagoas, Maranhão e Piauí). Já no Distrito Federal e em três estados do Sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), esse percentual era inferior a 50%.

Grande parte da privação de direitos pode ser reflexo direto das condições econômicas regionais, com crianças e adolescentes abaixo da linha de pobreza monetária vivendo em estados com menor PIB *per capita*. Contudo, a disparidade regional também é evidente quando se observam apenas as privações não monetárias. Três estados, Amapá, Piauí e Rondônia, apresentaram níveis acima de 90%, enquanto apenas Distrito Federal e São Paulo alcançaram um percentual abaixo de 30% (veja mapa na pág. 17).

As desigualdades regionais estão presentes em todas as dimensões, mas são mais acentuadas naquelas que dependem de grandes investimentos em estrutura produtiva e em infraestrutura para serem resolvidas, como informação, moradia e saneamento.

Quando se faz um recorte racial, também se observa uma desigualdade significativa nos índices de pobreza multidimensional. O índice de crianças e adolescentes de cor/raça negra e indígena com alguma privação é quase 25 pontos percentuais maior do que o daqueles(as) de cor/raça branca e amarela. Essa grande dispa-

<sup>18</sup> A dimensão alimentação não entra para o cálculo do índice geral, portanto não é refletida nestes mapas.



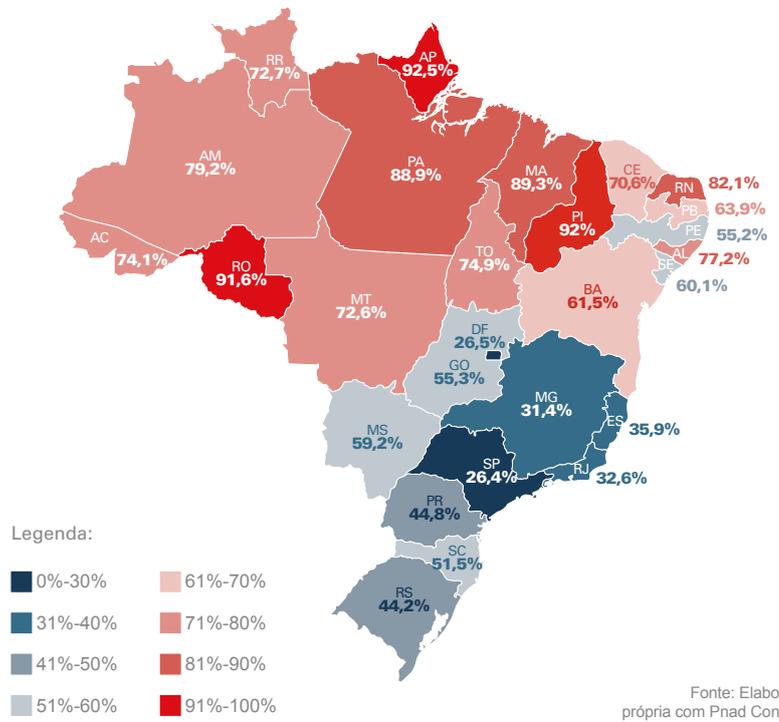
ridade ocorre de maneira constante e persistente em praticamente todas as dimensões.

Segundo Ricardo Henriques, superintendente-executivo do Instituto Unibanco e ex-secretário nacional de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação (MEC), muitas evidências indicam que o racismo está no centro das desigualdades. Por isso, é importante ter estratégias que reconheçam essa violação de direitos e a enfrentem.

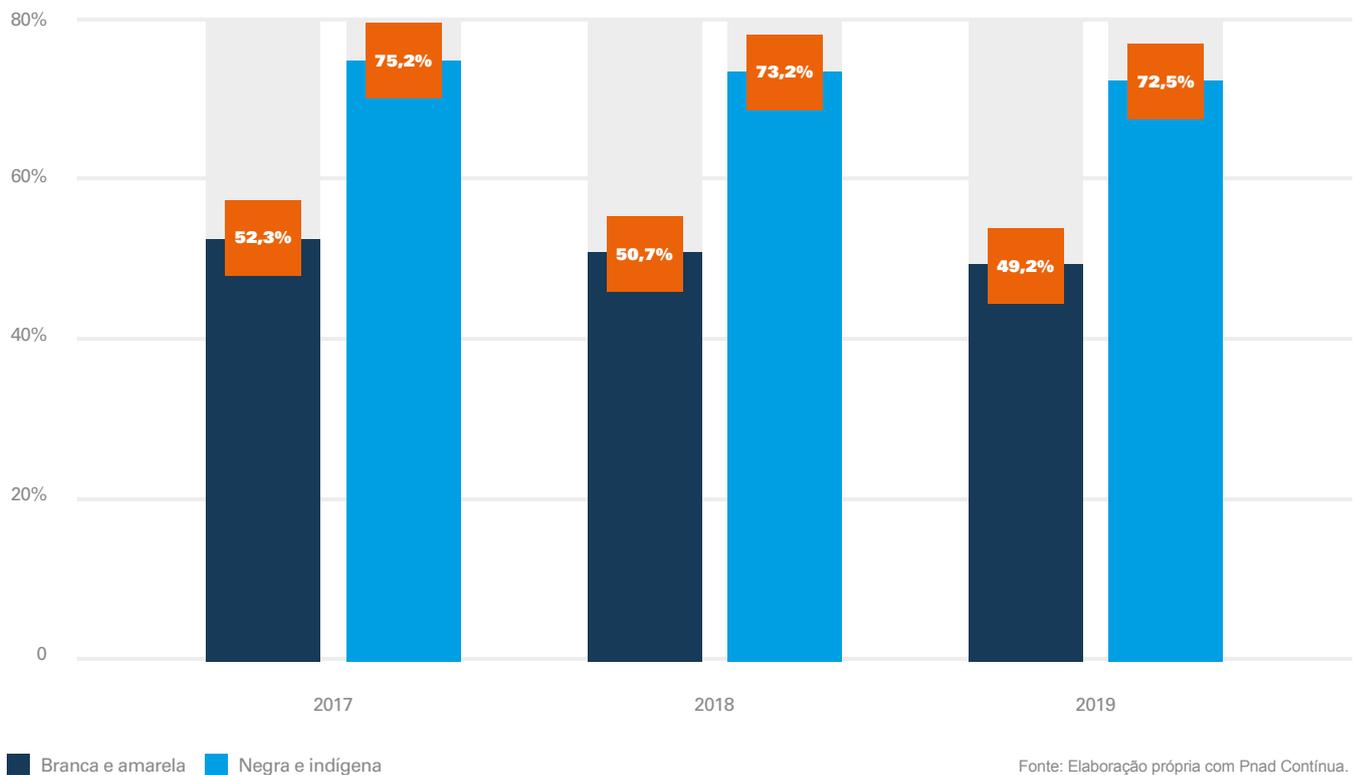
“Mesmo que eu tenha uma política educacional que faça com que todos melhorem, as distâncias entre brancos e negros, entre brancos e indígenas serão altas. Elas podem ir diminuindo, mas a velocidade de redução tenderá a ser muito baixa”, explica.

As diferenças também estão presentes em relação ao gênero. Meninas apresentam menores índices de privação na dimensão educação, mas têm percentuais maiores no que se refere ao trabalho infantil (*mais sobre as desigualdades em cada dimensão no Capítulo 3*).

### Percentual de crianças e adolescentes com alguma privação não monetária (2019) — Pnad Contínua



### Crianças e adolescentes com alguma privação, por cor/raça — Pnad Contínua



### Saneamento e renda: fatores significativos para a pobreza multidimensional

O último dado disponível para todas as dimensões (com exceção da de alimentação),<sup>19</sup> e que permite, portanto, comparações refere-se a 2019. Em nível nacional, as dimensões que mais contribuíram para a pobreza multidimensional nesse ano foram saneamento (33,8%) e renda (32,9%).

Isso significa que, de cada dez privações que afetam crianças e adolescentes de 0 a 17 anos no Brasil, três estão associadas à falta de banheiro de uso exclusivo ou de saneamento adequado.

Outras três estão associadas a níveis de renda muito baixos, inferiores aos das linhas de pobreza ou de pobreza extrema. Em seguida, com índices bem menores, vêm as privações relacionadas a informação, moradia e educação, com 10%, 7,4% e 6,9%, respectivamente.

Esse cenário é ainda mais preocupante considerando que as privações em saneamento e renda estão crescendo em termos da sua participação no total de privações (veja gráfico) e têm um impacto muito grande em outras dimensões, como educação e alimentação.

Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV Social)

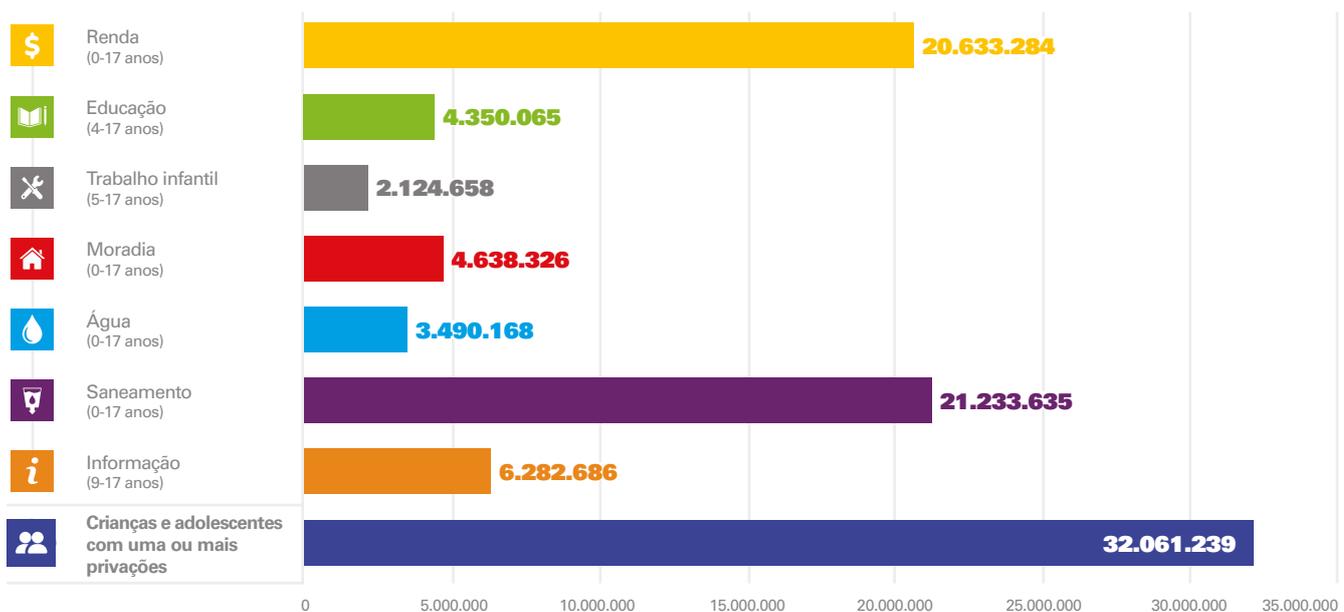
e professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getulio Vargas (FGV EPGE), explica que a pobreza monetária, baseada em renda, e a insegurança alimentar caminham juntas: quando uma das duas aumenta, acaba levando ao crescimento da outra. Embora ocorra certa assimetria, quando a pobreza monetária piora, a insegurança alimentar piora relativamente mais.

Neri também afirma que a falta de saneamento causa problemas sérios para crianças e adolescentes. “Doenças de origem hídrica implicam um pior desenvolvimento físico e mental, reduzindo comportamentos associados à maior acumulação de capital humano e levando a menor produtividade quando adulto”, alerta. Segundo ele, a oferta de serviços de água e esgoto melhora de forma significativa os indicadores sociais no longo prazo.

Como acontece com a quantidade de crianças e adolescentes afetados(as) pela pobreza em suas múltiplas dimensões, também existe grande disparidade entre as regiões e entre as unidades da Federação no que diz respeito à

<sup>19</sup> A dimensão alimentação não entra no gráfico de decomposição das privações porque utiliza, além da Pnad Contínua, outra fonte de dados para o seu cálculo geral, a POF 2017-2018.

### Crianças e adolescentes privados(as) de direitos, por dimensão, em números absolutos (2019)



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

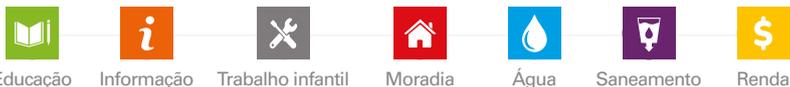
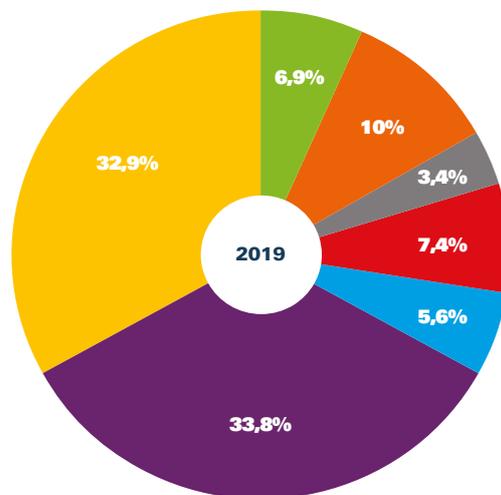


contribuição de cada uma dessas dimensões na pobreza multidimensional.

Embora os percentuais nas unidades da Federação sejam, em geral, semelhantes aos do nível nacional, com saneamento e renda alternando-se nos primeiros lugares, cada estado tem sua própria estrutura de privações. Consequentemente, as políticas públicas e as ações antipobreza desenhadas e implementadas em cada um deles devem levar em consideração sua estrutura de privações específica e priorizar os principais problemas locais (*veja gráfico no Anexo*).

Assim, por exemplo, em Rondônia, as políticas públicas de saneamento podem ser centrais para o enfrentamento da pobreza multidimensional, pois essa dimensão responde por mais da metade do total das privações. Já no Distrito Federal, a ampliação de investimentos pode ter como áreas prioritárias a transferência e geração de renda, as políticas de saneamento e as de educação. Em São Paulo, por sua vez, as questões de moradia impactam mais as crianças e os(as) adolescentes do que as de saneamento, diferentemente do que acontece no restante do País.

### Decomposição das privações por dimensões



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

Nota: A dimensão alimentação não entra no gráfico porque utiliza, além da Pnad Contínua, outra fonte de dados para o seu cálculo geral, a POF 2017-2018.

O gráfico é referente à proporção de privações no Brasil e não à proporção de crianças e adolescentes afetados(as) por cada uma das privações. Uma mesma criança ou adolescente pode ser afetado(a) por várias privações.



Vala a céu aberto no Recife. Em Pernambuco mais de um milhão de crianças e adolescentes tinham alguma privação na dimensão saneamento, em 2019, segundo dados da Pnad Contínua analisados pelo estudo



### Falta de saneamento adequado afeta mais as meninas

No saneamento, as privações têm implicações ainda mais graves para as meninas, na questão da pobreza menstrual. Quando ficam menstruais e não têm acesso a banheiros seguros e em bom estado de conservação nem a saneamento básico (água encanada e esgotamento sanitário) em casa e na escola, as meninas têm seus direitos à educação de qualidade, à moradia digna e à saúde (incluindo sexual e reprodutiva) violados de modo ainda mais grave quando comparadas às demais adolescentes. É o que aponta o relatório *Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos*,<sup>20</sup> lançado pelo UNICEF e pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) em 2021.

Ao estarem privadas de acesso rápido a banheiros adequados e de água (e sabão) para higiene das mãos e do corpo, as meninas podem ter sua saúde, mobilidade e dignidade afetadas. Sem essas condições básicas durante a menstruação, estão mais sujeitas a ter infecções causadas pelo uso contínuo de um mesmo “produto para higiene menstrual”<sup>21</sup> ou pela retenção de urina por períodos prolongados.

A pobreza menstrual tem efeitos emocionais e sociais graves sobre as meninas. Além de provocar desconforto, insegurança e estresse, ela também reforça a discriminação e a estigmatização das meninas. Além disso, a busca por banheiros distantes de casa, em áreas isoladas, mal iluminadas ou em regiões consideradas perigosas, deixa as garotas mais expostas ao risco de violência sexual.

### Aumento de privações em educação, renda e alimentação

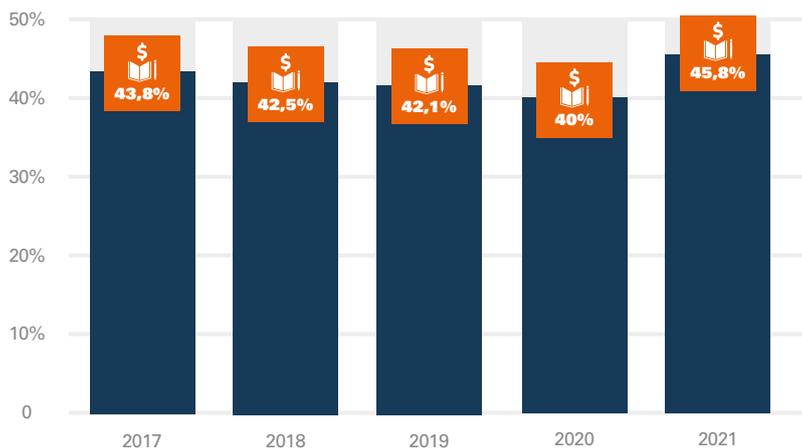
Como já explicado, o índice de pobreza multidimensional calculado pelo estudo do UNICEF refere-se a 2019. No entanto, para algumas dimensões, há dados referentes a 2020, 2021 e até 2022. Eles mostram como a situação do País, já preocupante em razão de desafios estruturais, piorou no período de pandemia.

Entre 2017 e 2020, o percentual de crianças e adolescentes com alguma privação em educação e renda (veja gráfico nesta página) se manteve relativamente estável. Contudo, em 2021, houve um grande aumento em ambas – em educação, especialmente relacionado ao analfabetismo. Com isso, o País superou a quantidade de crianças privadas de algum direito em educação e renda registrada em 2017.

Na dimensão alimentação, a tendência se repetiu. Os dados mais atuais apontam uma alta considerável, em 2021, durante a crise sanitária, quando 25,7% das crianças e dos(as) adolescentes estavam privados(as) da renda necessária para se alimentar adequadamente, segundo informações da Pnad Contínua. Em números absolutos, esse percentual corresponde a 13,7 milhões de meninos e meninas, um aumento de cerca de 4 milhões em relação a 2018.

Essa piora foi especialmente maior para crianças e adolescentes negros(as) e indígenas, quando analisamos os dados por cor/raça. O percentual de crianças e adolescentes negros(as) e indígenas sem renda familiar *per capita* suficiente para uma alimentação ade-

### Crianças e adolescentes com alguma privação nas dimensões de educação e renda — Pnad Contínua



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

<sup>20</sup> UNFPA/UNICEF. *Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos*. Brasília: UNFPA/UNICEF, 2021. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual\\_relatorio-unicef-unfpa\\_maior2021.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maior2021.pdf).

<sup>21</sup> Absorvente descartável, absorvente de tecido reutilizável, coletor menstrual descartável ou reutilizável, calcinha menstrual, entre outros produtos usados para absorção do fluxo menstrual.



quada passou de 25% em 2019 para 31% em 2021, ante 12% para 18% no mesmo período, observado entre meninos e meninas de cor/raça branca ou amarela (*mais sobre este tema no Capítulo 3*).

Para se ter uma ideia do impacto desse cenário, antes da pandemia, em 2019, cerca de 30% das crianças indígenas brasileiras até 5 anos já eram afetadas por desnutrição crônica (baixa estatura para a idade). Entre os ianomânis, o percentual chegava a 81,2%, segundo pesquisa feita pelo UNICEF em parceria com a Fiocruz, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), a Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição (Cgan), do Ministério da Saúde (MS), e a Funai.<sup>22</sup>

O aumento das privações em renda se torna ainda mais preocupante diante dos resultados do estudo que evidenciam a relação entre pobreza monetária e não monetária. Por um lado, dos(as) 49,8% de crianças e adolescentes com alguma privação não monetária, mais da metade estava também em situação

de pobreza monetária. Por outro lado, entre os 38,5% de crianças e adolescentes pobres em renda, mais de dois terços apresentavam também alguma privação não monetária.

### Relação entre pobreza monetária e não monetária entre crianças e adolescentes (2019) — Pnad Contínua

		Pobreza não monetária		
		Sem privação	Com privação	Total
Pobreza monetária	Faixa etária 0 a 17 anos			
	Não pobre	37,9%	23,5%	<b>61,5%</b>
	Pobre	12,2%	26,3%	<b>38,5%</b>
Total		<b>50,1%</b>	<b>49,8%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

<sup>22</sup> Pesquisa realizada nas aldeias do polo-base de Auaris, em Roraima, e do polo-base de Maturacá, no Amazonas: UNICEF. UNICEF alerta sobre desnutrição crônica de crianças yanomamis. Brasília, 28 out. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-sobre-desnutricao-chronica-de-criancas-ianomamis>.



“Nossa dificuldade quando falta água é ir para igarapé. É dificultoso, minha bebê está pequena e, às vezes, a gente precisa do igarapé até para beber água”, diz Kassia da Silva Macedo Lobo (na foto, com a filha no colo), moradora do quilombo de Jacarequara, em Santa Izabel do Pará (PA)

### O impacto das mudanças climáticas e de situações de emergência, como a da pandemia de covid-19, nas privações de direitos

Embora não haja dados disponíveis para 2020, 2021 e 2022 em todas as dimensões e indicadores avaliados pelo estudo do UNICEF, foi possível identificar que a pandemia teve um impacto grande entre crianças e adolescentes vulneráveis.

Na dimensão trabalho infantil, por exemplo, estudos como o produzido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo UNICEF, em 2021,<sup>23</sup> indicam que, no mundo todo, um número significativo de crianças e adolescentes ingressaram nessa situação em razão das consequências da covid-19 (*mais dados sobre isso no Capítulo 3*). Entre 2016 e 2020, houve um aumento de 8,4 milhões na quantidade de meninos e meninas envolvidos(as) em trabalho no mundo, e um crescimento importante na

faixa etária de 5 a 11 anos, que agora responde por pouco mais da metade do total global.

Também despertam preocupação os impactos que as mudanças climáticas podem ter nas dimensões da pobreza que afetam crianças e adolescentes, como moradia, água, saneamento, educação e alimentação. Afinal, são as famílias mais pobres que, além de terem menor acesso a domicílios adequados, água limpa ou esgoto tratado, e de estarem mais expostas à violência, vivem em áreas geograficamente mais sujeitas a desastres, inundações e secas, sem recursos para se adaptar às consequências ambientais, sociais e econômicas das mudanças climáticas.

De acordo com o relatório *Crianças, adolescentes e mudanças climáticas no Brasil*,<sup>24</sup> lançado pelo UNICEF em 2022, 40 milhões de meninos e meninas estão expostos(as) a mais de um risco climático ou ambiental (60% do total). Por estarem em uma fase mais sensível de desenvolvimento, eles(as) são os(as) mais diretamente

<sup>23</sup> OIT/UNICEF. *Child labour: global estimates 2020, trends and the road forward*. Genebra e Nova York: OIT/UNICEF, 2021. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/child-labour-2020-global-estimates-trends-and-the-road-forward/>.

<sup>24</sup> UNICEF. *Crianças, adolescentes e mudanças climáticas no Brasil*. Brasília: UNICEF, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/21346/file/criancas-adolescentes-e-mudancas-climaticas-brasil-2022.pdf>.



prejudicados(as) por esses eventos, o que pode levar à ruptura de seus vínculos protetivos e à violação de seus direitos fundamentais.

Rodrigo Resende, oficial da área de Água, Saneamento e Higiene (WASH), do UNICEF Brasil, ressalta que a situação é ainda mais crítica para crianças e adolescentes que vivem em situação de maior vulnerabilidade e já sofrem privações em diferentes dimensões, como negros(as), indígenas, quilombolas e pertencentes a outros povos e comunidades tradicionais, migrantes e/ou refugiados(as), além de crianças e adolescentes em situação de rua ou com deficiência, e meninas.

Por isso, essa população, segundo ele, deve ser priorizada nos debates e políticas voltados ao enfrentamento das mudanças climáticas. Isso, porém, ainda está longe de acontecer. De acordo com o relatório, a maioria das políticas públicas e dos planos nacionais referentes ao clima e ao meio ambiente menciona pouco ou ignora completamente as vulnerabilidades específicas de crianças e adolescentes, em geral, e desses grupos mais vulneráveis, em particular (*conheça as recomendações do UNICEF no Capítulo 4*).

Os resultados gerais desse estudo do UNICEF, aqui descritos, mostram que os avanços conquistados na garantia dos direitos de crianças e adolescentes ao longo dos anos em vários campos podem se estagnar e regredir, principalmente em situações de crise, como a pandemia de covid-19.

Também ressaltam que os desafios estruturais e as desigualdades regionais, raciais e de gênero persistem no Brasil, apesar de todos os esforços feitos no últimos anos para melhorar as condições de vida de todos os meninos e de todas as meninas do País.

Diante da gravidade desse cenário, é urgente que as respostas à pobreza multidimensional na infância e na adolescência sejam simultâneas e integradas.

Os desafios são muitos e o objetivo desta publicação é ser uma ferramenta de apoio para que os(as) gestores(as) públicos(as) possam mapeá-los e enfrentá-los, priorizando as dimensões em que as privações se agravaram nos últimos anos, o planejamento de programas e políticas e o dimensionamento de recursos que serão alocados para isso.



As gêmeas Aila e Alice, do Recife. Em Pernambuco, 64,3% das crianças e dos(as) adolescentes tinham alguma privação monetária, em 2021, o que também impactou no acesso ao direito a uma alimentação adequada

## 3

# ALIMENTAÇÃO, EDUCAÇÃO E RENDA PIORAM DURANTE A PANDEMIA

*Aumento nas privações nos últimos três anos aponta para um cenário preocupante, que pode ampliar ainda mais as desigualdades regionais e raciais/étnicas persistentes em todas as dimensões que compõem a pobreza multidimensional*

**E**ntre 2020 e 2022, os dados analisados por este estudo revelam um agravamento na situação de privação de direitos de meninos e meninas em todo o País, com aumento do analfabetismo, da pobreza extrema e da fome, e com impactos importantes nos grupos e territórios vulneráveis.

Para entender melhor as múltiplas privações a que estão expostos(as) e os desafios para reduzi-las, foi feita uma análise específica de cada dimensão da pobreza que compõem o estudo do UNICEF: alimentação, renda, educação, trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação.

Apesar de os dados de cada dimensão serem aqui apresentados separadamente, cada um deles representa um direito humano, e os direitos humanos são indivisíveis. A indivisibilidade de direitos é uma das bases da Convenção sobre os Direitos da Criança. Segundo esse princípio, os direitos humanos são inter-relacionados, interdependentes e devem ser assegurados conjuntamente.

Ao longo deste capítulo, as histórias de vida, destacadas na seção *Cenários para o enfrentamento*, mostram, na prática, a inter-relação entre as múltiplas dimensões da pobreza e seu impacto na vida de meninos e meninas de três territórios prioritários do UNICEF (Semiárido, Amazônia e Sudeste).

# ALIMENTAÇÃO

Na última década, essa dimensão vinha apresentando uma melhora significativa, com uma redução de mais de 8 pontos percentuais na quantidade de crianças e adolescentes com privações no acesso à alimentação. A pandemia, no entanto, alterou bastante o cenário, colocando quase 4 milhões de meninos e meninas nessa situação

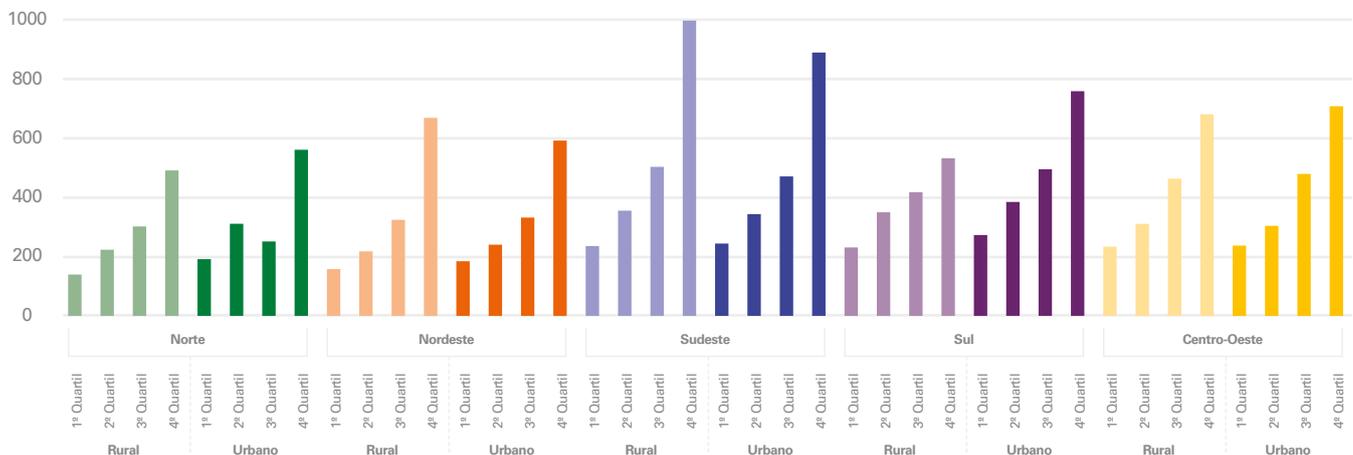
Para mostrar a situação da dimensão alimentação<sup>25</sup> nos anos mais recentes, este estudo analisa dados da POF 2017/2018 sobre a renda considerada necessária pela família para prover um padrão de alimentação adequada, e também da Pnad Contínua, que permite identificar o percentual de crianças abaixo da linha considerada necessária para alimentação de uma família por cada grupo.

Na POF 2017/2018, há médias de renda *per capita* mínima para alimentação adequada por três tipos de características:

- Grande região (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste)
- Área (urbana/rural)
- Quartil de renda monetária familiar *per capita* (primeiro ao quarto quartil).

Assim, o País é separado em 40 grupos, cada qual com uma renda mensal *per capita* mínima para alimentação adequada (*gráfico abaixo*).

## Média da renda mensal *per capita* para alimentação adequada (R\$ mensais, a preços de janeiro de 2018) – POF



Para medir o acesso das crianças e dos(as) adolescentes brasileiros(as) à alimentação adequada, um dos dados utilizados pelo estudo do UNICEF é o que diz respeito à renda que cada família percebe como a mínima necessária para comprar alimentos na qualidade e na quantidade de que precisa, a cada mês. O dado é coletado pelo questionário da POF, que também permite que as famílias respondentes sejam agrupadas conforme a região do País e o meio (rural ou urbano) onde vivem. No estudo do UNICEF, além desses dois recortes geográficos, as famílias foram ordenadas em quartis (quatro subgrupos de mesmo tamanho) conforme suas respostas. As famílias do primeiro quartil são as que consideram precisar de menos dinheiro, por pessoa, para acessar uma dieta adequada, e as famílias do quarto quartil são as que consideram precisar de mais. Os resultados revelam diferenças marcantes na percepção das famílias brasileiras sobre o valor de que necessitam para se alimentar adequadamente. Há discrepâncias regionais, locais e até entre quartis de um mesmo local. O contraste mais extremo aparece entre Norte e Sudeste, considerando famílias do quarto quartil que vivem no meio rural. Enquanto as famílias do Norte indicam precisar de pouco menos de R\$ 500 por mês, em média, para comprar os alimentos de que necessitam, as do Sudeste afirmam precisar do dobro.

Fonte: Elaboração própria com POF 2017/2018.

<sup>25</sup> Não há dados disponíveis sobre alimentos ultraprocessados e má nutrição nas pesquisas analisadas. Assim, essas questões não foram consideradas neste estudo.



Para dimensionar as privações de acesso nessa dimensão ao longo dos anos, é preciso que a renda seja reajustada periodicamente. Como as cestas de consumo alimentar diferem fortemente entre regiões, áreas e quartis de renda, foi preciso calcular a inflação de alimentos para cada um dos 40 grupos (*representados no gráfico da pág. 26*).

A evolução dos preços em relação a janeiro de 2018 evidencia que a média da cesta de alimentos, em dezembro de 2021, estava 18% mais cara para famílias no quarto quartil que vivem em áreas urbanas do Centro-Oeste (menor variação) e 48% mais cara para aqueles no quarto quartil que vivem nas áreas rurais do Sudeste (maior variação).

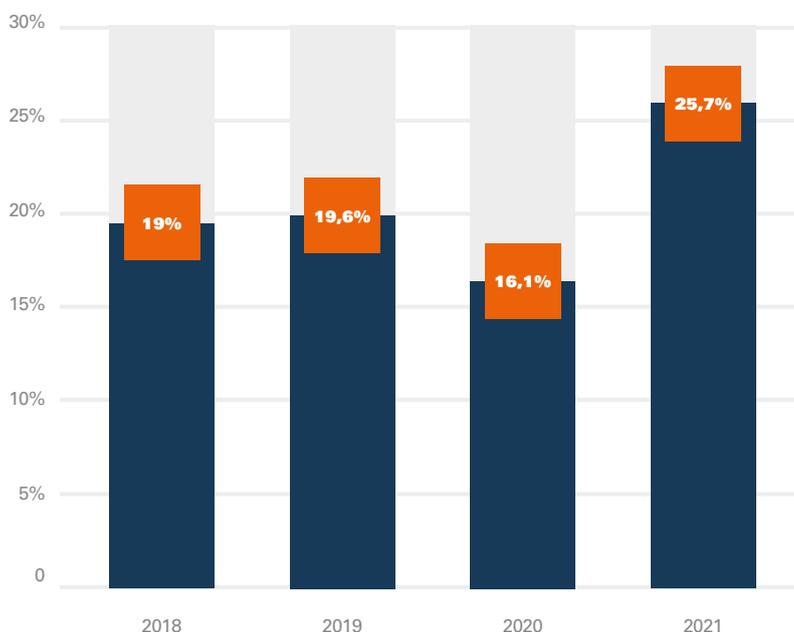
Aplicando essa evolução de preços para a renda *per capita* necessária para alimentação adequada em cada grupo, observa-se que, segundo os dados da Pnad Contínua Anual, em 2018 e 2019, os percentuais de crianças e adolescentes privados(as) de renda para uma alimentação adequada permaneceram estáveis em torno de 19%. Em 2020, o percentual caiu para 16,1%, potencialmente devido ao Auxílio Emergencial, porém, no ano seguinte houve uma alta considerável, para 25,7% (*confira o gráfico acima*).

Isso significa que, entre 2018 e 2021, o número de crianças e adolescentes privados(as) da renda necessária para uma alimentação adequada passou de 9,8 milhões para 13,7 milhões, um aumento de 3,9 milhões.

Os dados mostram que há grandes desigualdades no percentual de crianças e adolescentes privados(as) da renda familiar *per capita* necessária para uma alimentação adequada em relação a cor/raça. Os percentuais eram de cerca de 25% para meninos e meninas negros(as) e indígenas, e de 12% para os(as) brancos(as) e amarelos(as), em 2018 e 2019. Nos anos seguintes, os percentuais aumentaram para ambos os grupos, mas de forma muito mais marcante para os de cor/raça negra e indígena (de 19,7%, em 2020, para 31,2%, em 2021).

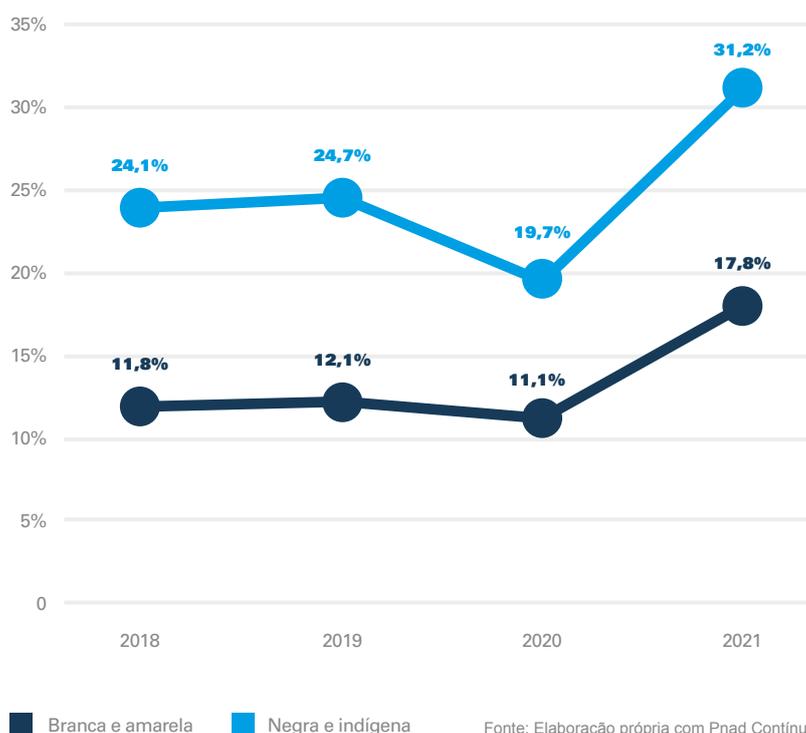
É importante ressaltar que esse aumento foi maior do que aquele observado quando o enfoque se dá apenas na privação de renda domiciliar *per capita*. Isso se deve ao fato de que os alimentos tiveram altas de preço consideravelmente mais elevadas do que a média

## Crianças e adolescentes privados(as) de renda familiar *per capita* necessária para a alimentação adequada — Pnad Contínua



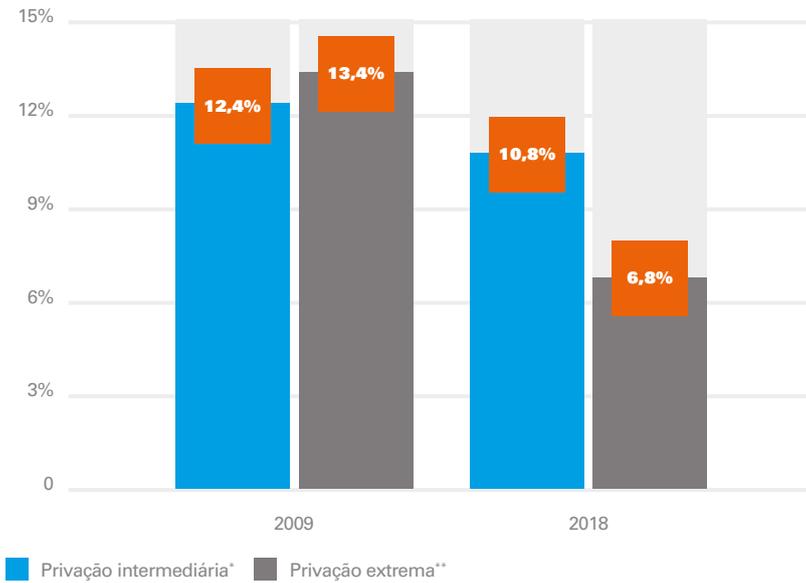
Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

## Privação de renda familiar *per capita* para a alimentação, por cor/raça — Pnad Contínua



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

### Privação no acesso à alimentação, 0-17 anos – POF



Fonte: Elaboração própria com POF.

\* Criança e adolescente de 0 a 17 anos que vivem em um domicílio cuja renda familiar se encontre abaixo do considerado suficiente para alimentação, mas o padrão de alimentação é considerado adequado pela própria família.

\*\* Criança e adolescente de 0 a 17 anos que vivem em um domicílio cuja renda familiar se encontre abaixo do considerado suficiente para alimentação, e o padrão de alimentação não é considerado adequado pela própria família.

geral da cesta de consumo, o que reforça a importância de estratégias que garantam o acesso das famílias mais pobres aos alimentos.

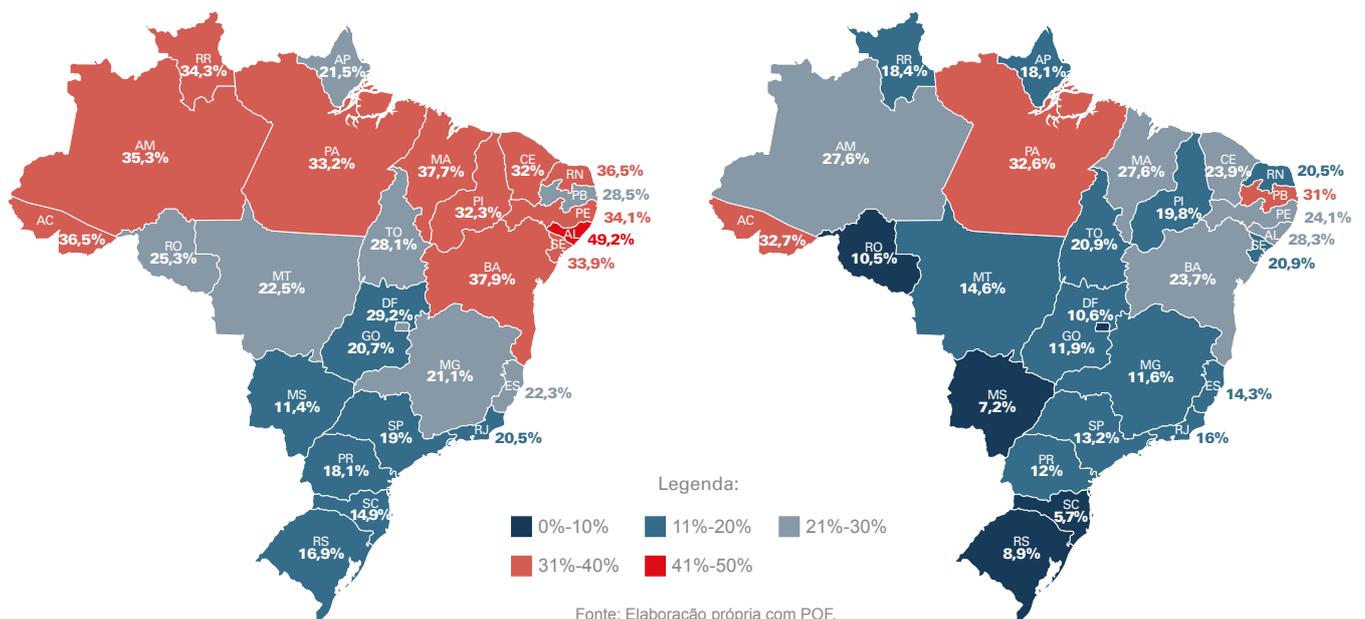
Esses resultados evidenciam uma reversão na melhoria obtida na última década em relação ao acesso à alimentação. Os dados disponíveis no período anterior à pandemia de covid-19 mostravam uma redução nas privações nesse campo, principalmente da privação extrema – o que significa viver em um domicílio cuja renda familiar se encontra abaixo do considerado suficiente para a alimentação e cujo padrão de alimentação não é considerado adequado pela própria família (*confira o gráfico ao lado*). Entre 2009 e 2018, o percentual de crianças e adolescentes nessa situação havia passado de 13,4% para 6,8%. A queda na privação intermediária foi bem menor, de menos de 2 pontos percentuais.

Quando se analisam os dados em âmbito estadual, observa-se que praticamente todas as unidades da Federação apresentaram redução significativa na quantidade de crianças e adolescentes com privações de alimentação entre 2009 e 2018 (*confira mapas abaixo*).

### Porcentagem de crianças e adolescentes de 0-17 anos com privações em alimentação (2009-2018) – POF

● 2009

● 2018



Fonte: Elaboração própria com POF.



As exceções foram o Pará, que teve uma queda de apenas 0,6 ponto percentual, e a Paraíba, que registrou um aumento no indicador, de 28,5% para 31%.

Marcelo Neri, diretor do FGV Social e professor da EPGE-FGV, avalia que a melhora geral dos indicadores de alimentação do Norte e do Nordeste entre 2009 e 2018 se deve, em parte, a políticas federais de transferência de renda, como o Bolsa Família. Ao priorizar os mais pobres, essas políticas davam vantagem a regiões com maiores populações em situação de pobreza.

Já as diferenças entre estados se explicam mais pelo que ele chama de “diferencial de proatividade política”, ou seja, por iniciativas locais e estaduais.

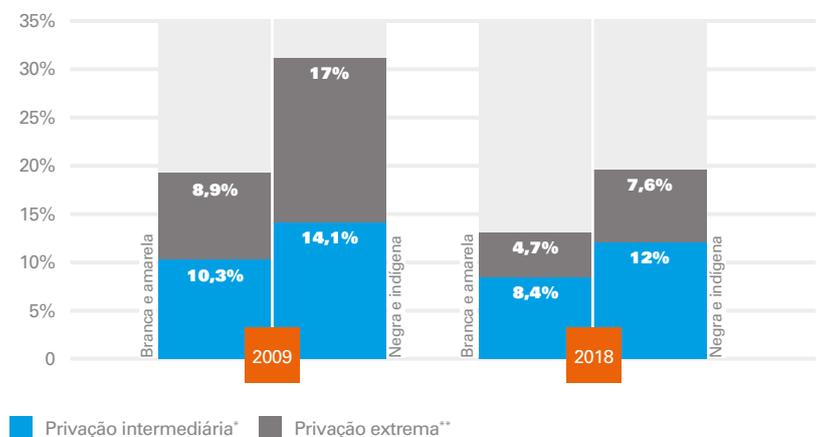
Em relação a cor/raça, como nas demais dimensões, as desigualdades persistem apesar da redução nas privações de alimentação verificada entre 2009 e 2018. No entanto, a queda foi maior para as crianças e os(as) adolescentes de cor/raça negra e indígena em relação à privação extrema, que passou de 17% para 7,6%, uma redução de quase 10 pontos percentuais. Para as crianças e os(as) adolescentes de cor/raça branca e amarela, a redução foi de pouco mais de 4 pontos percentuais.

Neri atribui essa queda mais acentuada para o grupo de crianças e adolescentes negros(as) e indígenas ao impacto que programas como o Bolsa Família acabaram tendo no período. “Era uma política que, por buscar as crianças mais pobres, acabava encontrando com maior facilidade as crianças negras e indígenas”, explica. Tal aspecto do programa foi recentemente avaliado pelo Ipea com o apoio do UNICEF,<sup>26</sup> confirmando sua focalização precisa nos mais pobres.

### Cenário durante a pandemia

Diversas pesquisas corroboram a tendência de piora na dimensão alimentação durante a pandemia observada por este estudo. Uma delas

## Privação no acesso à alimentação, 0-17 anos, por cor/raça – POF



Fonte: Elaboração própria com POF.

\*Criança e adolescente de 0 a 17 anos que vivem em um domicílio cuja renda familiar se encontra abaixo do considerado suficiente para alimentação, mas o padrão de alimentação é considerado adequado pela própria família.

\*\*Criança e adolescente de 0 a 17 anos que vivem em um domicílio cuja renda familiar se encontra abaixo do considerado suficiente para alimentação, e o padrão de alimentação não é considerado adequado pela própria família.

é *Insegurança alimentar no Brasil: pandemia, tendências e comparações internacionais*,<sup>27</sup> de autoria de Neri, publicada em maio de 2022. A pesquisa, feita a partir do processamento dos dados do Gallup World Poll, mostra que a parcela de brasileiros que não tiveram dinheiro para alimentar a si ou a sua família em algum momento nos últimos 12 meses subiu de 30% em 2019 para 36% em 2021, atingindo um novo recorde da série, iniciada em 2006. De acordo com o autor, é a primeira vez desde então que a insegurança alimentar brasileira supera a da média simples mundial, o que para um país apelidado de “fazenda do mundo” pela produção agrícola é paradoxal.

A análise aponta ainda que os mais atingidos foram as populações mais vulneráveis. O aumento da insegurança alimentar entre os 20% mais pobres no Brasil durante a pandemia foi de 22 pontos percentuais, passando de 53% em 2019 para 75% em 2021, índice próximo ao de países com maior insegurança alimentar no

<sup>26</sup> CONSELHO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. *Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza*. Brasília, 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/economia/pt-br/ acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2020/gastos-diretos/relatorio\\_avaliacao-cmag-2020-pbf.pdf](https://www.gov.br/economia/pt-br/ acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2020/gastos-diretos/relatorio_avaliacao-cmag-2020-pbf.pdf).

<sup>27</sup> NERI, Marcelo C. *Insegurança alimentar no Brasil: pandemia, tendências e comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV Social, 2022. Disponível em: [https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-Inseguranca-Alimentar-no-Brasil\\_Marcelo-Neri\\_FGV-Social.pdf](https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-Inseguranca-Alimentar-no-Brasil_Marcelo-Neri_FGV-Social.pdf).

mundo, como o Zimbábue (80%). Ele atribui esse aumento a “buracos” na rede de proteção social ou a certa instabilidade no uso da rede de proteção social, bem como à interrupção dos auxílios. Além disso, os últimos anos, segundo Neri, foram marcados por descontinuidades e pelo desfinanciamento das políticas direcionadas à insegurança alimentar.

O estudo *Desigualdades e impactos da covid-19 na atenção à primeira infância*<sup>28</sup> apontou, por exemplo, que o número de crianças muito abaixo do peso aumentou 54,5% entre março de 2020 e novembro de 2021 (de 1,1% para 1,7%) – índice correspondente a cerca de 128 mil do total de crianças de até 5 anos incompletos.

Já o estudo sobre conhecimentos, atitudes e práticas relacionados à alimentação de beneficiários do Programa Bolsa Família responsáveis por crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, publicado em 2021 pelo UNICEF Brasil e conduzido pela Plan Eval,<sup>29</sup> revelou que, entre os 1.343 entrevistados, 54% afirmaram que alguma criança deixou de fazer alguma refeição ou não comeu a quantidade suficiente porque não havia dinheiro para comprá-la. E isso antes da pandemia. Durante a pandemia, esse índice passou para 72%. Para 52% dos entrevistados, a qualidade da alimentação no domicílio também piorou desde o início da crise sanitária. Isso se deveu ao fato de que, além de haver sofrido queda na renda, a maioria das famílias perdeu o apoio da alimentação escolar e de outros espaços institucionais, o que ampliou não apenas a incidência de insegurança alimentar mas também de carência de nutrientes, como ferro e vitamina A. Com isso, as crianças não foram alimentadas com a dieta diversificada mínima de que precisam para crescer, aprender e desenvolver todo o seu potencial.

## Má nutrição

Cerca de 80% das famílias entrevistadas por esse mesmo estudo do UNICEF Brasil relataram ainda o consumo de alimentos ultraprocessados pelas crianças no dia anterior à entrevista. Os alimentos mais consumidos foram biscoitos salgados ou recheados e bebidas açucaradas.

Segundo Cristina Albuquerque, chefe da unidade de Saúde e HIV/aids do UNICEF Brasil, os principais motivos citados pelos entrevistados para a compra de alimentos e bebidas ultraprocessados foram “a crença de que são nutritivos, gostosos e baratos”.

“Daí, a importância de incentivar a implementação e garantir o monitoramento do novo modelo de rotulagem nutricional frontal”, diz ela. O novo modelo obriga as empresas a adicionarem um símbolo informativo na parte frontal dos seus produtos para esclarecer sobre a presença de quantidades de açúcar, gordura e sal que podem causar malefícios à saúde. “Quando a família dispõe do mínimo de recursos, ela consegue, com essa mudança da rotulagem, aplicar o seu pouco dinheiro em alimentos que realmente são importantes”, afirma Cristina.

O consumo de alimentos não saudáveis contribui para o aumento dos casos de excesso de peso e de doenças crônicas não transmissíveis no Brasil. O Ministério da Saúde<sup>30</sup> estima haver hoje cerca de 7,2 milhões de crianças e adolescentes com obesidade no País.

Além da má qualidade nutricional, a dificuldade de acesso aos alimentos agrava ainda mais o cenário de privações e tem impactos preocupantes no desenvolvimento das crianças, em especial nos primeiros anos de vida.

<sup>28</sup> Fundação Maria Cecília Souto Vidigal/UNICEF/Itaú Social. *Desigualdades e impactos da covid-19 na atenção à primeira infância*, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/20221/file/desigualdades-e-impactos-da-covid-19-na-atencao-a-primeira-infancia.pdf>.

<sup>29</sup> UNICEF. *Alimentação na primeira infância: conhecimentos, atitudes e práticas de beneficiários do Programa Bolsa Família*. Marília Barreto Pessoa Lima, Pedro Ivo Alcantara, Stephanie Amaral (coord.). Brasília: UNICEF, 2021. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/17121/file/alimentacao-na-primeira-infancia\\_conhecimentos-atitudes-praticas-de-beneficiarios-do-bolsa-familia.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/17121/file/alimentacao-na-primeira-infancia_conhecimentos-atitudes-praticas-de-beneficiarios-do-bolsa-familia.pdf).

<sup>30</sup> BRASIL. Em lançamento de campanha contra obesidade infantil, Ministério da Saúde anuncia 90 milhões para a prevenção e cuidado da doença. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS), 10 ago. 2021. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/noticia/13378>.



Érica da Silva, de 4 anos, do Recife

© UNICEF/BRZ/Gabriela Portilho

De acordo com o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II Vigisan), realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) entre novembro de 2021 e abril de 2022, a insegurança alimentar aumentou no País, especialmente sua manifestação mais grave — o que significa conviver com a fome.

O relatório revela que em 28% dos domicílios havia incerteza quanto ao acesso aos alimentos, além da qualidade da alimentação já comprometida (o que configura insegurança alimentar leve). Já em 30,1% dos domicílios havia restrição quantitativa a alimentos; entre esses, 15,5% conviviam com a fome (insegurança alimentar grave). Em números absolutos, esses percentuais correspondem a 125,2 milhões de pessoas com insegurança alimentar e a mais de 33 milhões em situação de fome.

Ainda segundo o Vigisan, em termos geográficos, a fome atinge com mais força os domicílios rurais (18,6%) e as famílias que residem nas regiões Norte (25,7% do total) e Nordeste (21%). Além disso, está presente em 43% das famílias com renda *per capita* de até 1/4 do salário mínimo, e atinge mais as famílias que têm mulheres como responsáveis e/ou aquelas em que a pessoa de referência (chefe) se denomina de cor preta ou parda. O levantamento mostrou ainda que houve uma piora da fome nos domicílios

com crianças com até 10 anos. Entre o final de 2020 e o início de 2022, a taxa praticamente dobrou, passando de 9,4% para 18,1%. Para Marcelo Neri, a piora da insegurança alimentar é consistente com os dados de pobreza, com o forte aumento da desigualdade e com a diminuição dos programas sociais dos últimos anos.

Segundo Cristina Albuquerque, do UNICEF, o enfrentamento desse quadro implica uma série de ações, que vão desde a promoção do aleitamento materno desde a primeira hora de vida até a criação de leis que protejam e fortaleçam a produção local e sustentável de alimentos, além de incentivar as práticas culinárias tradicionais.

A chefe da unidade de Saúde e HIV/aids também sugere a implantação de feiras, mercados locais, restaurantes populares e cozinhas comunitárias como medida para incentivar o acesso a uma alimentação saudável e para apoiar as comunidades mais vulneráveis no combate à fome. Por fim, ela ressalta a importância de reforçar o trabalho intersetorial entre a rede de atenção primária de saúde, assistência social e educação para identificar famílias com maior insegurança alimentar, com crianças, gestantes e adolescentes em risco nutricional, e tomar as devidas providências (*veja mais sobre o assunto no Capítulo 4*).



Embora tenham se mudado para a casa ao lado, os filhos de Alexandra Araújo ainda têm acesso aos escombros da palafita em que moravam no Recife. O lugar, que foi destruído pelas chuvas, virou área de lazer para as crianças





# RECIFE

*Em 2021, 64,3% das crianças e dos(as) adolescentes de Pernambuco viviam com privações de renda, segundo o estudo do UNICEF. Hoje, muitos(as) deles(as) enfrentam dificuldades para se alimentar ou passam fome*

**N**o Recife, dezenas de pessoas, em geral mulheres, recorrem à área de descarte de produtos vencidos de supermercados para alimentar os filhos, em momentos de extrema necessidade.

Já antes da pandemia, em 2019, quase 60% das crianças e dos(as) adolescentes de até 17 anos, o equivalente a quase 1,5 milhão de meninos e meninas, viviam em privação de renda no estado de Pernambuco, segundo o estudo do UNICEF. Em 2021, esse percentual chegou a 64,3%.

Disso decorre que quatro entre dez pessoas do estado estão em situação de insegurança alimentar moderada ou grave. Ou seja, passam fome ou enfrentam dificuldade para se alimentar, aponta o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (Vigisan), realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), entre novembro de 2021 e abril de 2022.

“A gente compra carcaça de galinha, é mais barato. Pescoço, pés de galinha, costelas, só isso”, diz Isabel Natália da Silva, 35 anos. Isabel tem cinco filhos: Miguel Henrique, 16 anos, João Jean, 12 anos, Aruna Ariane, 3 anos, e as gêmeas Aila e Alice, 1 ano e meio. A única renda garantida são os R\$ 600 do Bolsa

Família.<sup>1</sup> O marido, Sandro Cavalcante Roque, 39 anos, ganha em média R\$ 300 por mês fazendo bicos como carregador de hortifrúteis no Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco (Ceasa-PE). Isabel consegue mais alguns trocados vendendo pipoca e água mineral nos semáforos.

Somadas as rendas fixa e variáveis, cada membro da família sobrevive com menos de R\$ 5 por dia, menos da metade do que o Banco Mundial considera o limiar da extrema pobreza. “Ou eu compro remédios, fraldas e leite para as meninas, ou a gente come. Prefiro dar às minhas filhas”, diz.

Comer o que gosta é um luxo. Aruna adora feijão, mas raramente come porque custa caro e o preparo consome gás. Volta e meia a menina diz: “Mãe, a senhora fez o meu feijão?”, conta Isabel.

Nas horas de desespero, Isabel pede socorro aos vizinhos ou ao Centro Comunitário Mário Andrade, uma âncora solidária do Ibura, o quinto bairro mais populoso do Recife, com 50 mil moradores, segundo dados da prefeitura.

Vizinha de Isabel, Laudicéia Maria da Silva, 42 anos, também lamenta não poder alimentar as duas filhas: Érica, 4 anos, e Camile, 17 anos. “Tinha noites que elas diziam ‘Mainha, quero comer’,

aí eu dava água para elas para passar a fome, para conseguirem dormir. Elas acordavam, pediam comida e eu continuava dando água”, relata.

A família sobrevive dos auxílios do governo federal e dos R\$ 200 dos bicos de pedreiro do marido. Ela é outra que também depende das cestas básicas do centro comunitário.

A catadora de material reciclável Cícera Marta da Silva, 43 anos, vive a mesma apreensão diária de não ter o que pôr à mesa. As mãos quase sempre vertem água de tantos calos, mas ela põe luvas e sai às ruas empurrando o carrinho de mão atrás de latas, vidros, plástico, ferro, qualquer coisa que possa render algum dinheiro. Há uma razão para o sacrifício. “É triste quando um filho diz: ‘Mainha, estou com fome’, e não tem uma bolacha para ele comer”, lamenta.

Cícera mora com a mãe, de 74 anos, e os filhos de 11, 13 e 24 anos numa casa de tijolos sem reboco, de 40 metros quadrados. Recebe R\$ 600 do Bolsa Família<sup>2</sup> e cerca de R\$ 150 por mês com a reciclagem. Sempre precisa recorrer à ajuda da mãe, que ganha 1 salário mínimo de benefício social do governo. Ainda assim, não basta. “Às vezes, não tem nem um ovo”, salienta. “O que a gente come direto é cuscuz com ovo, salsichinha, hambúrguer, mortadela.”

<sup>1</sup> Na época da entrevista, em outubro de 2022, o programa chamava-se Auxílio Brasil.

<sup>2</sup> Idem.



## Os sonhos passam pela educação

A catadora de materiais recicláveis estudou até a antiga 5ª série (4º ano hoje), lê e escreve um pouco, mas se atrapalha com os números. Por isso, na hora de vender o produto da coleta, leva o filho Lucas, que está no 6º ano do ensino fundamental, para não ser enganada pelos intermediários da indústria da reciclagem. “A matemática que eu não tenho, ele tem”, salienta.

Lucas tem 11 anos. Por ora, os sonhos dele cabem numa chuteira, para não reventar mais os dedos descalços nas pedras imiscuídas sob a areia da cancha. Já fez o pedido umas quantas vezes à mãe. “Compro a chuteira ou compro comida, não tem dinheiro para os dois”, explica a catadora. “E eu peço a ele que estude muito para ter o objetivo dele e não ficar que nem eu, trabalhando de reciclagem. Isso não é um emprego bom”, diz.

O menino aprendeu a lição da mãe. “Para ser jogador, preciso da escola para ter um futuro melhor. Não posso faltar, porque, se eu faltar, não vou conseguir ser jogador de futebol”, afirma Lucas.

A educação é um caminho não só para o futuro, mas também para uma vida

mais segura, pontua a desempregada Alexandra Gomes de Araújo, 30 anos. “Nem dentro de casa a gente está seguro. Na escola eles estão mais seguros, porque lá eles estão estudando, não estão vendo a correria que fica aqui”, diz.

Alexandra criou os cinco filhos, de 2 a 10 anos, numa das palafitas às margens do rio Capibaribe, Recife. Hoje, reclama da falta de segurança. O lugar espelha Pernambuco, que apresentou 36,2 mortes por 100 mil habitantes de 10 a 19 anos em 2020.<sup>3</sup>

“A segurança é terrível. O povo invadindo a casa dos outros sem ter nada a ver. Por isso, eu prefiro meus filhos na escola. Mesmo com fome, eles vão todos os dias”, enfatiza. Mas nem todos estão no ano certo na escola. Bruno Miguel, 7 anos, está no 1º ano; Samuel, de 10 anos, no 4º. Ambos estão defasados em um ano escolar. Aleff, 8 anos, está no 3º. E Alexandra ainda não conseguiu vaga na creche para os gêmeos Bruno Tiago e Bruno Emanuel, de 2 anos.

O atraso escolar também atrapalhou a vida de João Felipe, 8 anos. Ele está no 3º ano do ensino fundamental, mas tem dificuldade em escrever o próprio

nome, lamenta a mãe, Mickaelly Bruna dos Santos, 33 anos. “Eu não tinha como ter internet em casa. Daí atrasou o aprendizado dele na escola, por conta da falta da internet”, diz.

Conforme o estudo do UNICEF, 14,2% das crianças e dos(as) adolescentes de Pernambuco tinham privação intermediária ou extrema de acesso à internet em 2020. Isso ajuda a explicar por que 14,1% das meninas e dos meninos de 4 a 17 anos não tinham acesso a escola na idade certa em 2021.

Esse é o caso de Miguel Henrique da Silva. O garoto está no 8º ano do ensino fundamental, mas, pela idade, deveria estar no 2º ano do ensino médio. Seu maior sonho é ser médico para ajudar a mãe, Isabel da Silva. Quer dar uma casa a ela, já que a família vive numa moradia emprestada, pois a palafita onde ele, a mãe, o padrasto e os quatro irmãos menores moravam foi destruída na grande enchente ocorrida em maio de 2022, no Recife.

## Perigo dentro e fora das palafitas

A maior tragédia de Pernambuco neste século deixou 128 mortos nas enxurradas e deslizamentos de terra decorrentes das chuvas. Aos 11 meses de vida, Aila esteve na iminência de fazer parte dessa estatística, não fosse um ato heroico da mãe. Isabel pulou na torrente ao vê-la presa nas tábuas da palafita, apenas o rosto fora da água. Com um prego cravado no pé, conseguiu salvar a filha. Os vizinhos ajudaram no resgate.

A palafita fica num corredor de barracos espremidos, em um vão de seis metros de largura entre o extenso muro do Aeroporto do Recife/Guararapes e os muros de várias empresas ao fundo. A água represada rompeu o paredão do aeroporto, e o turbilhão avançou sobre os barracos. Após um período em um abri-

<sup>3</sup> UNICEF. *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>.



go, Isabel, o marido e os cinco filhos de 1 ano e meio a 16 anos foram acomodados em uma casa provisória por iniciativa de Joelma Andrade de Lima, diretora do Centro Comunitário Mário Andrade.

A casinha de Alexandra Araújo também foi parcialmente destruída, e ela teve de se mudar para um barraco ao lado. Agora, precisa pagar R\$ 200 de aluguel.

“Se a gente não invadir a maré, não tem canto para morar”, justifica. E disso se origina outro problema. “Aqui

a gente não tem esgoto. Tudo vai direto para a maré”, conta. A água do córrego passa sempre turva, rente às palafitas, com todo tipo de lixo aparente à superfície. “Direto eles ficam doentes, por causa da frieza da maré. Eles vivem aí dentro”, conta a mãe.

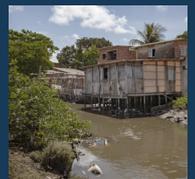
Embora tenha se mudado para a casa ao lado, os meninos ainda têm acesso aos escombros da palafita, que não tem mais paredes na parte voltada para o córrego. O lugar virou área de lazer para Samuel, Aleff, Bruno Miguel

e para os gêmeos Bruno Tiago e Bruno Emanuel. “Faz dois meses que um dos gêmeos caiu aí na maré, quase que morreu afogado. Um vizinho salvou ele”, lembra Alexandra.

Em 2019, Pernambuco tinha um déficit de 246 mil moradias, 113 mil apenas no Recife e na região metropolitana, conforme levantamento da Fundação João Pinheiro. Segundo o estudo do UNICEF, 7% das crianças e dos(as) adolescentes de até 17 anos viviam em moradias inadequadas no estado em 2020.



“A gente compra carcaça de galinha, é mais barato. Pescoço, pés de galinha, costelas, só isso”, diz Isabel Natália da Silva, que vive com os cinco filhos, em Recife(PE). Na foto, as filhas gêmeas.



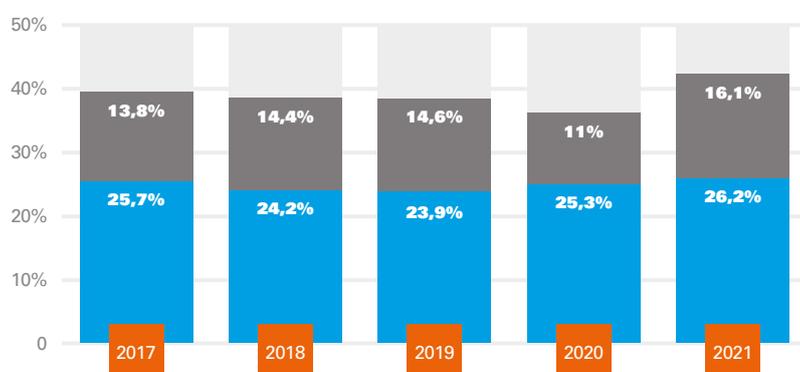
Clique para ver todas as fotos ampliadas.

## RENDA

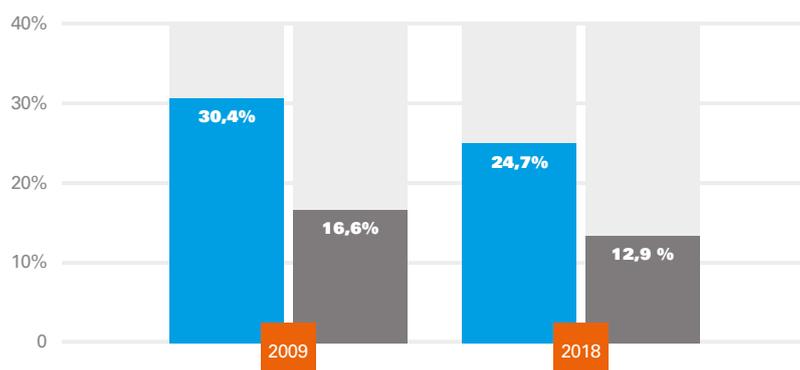
Depois de registrar uma redução significativa nas privações de renda de crianças e adolescentes entre 2009 e 2018, o Brasil se manteve com indicadores relativamente estáveis até 2020. Com a pandemia, a situação regrediu a patamares já superados, o que contribuiu para agravar a situação dos grupos mais vulneráveis, considerando o impacto que a pobreza monetária tem sobre as privações de direitos

### Privação monetária, 0-17 anos — Pnad Contínua e POF

#### Pnad Contínua



#### POF



■ Privação intermediária\* ■ Privação extrema\*\*

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua e POF.

Nota: A dimensão renda tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2021.

\*Criança e adolescente de 0 a 17 anos que vivem em um domicílio cuja renda familiar se encontra abaixo da linha de pobreza monetária.

\*\*Criança e adolescente de 0 a 17 anos que vivem em um domicílio cuja renda familiar se encontra abaixo da linha de pobreza monetária extrema.

Nos anos 2017 a 2019, analisados nesse estudo com base na Pnad Contínua, o percentual de crianças e adolescentes com alguma privação de renda se manteve relativamente estável. No ano seguinte, houve uma pequena queda no caso da privação extrema.<sup>31</sup> Em 2021, porém, tanto a privação intermediária<sup>32</sup> quanto a extrema alcançaram os maiores níveis em relação ao período analisado (26,2% e 16,1%, respectivamente), em decorrência da crise econômica desencadeada pela pandemia de covid-19.

Esse cenário representa um retrocesso preocupante em relação aos avanços que o País tinha obtido entre 2009 e 2018, segundo dados da POF. Nesse período, houve uma redução significativa, de cerca de 9 pontos percentuais, na quantidade de crianças e adolescentes privados(as) de um nível mínimo de renda para a satisfação de suas necessidades.

Como esperado para uma dimensão derivada diretamente das condições socioeconômicas, as desigualdades regionais são bem marcadas, com alta proporção de crianças e adolescentes privados(as) de uma renda mínima nas regiões Norte e Nordeste, onde os percentuais passam dos 55% em praticamente todos os estados (veja mapa na pág. 37). Maranhão e Amazonas são os que têm os maiores índices, com 69,3% e 65,4%, respectivamente. Os estados da Região Sul são os que apresentam os menores percentuais, junto com o Distrito Federal.

Embora as disparidades regionais tenham permanecido ao longo dos anos, a análise estadual revela que também houve um grande

<sup>31</sup> Equivale à linha de pobreza extrema internacional do Banco Mundial (1,9 dólar por dia).

<sup>32</sup> Equivale à linha de pobreza internacional do Banco Mundial (5,5 dólares por dia).



avanço na redução das privações relativas à renda na maioria das unidades da Federação, entre 2009 e 2018, segundo a POF (veja mapas no Anexo). A exceção a essa tendência de queda foram os estados do Acre, na Região Norte, e do Rio de Janeiro, na Sudeste, em que a redução foi bem menor do que no restante do País – abaixo de 3 pontos percentuais.

Os resultados do estudo também revelam uma grande desigualdade racial. As diferenças entre os percentuais de crianças e adolescentes de cor/raça branca e amarela e de cor/raça negra e indígena ultrapassam os 10 pontos percentuais em todos os anos da Pnad Contínua analisados.

Essa tendência também se verifica na POF. No período entre 2009 e 2018, mesmo com uma redução na proporção de crianças e adolescentes com privações de renda, a desigualdade racial persistiu, atingindo de forma mais significativa crianças e adolescentes de cor/raça negra e indígena (veja gráficos na pág. 38).

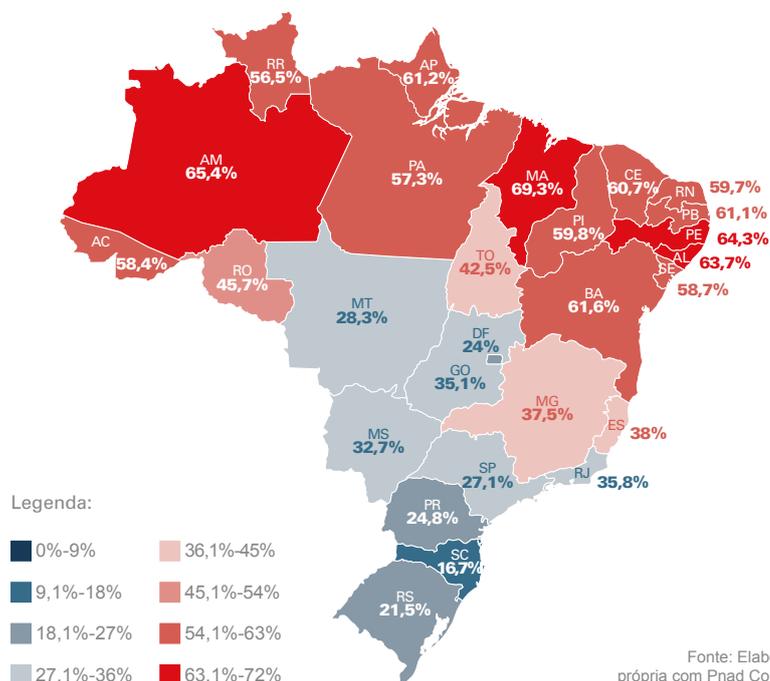
“A crise sanitária mostrou como havia uma grande quantidade de pessoas invisíveis que são altamente dependentes da informalidade”, observa Liliana Chopitea, chefe de Políticas Sociais, Monitoramento e Avaliação do UNICEF Brasil.

Segundo o IBGE, em 2020, o número de trabalhadores informais totalizava 33,3 milhões de pessoas, subindo para 36,6 milhões em 2021. Com isso a taxa de informalidade passou de 38,3% em 2020 para 40,1% em 2021.<sup>33</sup>

No total, 66 milhões de pessoas dependeram de transferências de renda emergenciais no Brasil, segundo o estudo *Pobreza infantil monetária no Brasil: impactos da pandemia na renda de famílias com crianças e adolescentes*, do UNICEF, publicado em março de 2022.<sup>34</sup>

Uma vez que as respostas foram diminuindo, os patamares de privação voltaram a crescer. De acordo com a chefe de Políticas Sociais, Monitoramento e Avaliação do UNICEF, a pesquisa mostrou claramente a influência

## Privação monetária (2021) – Pnad Contínua



das medidas adotadas pelo País durante a crise sanitária sobre os índices de pobreza monetária infantil.

Até o início de 2020, segundo o estudo, os percentuais de crianças e adolescentes vivendo abaixo da linha de pobreza monetária e na pobreza monetária extrema eram o dobro dos de adultos: cerca de 40% versus 20% na primeira situação, e 12% versus 6% na segunda. Meninos e meninas de cor/raça negra e indígena e que vivem nas regiões Norte e Nordeste também eram mais afetados(as) pela insuficiência de renda, em comparação com os(as) de cor/raça branca e amarela que vivem nas demais regiões do País.

Com o pagamento do Auxílio Emergencial, o percentual de brasileiros(as) vivendo na pobreza monetária e na pobreza monetária extrema caiu significativamente. No segundo e terceiro trimestres de 2020, o percentual da população adulta em situação de pobreza monetária caiu de

<sup>33</sup> IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua*. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil: 2012-2021. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Principais\\_destaque\\_PNAD\\_continua/2012\\_2021/PNAD\\_continua\\_retrospectiva\\_2012\\_2021.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaque_PNAD_continua/2012_2021/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2021.pdf).

<sup>34</sup> UNICEF. *Pobreza infantil monetária no Brasil: impactos da pandemia na renda de famílias com crianças e adolescentes*. Brasília: UNICEF, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-infantil-monetaria-no-brasil>.

6% para cerca de 4%, enquanto o de crianças e adolescentes diminuiu de 12% para cerca de 6%.

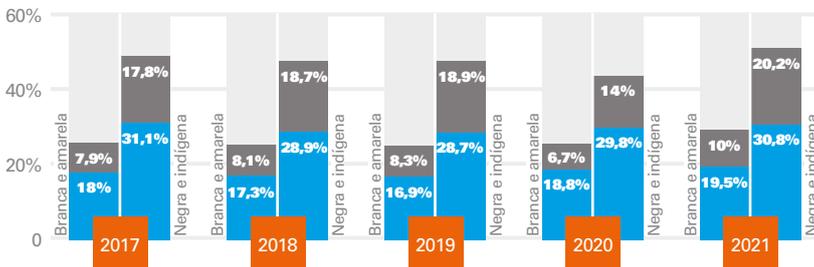
Quando o valor e o número de beneficiários do auxílio foram reduzidos, no final de 2020, a pobreza monetária aumentou novamente, voltando a patamares próximos aos de 2019. No caso da pobreza monetária extrema, os percentuais ficaram um pouco abaixo daqueles do último trimestre de 2019 (6,1% em 2020 ante 7,4% em 2019), porque, mesmo com metade do valor, o benefício ainda permitia às famílias alcançar uma renda *per capita* acima da linha da pobreza. Sem o Auxílio Emergencial, os percentuais da população abaixo das linhas de pobreza monetária teriam sido cerca de 10 pontos percentuais maiores no segundo e terceiro trimestres de 2020 – o que corresponderia a 4,4 milhões de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos.

Em 2021, o Auxílio Emergencial foi suspenso no primeiro trimestre. Com isso, o percentual de pobreza monetária ficou 1 ponto percentual acima do do primeiro trimestre de 2020, e o de pobreza extrema, cerca de 2,5 pontos percentuais acima. Esses índices correspondem a mais 440 mil crianças e adolescentes de até 14 anos na pobreza monetária e a mais 1 milhão de meninos e meninas na pobreza monetária extrema.

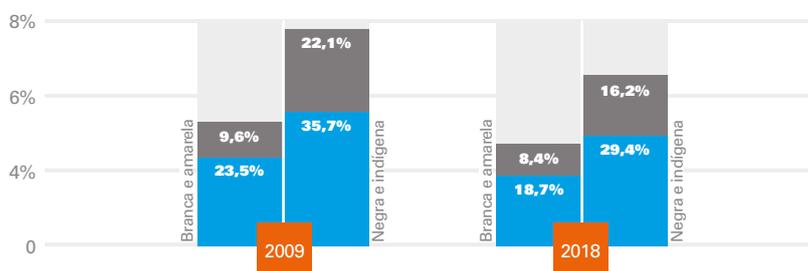
Com o retorno do programa no segundo e terceiro trimestres de 2021, ainda que com valor menor – cerca de 1/5 do valor do ano anterior –, os níveis de privação de renda voltaram a cair, mas em menor escala do que no ano anterior. A pobreza monetária infantil ficou em torno de 39,5%, cerca de 1 ponto percentual abaixo do período anterior à pandemia. Já a pobreza monetária extrema dessa população caiu para cerca de 10%, dois pontos percentuais abaixo da média registrada em 2019.

### Privação monetária, 0-17 anos, por cor/raça – Pnad Contínua e POF

#### ● Pnad Contínua



#### ● POF



■ Privação intermediária\* ■ Privação extrema\*\*

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua e POF.

Nota: A dimensão renda tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2021.

\*Criança e adolescente de 0 a 17 anos que vivem em um domicílio cuja renda familiar se encontra abaixo da linha de pobreza monetária.

\*\*Criança e adolescente de 0 a 17 anos que vivem em um domicílio cuja renda familiar se encontra abaixo da linha de pobreza monetária extrema.

O estudo do UNICEF evidencia, assim, que o Auxílio Emergencial foi responsável, nos períodos em que esteve em vigor, por evitar que cerca de 1,8 milhão de crianças e adolescentes de até 14 anos estivessem em situação de pobreza e de pobreza extrema naquele momento. O benefício também contribuiu para reduzir temporariamente a pobreza monetária de pessoas negras e indígenas e de moradores das regiões Norte e Nordeste, ainda que as taxas de ambos os grupos tenham continuado superiores às de pessoas brancas e amarelas e de moradores das demais regiões.

“A pandemia deixou clara a importância de os programas de transferência de renda serem adequados à realidade econômica para que de fato façam diferença para as famílias”, observa Liliana Chopitea, do UNICEF. A revisão periódica dos valores com base na inflação possibilita, segundo ela, que as famílias tenham mais recursos para poder, inclusive, procurar outras fontes de renda.

Apesar da importância de programas como o Bolsa Família, a renda, segundo ela, é apenas parte da resposta quando se fala de pobreza multidimensional na infância e na adolescência. “É preciso que os outros direitos sejam garantidos e isso vai além da renda”, lembra Chopitea. “A proteção social tem que ser en-



tendida como uma integralidade de garantia dos direitos. A assistência social contribui para o cumprimento de outros direitos, além do acesso a renda, mas os outros serviços também precisam ser fortalecidos paralelamente”, reforça.

De acordo com o relatório *More than a billion reasons: the urgent need to build universal social protection for children*,<sup>35</sup> publicado em março de 2023 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo UNICEF, o modo como diferentes países responderam aos problemas sociais decorrentes da pandemia de covid-19 deixou claro tanto o potencial como as lacunas dos sistemas de assistência social como um todo.

Em resumo, os sistemas que já tinham uma cobertura elevada ou que foram capazes de incluir de forma rápida um número grande de famílias ao longo da emergência sanitária alcançaram um grau de proteção e de garantia de direitos muito mais alto. Por isso, o relatório sublinha a importância de os governos aumentarem a capacidade de seus sistemas de proteção social de reagir a choques, investindo em medidas como a criação de mecanismos e de recursos que permitam a eles se expandir e incluir rapidamente as pessoas afetadas em situações de crise, em especial as crianças e os(as) adolescentes, em geral os(as) mais prejudicados(as).

Para Ricardo Paes de Barros, pesquisador e professor do Insper, para reduzir a pobreza e a desigualdade é preciso ter políticas muito mais personalizadas, individualizadas, do que aquelas mais genéricas, voltadas para os menos vulneráveis, porque as causas da pobreza são totalmente diferentes de uma pessoa para outra. “Para chegar numa criança ou adolescente em privação extrema, você tem que realmente entender o problema daquela criança ou daquele adolescente. Políticas de transferência de renda mais amplas podem até resolver o problema de uma faixa da população que vai, digamos, dos 5% aos 25% mais pobres. Mas, abaixo dessa faixa, há os 5% ainda mais pobres, os que estão



**A assistência social contribui para o cumprimento de outros direitos, além do acesso a renda, mas os outros serviços também precisam ser fortalecidos paralelamente.”**

Liliana Chopitea, chefe de Políticas Sociais, Monitoramento e Avaliação do UNICEF

na base da pirâmide, em privação extrema. Ali, o problema é mais complexo e não vai ser resolvido com políticas generalistas”, diz.

Segundo Paes de Barros, o País tem capacidade para fazer essas políticas individualizadas. No entanto, nos últimos anos todo o atendimento individualizado e o financiamento da assistência social caíram dramaticamente. “Metade do Cadastro Único está desatualizado, a gente não consegue usá-lo nem estatisticamente para entender a pobreza, muito menos individualmente para conhecer o pobre”, afirma. “Ninguém sai da pobreza sem ter oportunidades, sem ter transferência de renda. O crescimento econômico também é muito importante, mas, se você não tiver um atendimento individualizado, não adianta. Você pode ter um ótimo hospital, mas não tem nenhum médico para descobrir exatamente de que você está precisando”, compara.

Para fazer isso, o professor do Insper considera crucial reforçar não só o papel protetivo mas também o papel construtivo do Sistema Único de Assistência Social (Suas) no Brasil. “O desenvolvimento precisa ser promovido”, diz ele. “Você não vai conseguir estimular uma criança que está sendo negligenciada em casa ou sendo vítima de violência familiar, por exemplo. Mas, além de proteger, você também quer que essa criança se desenvolva, que a família dela se desenvolva. E para isso você precisa conhecer essas pessoas, fazer uma abordagem personalizada, como a de um médico que trata não só da sua doença naquele momento, mas da sua saúde”, conclui.

<sup>35</sup> OIT/UNICEF. *More than a billion reasons: The urgent need to build universal social protection for children*. Genebra, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/135211/file/More%20than%20a%20billion%20reasons%20The%20urgent%20need%20to%20build%20universal%20social%20protection.pdf>.



No Rio de Janeiro, Deise dos Santos Braga (à dir.), 49 anos, trabalhava de faxineira e de cabeleireira, mas, com a pandemia de covid-19, ficou desempregada. Atualmente, ela sustenta os dois filhos e a neta vendendo empadas





# RIO DE JANEIRO

*No assentamento Chapadinho, na Pavuna, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro, crianças e adolescentes enfrentam múltiplas privações em decorrência da falta de renda que afeta cerca de 1 milhão de meninos e meninas do estado*

**R**uas de terra batida, nenhuma arborização; casas muito precárias, feitas com diversos materiais, como madeira e telhas, e com esgoto direcionado para um valão que, em dias de chuva, transborda a céu aberto.

Essa é a realidade do assentamento Chapadinho, localizado bem ao lado de um condomínio de prédios de classe média baixa, na Pavuna, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro.

De acordo com o Censo de 2010, realizado pelo IBGE, moram 97.350 pessoas na Pavuna. Um levantamento feito de 2019 a 2022 pelo Programa Territórios Sociais, parceria da Prefeitura do Rio de Janeiro e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), com 176 famílias que vivem no assentamento, mapeou as condições de vida da comunidade.

Das 61 famílias monitoradas pelo programa, 41 estão em risco social (em termos de saúde, educação e padrões de vida).

Segundo o levantamento do programa, vivem no Chapadinho 119 crianças e 48 adolescentes que, como mais de 1 milhão de meninos e meninas do estado, têm privação intermediária e extrema de renda no Rio de Janeiro.

Entre eles(as) estão Carlos Daniel, 14 anos, Caroline Bianca, 18 anos, e sua filha Helena Vitória de oito meses. Eles vivem com a mãe, Deise dos Santos Braga, 49 anos, no assentamento.

A casa tem acabamento que mistura tijolo aparente, madeira e até telha

fazendo as vezes de parede, uma cozinha, um banheiro e dois quartos. O de Deise tem um colchão de casal, no qual ela dorme com o filho de criação. No outro, a filha e a neta dividem uma cama de solteiro.

Deise é viúva, sabe ler e escrever muito mal, porque nunca frequentou a escola. “O pouco que eu sei aprendi em casa, com os meus filhos e em casa de família onde eu trabalhei. Eu pulo muita coisa, só sei ler coisa pequena e fácil, conheço mais as letras. Vou tentando juntar as letras e sai alguma coisa”, explica.

## Pandemia agravou a situação de privação

Deise já trabalhou como faxineira com carteira assinada, mas há cinco anos está desempregada. Segundo ela, a pandemia de covid-19 piorou a situação. Para sustentar a família, ela passou a fazer empadas e salgados em casa.

“Às vezes, eu tiro R\$ 40 por semana, uns R\$ 200 por mês”, explica. Para sobreviver, ela conta com a ajuda de parentes e lideranças da comunidade que doam cestas básicas, mas o dinheiro sempre acaba antes de o mês terminar, e ela precisa improvisar para cozinhar. “Às vezes, acaba o gás antes de eu ter o dinheiro para comprar. Eu boto o meu fogão de ‘lenhinha’ aqui no chão e cozinho no fogo de lenha”, diz.

A filha, Caroline, estava cursando o 1º ano do ensino médio quando deu à luz Helena Vitória e precisou abandonar os estudos. A jovem conta

que já repetiu de ano duas vezes, mas só não voltou a estudar porque não conseguiu desmamar a filha. “Parei por causa dela. Antes de ter ela, eu queria ser confeitadeira, mas hoje em dia eu quero trabalhar para ter meu dinheiro. Qualquer trabalho para mim está bom. Recebendo, para mim está bom”, afirma. Caroline ajuda a mãe a fazer empadas para vender e vai ao mercado todos os dias colher legumes, verduras e frutas para a filha. “Não pode vender, então o mercado joga fora. Aí a gente pega. Dá para comer. É só a gente cortar a parte ruim e comer”, diz ela. “Pego mesmo, vergonha é passar fome.”

Carlos Daniel, assim como Caroline, está atrasado na escola. O jovem deveria estar cursando o 9º ano do ensino fundamental II, mas está no 6º. Ele gosta da escola, mas nem pensa em cursar faculdade. Quer ser jogador de futebol e ganhar dinheiro para ter uma vida melhor. “Quero ajudar minha família, ajudar o povo”, sonha o menino.

Pertinho da casa de Deise, também no Chapadinho, mora Marlene da Conceição, 51 anos, que também sofre de privação de renda. Ela vive em uma casa de um único cômodo. Tem no chão apenas um colchão de espuma, no qual dormem ela, as filhas Dandara, 29 anos, Yasmim, 24 anos, e o neto Matheus, 8 anos, caçula do filho de Marlene que morreu há quatro anos. Os quatro irmãos de Matheus, um menino e três meninas com idades entre 9 e 16 anos, moram com a mãe, Elizabete Cristina Santos Ferreira, 33 anos, mas passam os dias na casa da avó.



Marlene é analfabeta, diabética e sustenta a família sozinha. Ela recebe o Bolsa Família<sup>1</sup> e, para completar o orçamento, lava roupa para fora e cuida de duas filhas de uma vizinha. Com isso, consegue ter mais cerca de R\$ 220 por mês. De acordo com Marlene, a falta de dinheiro afeta principalmente a alimentação da família. “Tem dia que não tem nada para comer. Ficar com fome é a pior coisa que tem, e eu sei o que é isso. É uma sensação horrível. Eu aguento, mas quando vejo meu neto, que tem apenas 8 anos de idade, acordar de manhã e pedir café da manhã e eu não ter para ele, é doloroso”, lamenta Marlene.

Seu neto, Marcelo, de 16 anos, já foi empacotador e trabalhou em obra colocando gesso e drywall. Atualmente, cursa o 1º ano do ensino médio. Está atrasado um ano, porque durante a pandemia a mãe não conseguiu escola para ele frequentar.

O jovem sonha em ser advogado ou juiz e quer estudar Direito para, segundo ele, defender os negros inocentes que são julgados culpados e tratados como bandidos pela cor da pele. “Acho legal advogado, juiz, porque eles defendem pessoas. Hoje em dia, sempre quem é autoridade tem mais palavra que você”, diz o jovem.

Como ele, suas irmãs também estudam e, assim como outras crianças e adolescentes da comunidade, frequentam as aulas de reforço escolar do Projeto Leões de Cristo, que funciona na igreja do assentamento de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h. De acordo com a coordenadora do projeto, Jéssica Caetano Rodrigues, o trabalho existe graças ao esforço da própria comunidade. Todos os professores são voluntários.

O irmão de Marcelo, Matheus, 8 anos, aluno do 2º ano, diz todo sorridente: “Eu estou na explicadora [reforço], sei ler e escrever. Quero ser professor, porque eu adoro”. Sua irmã, Izabel Cristina, 11 anos, está no 5º ano do ensino fundamental I. A menina tem o sonho de ser bailarina e professora para “ajudar a família inteira, ter uma casa e as coisas que queria ter em casa”.

### Sem casa, sem renda e sem emprego

Já o sonho de Nycolas Caetano Pereira, 11 anos, é ser jogador de futebol. O aluno do 7º ano do ensino fundamental II quer ganhar dinheiro e confiança que o principal objetivo é “ajudar minha mãe e, também, comprar outra casa e viajar”. Nycolas e a mãe, Thereza Caroline Caetano Rodrigues, vivem de favor na casa de um amigo

desde 27 de março de 2022, quando uma tempestade derrubou o barraco de dois cômodos em que viviam no Chapadinho. No terreno restaram uma pia, uma televisão e outros objetos quebrados. Thereza lembra com tristeza do dia em que tudo aconteceu.

“A telha da cozinha quase acertou a cabeça dele, bateu na pia. Conforme bateu na pia eu falei: ‘Aqui eu não vou ficar não, vou arrumar um canto para ficar com o meu filho’. Isso aí foi no domingo, e eu saí no dia seguinte, pedi ao pessoal para me ajudar a levar o que sobrou mesmo e fui embora. Voltei para pegar um armário que tinha ali para botar as compras. Já estava o armário todo caído, quebrado, molhado. Quando eu voltei, não tinha mais barraco, não tinha nada. Eu não gosto de ficar falando disso.”

Thereza, 30 anos, é separada e nunca trabalhou. Sem receber ajuda do pai de Nycolas, ela vive do benefício que recebe do governo federal. Segundo ela, o fato de ter estudado apenas até a 4ª série do antigo primeiro grau, hoje 5º ano do ensino fundamental I, gera dificuldade para conseguir um emprego. Ela afirma que toda a renda que recebe é gasta com alimentação, e que sobra pouco para reconstruir a casa. “Eu vou juntando, pouquinho e pouquinho, pelo menos [para] fazer um cômodo pequeno que dê para mim e para ele”, diz.

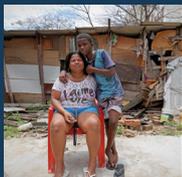
A família de Carlos Rodrigo dos Santos Braga, 40 anos, e Inara Regina dos Santos Macário, 24 anos, mora ao lado do terreno de Thereza. Os dois vivem com os filhos Mariele, 8 anos, Isis, 4 anos, e Victor, 4 meses, em uma casa inacabada e com muitos problemas de saneamento. A casa tem um único quarto, onde dormem os cinco no mesmo colchão. “Querida poder subir nossa casinha, para, em cima, cada uma das filhas ter um quarto para elas”, explica Inara.

<sup>1</sup> Na época da entrevista, em outubro de 2022, o benefício chamava-se Auxílio Brasil.



© UNICEF/BRZ/Sérgio Moraes

No Rio de Janeiro, Thereza Caroline Rodrigues e seu filho, Nycolas, de 11 anos, perderam a casa em que viviam durante uma tempestade, em março de 2022



Clique para ver todas as fotos ampliadas.

Carlos foi alfabetizado depois de adulto, sabe apenas assinar o nome. Como não consegue emprego formal, faz biscates para ganhar algum dinheiro. “Trabalho de ajudante de obra. O que aparece para mim, eu faço. Ganho, às vezes, R\$ 50; às vezes, R\$ 40, depende da pessoa que me contrata para fazer as coisas”, conta. Já Inara estudou até o 9º ano do ensino fundamental,

e, mesmo assim, nunca teve um emprego de carteira assinada. Ela recebe o Bolsa Família<sup>2</sup> e conta com doações de cestas básicas e fraldas.

Todos os dias, Inara caminha cinco quilômetros catando latinhas para vender. Sai do Chapadinho às 8h e chega às 11h na Central de Abastecimento do Rio de Janeiro (Ceasa-RJ), que fica em Irajá,

outro bairro da Zona Norte. Lá, ela pega frutas e legumes que são jogados fora.

Sua filha mais velha, Mariele, que está no 3º ano do ensino fundamental, tem, hoje, os mesmos planos que um dia ela teve: ser cantora. Juntas, elas cantam músicas religiosas e pagodes. A canção preferida das duas é “Vendaval”, que fala da construção de uma vida a dois em um castelo.

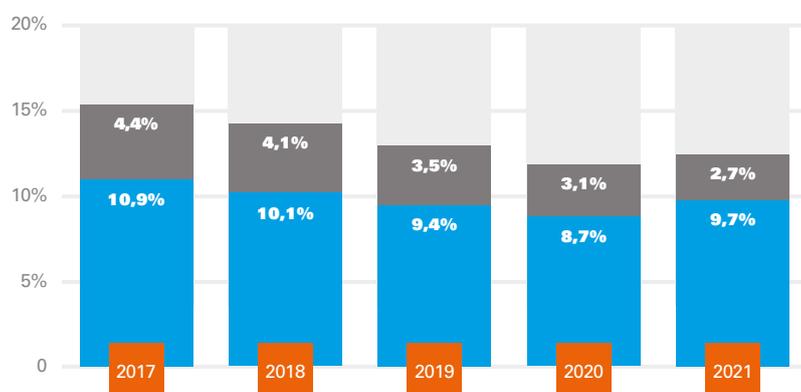
<sup>2</sup> Na época da entrevista, em outubro de 2022, o benefício chamava-se Auxílio Brasil.

## EDUCAÇÃO

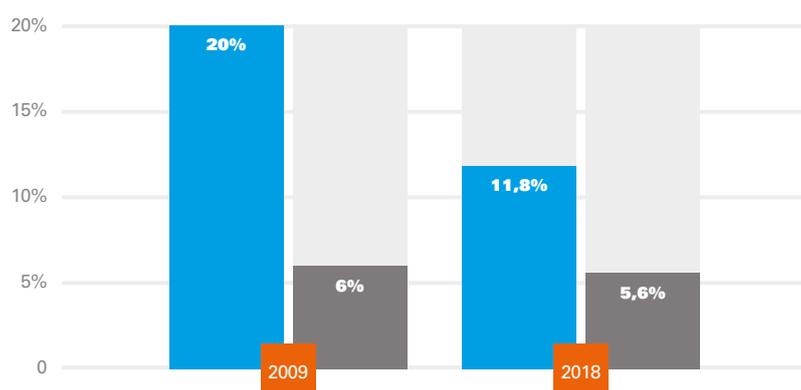
A alfabetização sempre foi um desafio no País, mas os indicadores vinham melhorando. A partir de 2020, quando as escolas suspenderam as aulas presenciais, passa a haver uma inversão desse cenário. De 2020 para 2022, estimativas feitas pelo UNICEF a partir da Pnad Contínua Trimestral indicam que dobrou o percentual de crianças e de adolescentes privados(as) do direito à alfabetização

### Crianças e adolescentes de 4 a 17 anos com privação em educação — Pnad Contínua e POF

#### ● Pnad Contínua



#### ● POF



■ Privação intermediária ■ Privação extrema

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua e POF.

Nota: A dimensão educação tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2021. Nela, foram analisados os dados de alfabetização e acesso à escola na idade certa. Os resultados consideram o total de crianças e adolescentes com alguma privação em qualquer um desses dois campos.

Observando a dimensão educação como um todo, o estudo mostra que houve uma melhora significativa na situação de privação intermediária<sup>36</sup> até 2020. De 2020 para 2021, no entanto, houve um aumento de 8,7% para 9,7%. Em relação à situação de privação extrema,<sup>37</sup> observa-se uma redução, porém não estatisticamente significativa (veja gráfico ao lado).

Numa perspectiva histórica, de acordo com os dados das POFs de 2008/2009 e de 2017/2018, houve avanços em relação à privação intermediária que não se observaram em relação à extrema. Enquanto o número de crianças em privação intermediária caiu cerca de 8 pontos percentuais, na extrema a queda não chegou a 0,5 ponto percentual.

Para Luiz Miguel Martins Garcia, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e dirigente municipal de Educação de Sud Mennucci (SP), a persistência de privações extremas revelada pelo estudo está relacionada com o fato de que algumas crianças estão em uma estrutura familiar de precariedade tão elevada, que se produz quase um determinismo: mesmo com as políticas implantadas ao longo dos anos, o histórico familiar acaba sendo um impeditivo para que essas crianças acessem plenamente o direito à educação. “Mudar essa realidade depende de um trabalho intersetorial den-

<sup>36</sup> Em alfabetização, refere-se a criança maior de 7 anos e adolescente analfabetos(as) que frequentam um estabelecimento educacional; em acesso à escola na idade certa, diz respeito a criança e adolescente de 9 a 17 anos que frequentam escola, mas com atraso.

<sup>37</sup> Em alfabetização, refere-se a criança maior de 7 anos e adolescente analfabetos(as) que não frequentam um estabelecimento educacional; em acesso à escola na idade certa, diz respeito a criança e adolescente de 4 a 17 anos que não frequentam um estabelecimento educacional.



tro de cada governo, com o apoio e suporte sobretudo das áreas de assistência social e saúde”, avalia.

Mônica Pinto, chefe de Educação do UNICEF Brasil, concorda com ele. Segundo ela, para superar as privações extremas, é importante um conjunto de ações que vá além da educação. “Quando você começa a ver os motivos pelos quais as crianças não estão na escola, aparecem outras questões, como migração ou doença na família, que somente outras políticas vão ter condições de apoiar para que essa criança ou esse adolescente volte a estudar e permaneça na escola”, diz ela.

No caso das privações intermediárias, Garcia avalia que a pandemia de fato foi decisiva para a piora nos indicadores em 2021, porque, além de ampliar a pobreza da população em geral, mexeu com toda a lógica de acesso e frequência escolar. “Foi muito difícil garantir acessibilidade, transporte, enfim, fazer uma oferta regular de atividades”, explica.

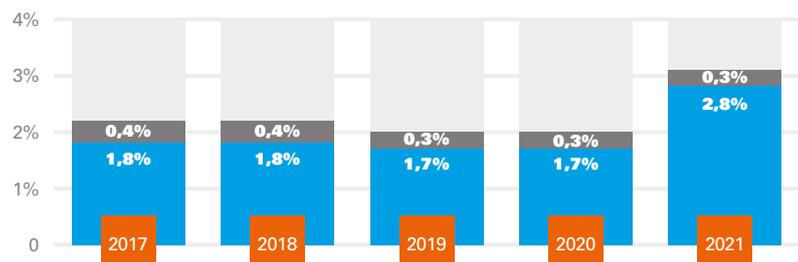
### Piora nos índices de alfabetização

Um dado preocupante levantado pelo estudo é o da piora recente nos indicadores de alfabetização. Revertendo a tendência de queda no analfabetismo mostrada pela POF em 2008/2009 e 2017/2018 e de estabilidade na Pnad Contínua entre 2017 e 2020, a privação intermediária relacionada ao analfabetismo (a quantidade de crianças maiores de 7 anos e adolescentes analfabetos(as) que frequentam um estabelecimento educacional) cresceu em 2021 cerca de 1 ponto percentual em relação ao ano anterior (de 1,7% para 2,8%). Esse resultado revela o impacto que a pandemia de covid-19 teve sobre a educação, em razão da suspensão das atividades presenciais nas escolas no período.

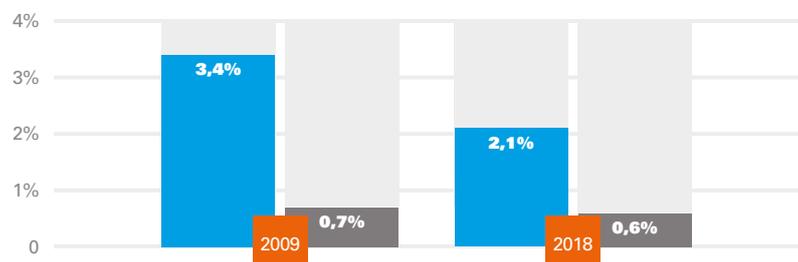
“É inadmissível que tenhamos crianças analfabetas no século XXI”, diz Mônica, que reforça ainda a necessidade de retomada da discussão sobre a formação inicial e continuada de professores. “Vivemos esse momento da pandemia em plena implementação da Base Nacional Comum Curricular. É importante retomarmos esse processo de implementação, a partir de uma avaliação do que foi possível fazer ao longo desse período. E, neste momento específico, diante do longo período

## Analfabetismo, 7-17 anos — Pnad Contínua e POF

### ● Pnad Contínua



### ● POF



■ Privação intermediária\* ■ Privação extrema\*\*

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua e POF.

Nota: A dimensão educação tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2021.

\*Criança maior de 7 anos e adolescente analfabeto(as) que frequentam um estabelecimento educacional.

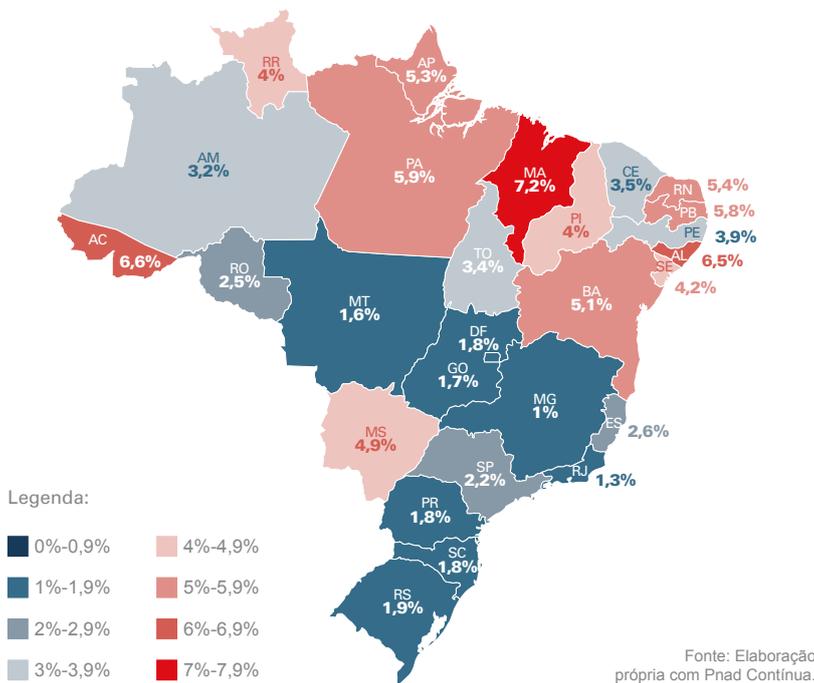
\*\*Criança maior de 7 anos e adolescente analfabeto(as) que não frequentam um estabelecimento educacional.

de escolas fechadas, é fundamental que por muitos anos as equipes pedagógicas façam um diagnóstico sobre o que os estudantes vêm aprendendo, para planejar o ano letivo seguinte”, afirma.

Outro desafio importante, segundo ela, é o de fazer políticas que não tenham um desenho idealizado de família e de criança. “Qual é a educação infantil que temos que garantir para populações de comunidades tradicionais — populações rurais, quilombolas, ribeirinhas, indígenas?”, questiona.

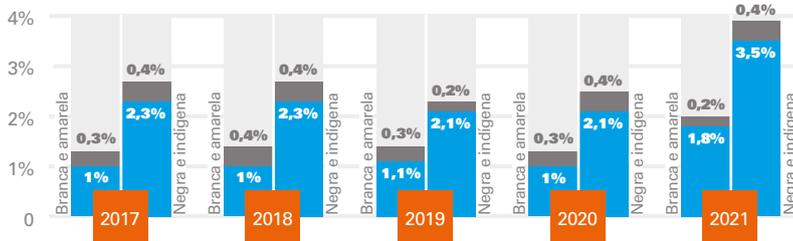
Identificar essas modalidades, reconhecendo os diferentes padrões e necessidades dos povos originários e dos contextos urbano e rural, por exemplo, é o primeiro desafio, de acordo com ela, para que de fato se tenha uma educação infantil de qualidade para todos(as), essencial para que as crianças tenham uma plena educação básica.

## Analfabetismo, 7-17 anos (2021) — Pnad Contínua

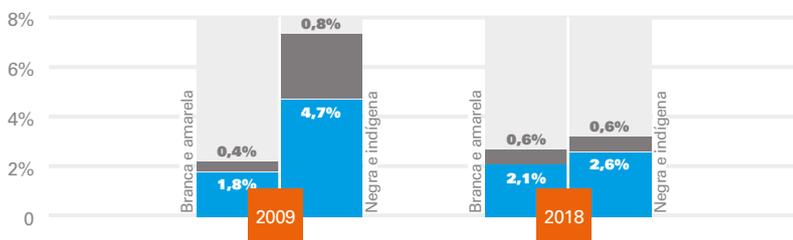


## Analfabetismo, 7-17 anos, por cor/raça — Pnad Contínua e POF

### ● Pnad Contínua



### ● POF



■ Privação intermediária\* ■ Privação extrema\*\*

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua e POF.

Nota: A dimensão educação tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2021.

\*Criança maior de 7 anos e adolescente analfabetos(as) que frequentam um estabelecimento educacional.

\*\*Criança maior de 7 anos e adolescente analfabetos(as) que não frequentam um estabelecimento educacional.

## Desigualdade regional

Quando se analisam os dados relativos ao analfabetismo por unidade da Federação, observa-se que há uma significativa desigualdade regional. Em 2021, o percentual de crianças com privação intermediária ou avançada no Maranhão chegou a 7,2%. Já Minas Gerais, que apresenta o menor indicador, tinha apenas cerca de 1% das crianças com alguma privação.

Como em nível nacional, em âmbito estadual, os resultados recentes levantados com base na Pnad Contínua (veja mapa ao lado) revelam uma piora nos índices de analfabetismo em 2021 em vários estados do Norte e do Nordeste, como Acre, Alagoas e Maranhão, em contraposição à tendência de melhoria registrada pela POF entre 2009 e 2018 (veja na pág. 93).

## Desigualdades raciais e de gênero

Em relação a cor/raça, também se verifica uma grande desigualdade no direito à alfabetização, bem como uma piora nos indicadores em 2021, revertendo a tendência de melhoria verificada entre 2009 e 2018 na POF.

Segundo os dados mais recentes da Pnad Contínua, a diferença média de percentual entre crianças e adolescentes de cor/raça negra e indígena com privação intermediária e extrema é duas vezes maior do que a do grupo de cor/raça branca e amarela. E enquanto o analfabetismo passou de 2,5% em 2020 para 3,9% em 2021 entre crianças e adolescentes negros(as) e indígenas, para os(as) brancos(as) e amarelos(as), o indicador foi de 1,3% para 2%.

A piora no acesso à alfabetização afetou tanto meninos quanto meninas, embora nesse quesito elas tenham menos privações do que eles. Enquanto as meninas passaram de 1,3% de privação intermediária em 2020 para 2,3% em 2021, os meninos foram de 2,1% para 3,3%, níveis acima dos registrados em todos os períodos anteriores analisados pela Pnad Contínua (veja gráfico na pág. 47).

Já em relação ao acesso à escola na idade certa, os resultados do estudo revelam que houve uma melhora contínua nos indicadores ao longo dos últimos anos. Em 2017, 15,2% de crianças e adolescentes apresentavam alguma privação



no acesso à escola na idade certa, percentual que foi se reduzindo até chegar a 11% em 2021.

Na análise histórica dos dados da POF, também se observa uma queda na privação de acesso à escola na idade certa (2009-2018). Enquanto cerca de 26% das crianças e dos(as) adolescentes apresentavam alguma privação nesse quesito em 2009, em 2018 esse percentual diminuiu para 17,4%. A privação extrema,<sup>38</sup> que chegou a 6% em 2009, caiu para 5,6% em 2018.

### Acesso à escola na idade certa é desigual

Os resultados mostram que também o acesso à escola é desigual entre as regiões, embora com diferenças menos proeminentes do que em outras dimensões. No entanto, em 2021, apesar de haver percentuais de privação acima da média em estados como Bahia e Sergipe, a maior parte da Região Nordeste se mostra relativamente mais próxima de estados de maior desenvolvimento socioeconômico nesse indicador, especialmente o Ceará, que apresenta percentual de crianças privadas do acesso à escola na idade certa abaixo de 10%.

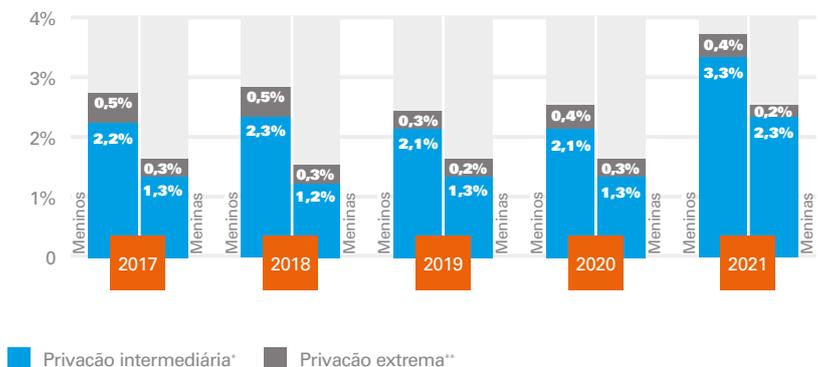
A análise histórica da POF em nível regional mostra ainda que, no período entre 2009 e 2018, houve uma queda significativa das privações em todos os estados, com exceção do Amapá, onde o percentual se manteve em torno de 30%.

Já no que se refere a cor/raça, as desigualdades são significativas e persistentes, como em outros indicadores. Embora tenha havido uma redução para todos os grupos ao longo do tempo, o percentual de crianças e adolescentes de cor/raça negra e indígena com privação intermediária ou extrema em 2018 era maior do que os(as) de cor/raça branca e amarela em 2009, quase dez anos antes, segundo a POF (veja na pág. 48).

Em relação ao gênero, ainda há uma significativa desigualdade: os meninos apresentam uma taxa de privação intermediária quase 4 pontos percentuais maior que a das meninas em 2021 (veja o gráfico da pág. 49). No entanto, ao longo dos últimos anos, a tendência tem sido de queda devido a uma menor redução generalizada do atraso escolar, que acabou beneficiando mais fortemente os meninos.

<sup>38</sup> Refere-se a criança e adolescente de 4 a 17 anos que não frequentam um estabelecimento educacional.

## Analfabetismo, 7-17 anos, por gênero — Pnad Contínua



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

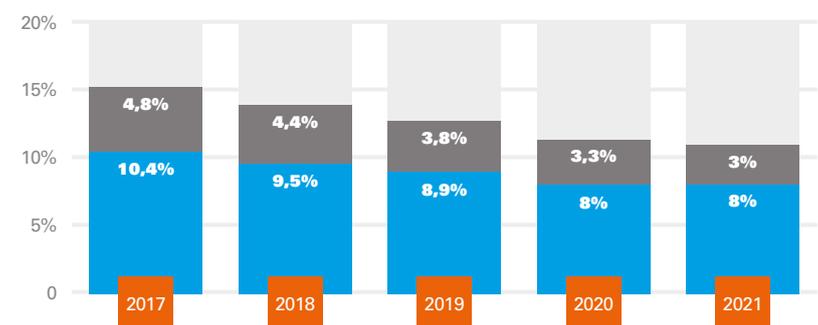
Nota: A dimensão educação tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2021.

\*Criança maior de 7 anos e adolescente analfabetos(as) que frequentam um estabelecimento educacional.

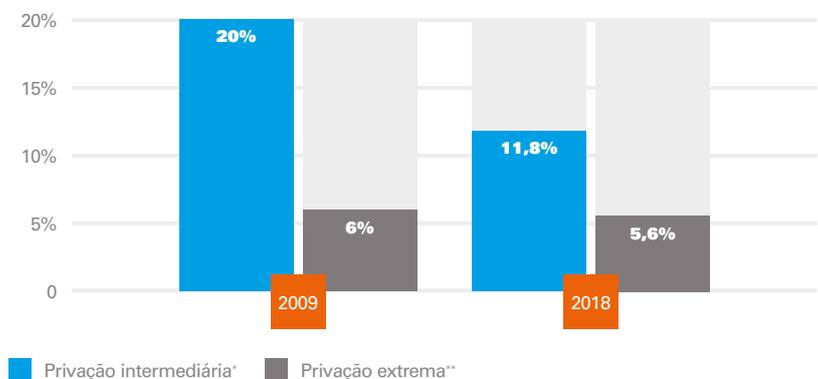
\*\*Criança maior de 7 anos e adolescente analfabetos(as) que não frequentam um estabelecimento educacional.

## Privação no acesso à escola na idade certa, 4-17 anos — Pnad Contínua e POF

### ● Pnad Contínua



### ● POF



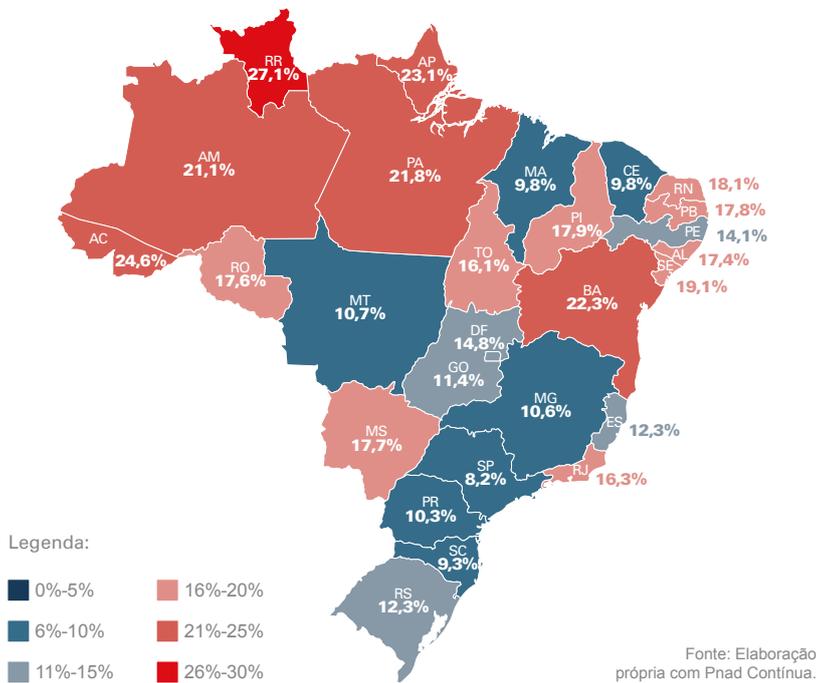
Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua e POF.

Nota: A dimensão educação tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2021.

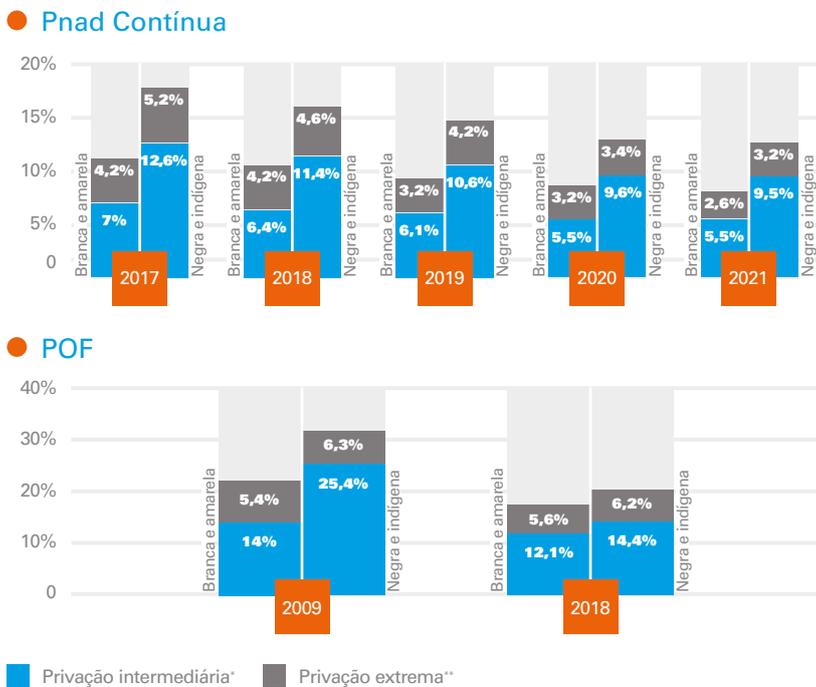
\*Criança e adolescente de 9 a 17 anos que frequentam escola, mas com atraso.

\*\*Criança e adolescente de 4 a 17 anos que não frequentam um estabelecimento educacional.

### Privação no acesso à escola na idade certa, 4-17 anos (2021) — Pnad Contínua



### Privação no acesso à escola na idade certa, 4-17 anos, por cor/raça — Pnad Contínua e POF



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua e POF.

Nota: A dimensão educação tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2021.

\*Criança e adolescente de 9 a 17 anos que frequentam a escola, mas com atraso.

\*\*Criança e adolescente de 4 a 17 anos que não frequentam um estabelecimento educacional.

Na análise histórica da última década, a diferença entre os gêneros caiu de 9 pontos percentuais em 2009 para cerca de 5 pontos percentuais em 2018, segundo dados da POF.

Para Ricardo Henriques, superintendente-executivo do Instituto Unibanco, as privações em educação, de modo geral, estão relacionadas, por um lado, a problemas nas políticas sociais. “Estas não estão conseguindo ainda dar conta de fazer com que o acesso à escola, a permanência e a capacidade de desenvolvimento cognitivo e socioemocional se deem de forma razoavelmente adequada”, afirma.

Por outro lado, na sua opinião, há problemas também na política educacional. “A política educacional brasileira tem dificuldade de ter estratégias – sobretudo pedagógicas, mas também de acolhimento e outras – que deem conta de alfabetizar na idade adequada e manter um fluxo de permanência na escola para as populações mais vulneráveis”, aponta.

Segundo ele, essa dificuldade tem a ver com dois aspectos didáticos: a organização da educação em ciclos e a “cultura da reprovação” brasileira. “Quando você pensa a educação como um ciclo, tudo que seria um processo, do ponto de vista cognitivo e socioemocional, possível para uma criança, vira uma regra. E você passa a ter expectativa de alfabetizar só até 8 anos de idade. Essa possibilidade não deveria virar a regra, porque a alfabetização na idade certa está correlacionada ao capital social e educacional da sua família, sobretudo da mãe, não é só um fenômeno de escola”, explica.

De acordo com o especialista, quando o capital social e o educacional da família são altos, a criança se alfabetiza mais rapidamente. Por isso, a ideia de equidade é tão estratégica para a política educacional, porque busca compensar essa desigualdade de origem.

Em relação à reprovação, Henriques acredita que ela também é punitiva para os mais vulneráveis. “Você vai acumulando ao longo do ciclo educacional uma defasagem em série/idade totalmente inadmissível. Alguns estados têm um padrão de reprovação no 9º ano de 40% e, no 1º ano do ensino médio, de 60%. Ou seja, há uma cultura de reprovação ao longo do ciclo educacional que vai sendo intensificada sobretudo no ensino fundamen-



tal II e no ensino médio”, explica. Por isso, de acordo com ele, uma nova pedagogia precisa ser trabalhada, desde a formação inicial até a formação continuada dos professores, para contribuir de fato com a redução das desigualdades.

Para o superintendente-executivo do Instituto Unibanco, as desigualdades regionais apontadas pelo estudo exigem estratégias customizadas para serem enfrentadas. Ele aponta que a política educacional foi quase toda construída a partir de uma visão hegemônica das regiões Sudeste e Sul. “As soluções educacionais pensadas desde a redemocratização, embora bem-intencionadas, foram tipicamente artificiais, com baixíssima implicação da população local”, afirma.

Mônica Pinto, do UNICEF, considera importante que essa customização seja muito clara, e que vá ao encontro das populações mais vulnerabilizadas e de suas especificidades. “Por exemplo, temos uma população de migrantes cada vez maior no País, que precisa ser alfabetizada em português e, cada vez mais, em sua língua materna e, em geral, não há nenhuma política de formação de professores para lidar com isso”, exemplifica. “Enquanto oferecermos para todas as crianças no território brasileiro o mesmo ponto de partida, sendo que elas vivem em realidades socioeconômicas e culturais absolutamente distintas, elas não vão atingir os mesmos direitos de aprendizagem”, conclui.

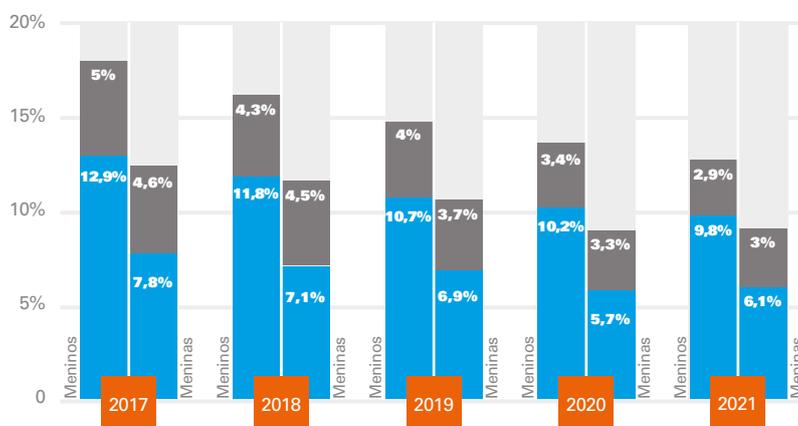
### Estimativas sobre a educação em 2022

Como a Pnad Contínua Trimestral coleta dados de educação, o estudo conseguiu estimar o percentual de crianças e adolescentes privados(as) de algum direito nessa dimensão também em 2022, comparando o segundo trimestre de cada ano (veja gráfico ao lado).

A análise dos resultados de cada tipo de privação revela que, embora as privações relacionadas ao acesso à escola na idade certa tenham se reduzido continuamente ao longo dos últimos anos, no caso do acesso à alfabetização, houve uma piora considerável nas privações intermediárias. Depois de ter diminuído de 2017 até 2020, a taxa passou de cerca de 1,6%, em 2020, para 3,7% em 2022, o maior percentual do período (veja gráfico na pág. 50).

A desigualdade racial em relação ao analfabetismo, que apresentava redução até 2020,

## Privação no acesso à escola na idade certa, 4-17 anos, por gênero — Pnad Contínua



■ Privação intermediária\* ■ Privação extrema\*\*

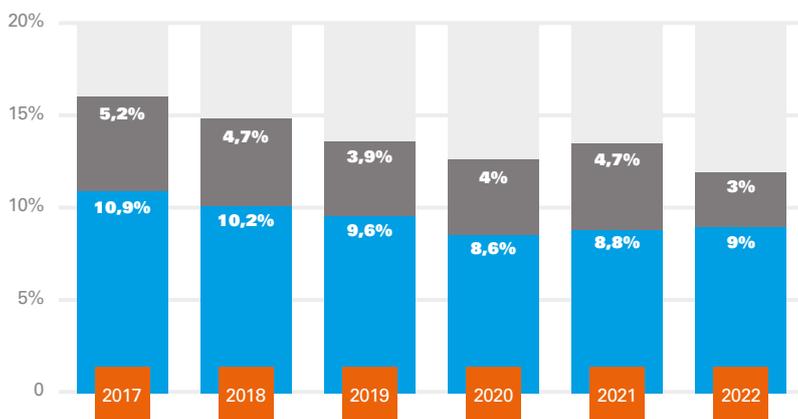
Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

Nota: A dimensão educação tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2021.

\*Criança e adolescente de 9 a 17 anos que frequentam a escola, mas com atraso.

\*\*Criança e adolescente de 4 a 17 anos que não frequentam um estabelecimento educacional.

## Crianças e adolescentes de 4 a 17 anos com alguma privação em educação — Pnad Contínua Trimestral



■ Privação intermediária\* ■ Privação extrema\*\*

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua Trimestral.

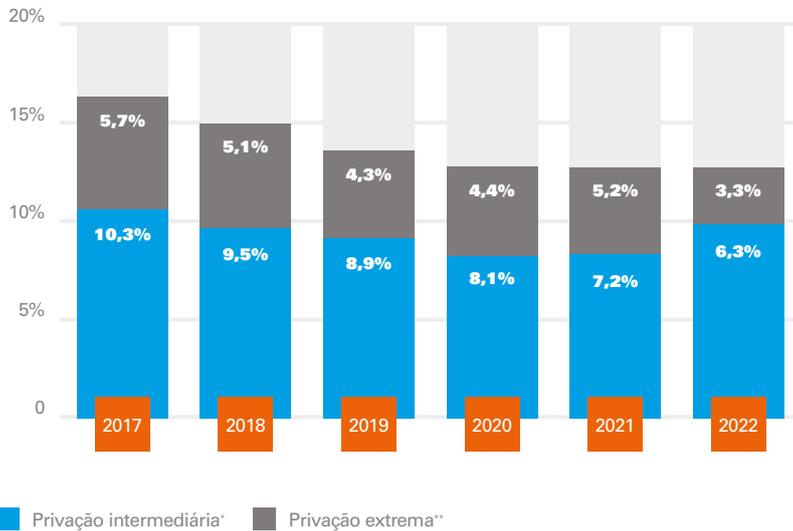
Nota: Nesta dimensão, foram analisados os dados de alfabetização e acesso à escola na idade certa do segundo trimestre de cada ano. Os resultados consideram o total de crianças e adolescentes com alguma privação em qualquer um desses dois campos.

\*Em alfabetização, significa a criança maior de 7 anos e adolescente analfabetos(as) que frequentam um estabelecimento educacional; em acesso à escola na idade certa, a criança e o(a) adolescente de 9 a 17 anos que frequentam a escola, mas com atraso.

\*\*Em alfabetização, significa a criança maior de 7 anos e adolescente analfabetos(as) que não frequentam um estabelecimento educacional; em acesso à escola na idade certa, criança e adolescente de 4 a 17 anos que não frequentam um estabelecimento educacional.

## Crianças e adolescentes de 4 a 17 anos com alguma privação em educação, por privação — Pnad Contínua Trimestral

### ● Acesso à escola na idade certa

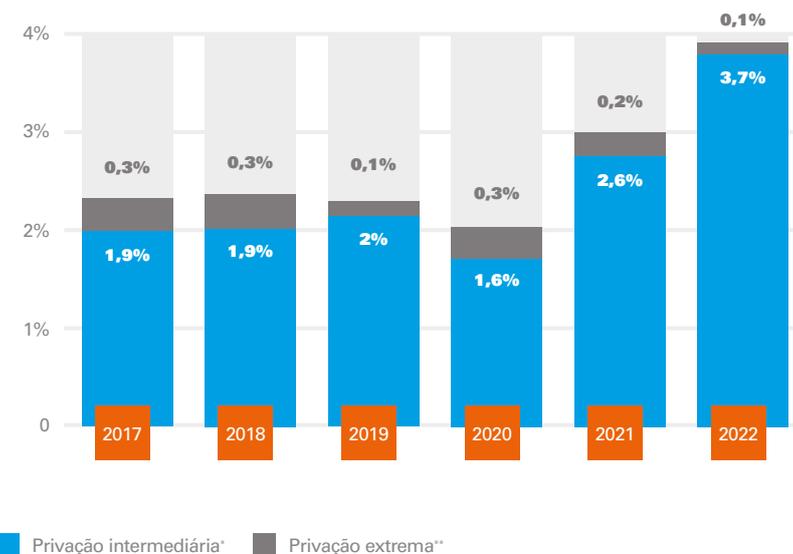


Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua Trimestral.

\*Criança e adolescente de 9 a 17 anos que frequentam a escola, mas com atraso.

\*\*Criança e adolescente de 4 a 17 anos que não frequentam um estabelecimento educacional.

### ● Alfabetização



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua Trimestral.

\*Criança maior de 7 anos e adolescente analfabetos(as) que frequentam um estabelecimento educacional.

\*\*Criança maior de 7 anos e adolescente analfabetos(as) que não frequentam um estabelecimento educacional.

passou de uma diferença de 1 ponto percentual nesse ano para 1,5 ponto percentual em 2022. Considerando que o processo de alfabetização ocorre em faixas etárias específicas, os resultados do estudo mostram ainda que houve um aumento extremamente preocupante do analfabetismo entre as crianças mais jovens. As piores foram especialmente relevantes para crianças de 8, 9 e 10 anos de cor/raça negra e indígena (25%, 12% e 5% em 2022, respectivamente) e para as de 8 e 9 anos de cor/raça branca e amarela — 15% e 6% em 2022, respectivamente.

Esses resultados evidenciam o que outros estudos já vinham mostrando. De acordo com levantamento da Campanha Nacional pelo Direito à Educação feito em junho de 2021,<sup>39</sup> o Brasil regrediu nas metas de analfabetismo previstas no Plano Nacional de Educação (PNE).

Sancionado em 2014, o PNE tinha como objetivos ter 93,5% dos brasileiros acima de 15 anos alfabetizados até 2015, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% o analfabetismo funcional até 2024. No entanto, o analfabetismo funcional aumentou em vez de regredir, passando de 27% em 2015 para 29% em 2018, segundo esse levantamento.

Para Luiz Garcia, da Undime, o problema é que não existe uma política de combate ao analfabetismo no Brasil já há muito tempo. A última foi o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), lançado em 2012, que foi interrompido pela mudança de governo. “Falta uma política que incentive, que oriente, que permita avanços. Quando nós construirmos [uma política] com esse foco, as questões avançam,” avalia.

E a pandemia só contribuiu para piorar a situação, levando também a uma grande diminuição na aprendizagem. O UNICEF estima que apenas um terço dos meninos e das meninas de 10 anos de idade em todo o mundo<sup>40</sup> consegue ler e entender uma história simples.

<sup>39</sup> CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. *Balanco do Plano Nacional de Educação*. Semana de Ação Mundial, 2022. Disponível em: [https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/00\\_BalancoPNE\\_Cartelas2022\\_ok\\_1.pdf](https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/00_BalancoPNE_Cartelas2022_ok_1.pdf).

<sup>40</sup> UNICEF. *UNICEF alerta para níveis de aprendizagem alarmantemente baixos*: estima-se que apenas um terço das crianças de 10 anos em todo o mundo seja capaz de ler e entender uma história simples. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-impressao/unicef-alerta-para-niveis-de-aprendizagem-alarantemente-baixos-em-todo-o-mundo>.



Antes da pandemia, metade deles conseguia. No Brasil, dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2021<sup>41</sup> mostram que houve uma redução significativa no aprendizado dos(as) alunos(as) de instituições públicas e privadas brasileiras em todas as etapas da educação básica, com a interrupção das atividades presenciais nas escolas.

A maior queda foi registrada em matemática no 5º ano do ensino fundamental, de 11 pontos: a nota passou de 227,88 em 2019 para 216,85 em 2021, o que representa um retrocesso ao patamar de 2013. Em língua portuguesa, o recuo no 5º ano foi menor, de quase 7 pontos. A média nacional passou de 214,64 para 208,01. De qualquer forma, essa queda é preocupante, considerando que a leitura é uma habilidade fundamental para a obtenção de outros conhecimentos.

### Abandono escolar durante a pandemia

A pandemia também fez com que muitos adolescentes deixassem de frequentar a escola, como evidencia a pesquisa *Educação brasileira em 2022: a voz de adolescentes*,<sup>42</sup> realizada pelo Ipec para o UNICEF. Segundo o levantamento, cerca de 2 milhões de meninos e meninas de 11 a 19 anos que ainda não haviam terminado a educação básica deixaram a escola no Brasil desde 2020. Entre aqueles que são de famílias das classes A e B, esse percentual é de 4%, enquanto nas classes D e E chega a 17%, mostrando que a exclusão escolar afeta principalmente os mais vulneráveis.

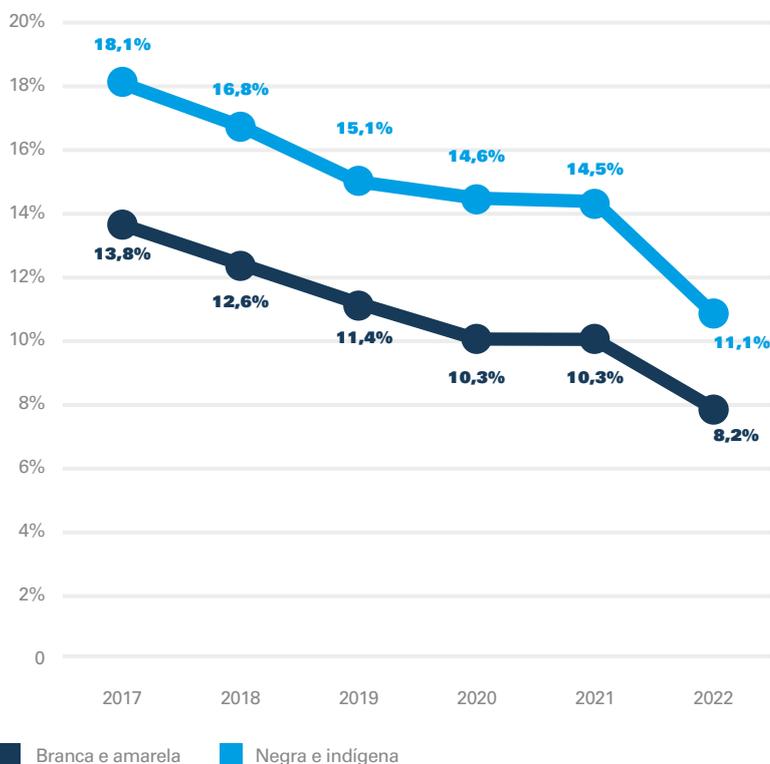
Entre os motivos para o abandono dos estudos, 48% apontaram a necessidade de trabalhar fora, e 30% afirmaram que saíram por não conseguirem acompanhar as explicações ou atividades, o que evidencia a elevada incidência de dificuldades de aprendizagem.

Além disso, muitos deles(as) indicaram que pararam de estudar porque a escola é “desinteressante” (27%) ou “pouco útil” (18%).

<sup>41</sup> INEP. SAEB. *Resultados*. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>.

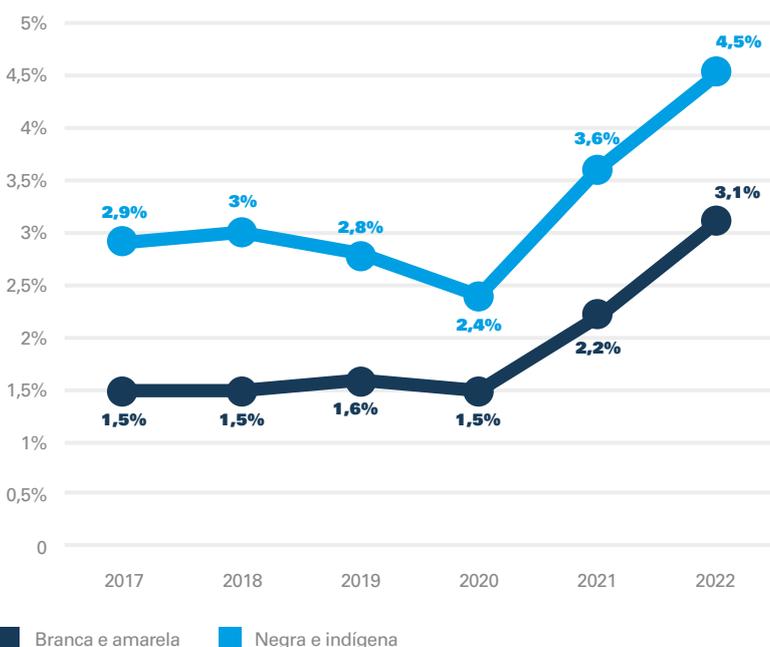
<sup>42</sup> UNICEF/Ipec. *Educação brasileira em 2022: a voz de adolescentes*. UNICEF, 15 set. 2022. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/20186/file/educacao-em-2022\\_a-voz-de-adolescentes.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/20186/file/educacao-em-2022_a-voz-de-adolescentes.pdf).

### Privação de acesso à escola na idade certa, por cor/raça – Pnad Contínua Trimestral



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua Trimestral.

### Privação de alfabetização, por cor/raça – Pnad Contínua Trimestral



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua Trimestral.



“É uma escola que faz muito pouco sentido para eles(as), que fala muito pouco sobre projeto de vida e habilidades para o mundo do trabalho”, ressalta Mônica Pinto, do UNICEF.

O impacto da pandemia também foi grande na educação infantil. Segundo a pesquisa mencionada antes, *Desigualdades e impactos da covid-19 na atenção à primeira infância*,<sup>43</sup> lançada pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, em parceria com o UNICEF e o Itaú Social, de 2019 a 2021, registrou-se uma queda de quase 338 mil matrículas nas creches e de cerca de 315 mil na pré-escola, que é uma etapa obrigatória da educação básica. Como a educação infantil é essencial para a progressão e transição para o ensino fundamental, as crianças foram prejudicadas em suas oportunidades de aprendizagem.

Garcia alerta que a redução do número de matrículas tem reflexos não apenas no número de crianças fora da escola, mas também na retomada das matrículas. “Muitas redes acabaram se desmobilizando, tendo dificuldade de manter as vagas da educação infantil abertas, de ter professores disponíveis. E, agora, vão ter dificuldade para reorganizar sua estrutura para atender essas crianças”, avalia.

Segundo o presidente da Undime, evitar que os maus resultados dos últimos três anos permaneçam como uma tendência vai depender da capacidade do País de retomar algumas questões fundamentais que estão, principalmente, no Plano Nacional de Educação. “No entanto, investimentos consistentes vêm sendo adiados, sobretudo na geração de novas vagas para educação infantil, que é o grande gargalo hoje”, ressalta.

<sup>43</sup> FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL/UNICEF/ITAÚ SOCIAL. *Desigualdades e impactos da covid-19 na atenção à primeira infância*. FMCSV, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/20221/file/desigualdades-e-impactos-da-covid-19-na-atencao-a-primeira-infancia.pdf>.



Robson Lobo, 3 anos, vive com a família no quilombo Jacarequara, em Santa Izabel do Pará (PA)

© UNICEF/BRZ/Gabriela Portilho

Para Mônica Pinto, do UNICEF, investir em educação para populações em alta situação de vulnerabilidade, reconhecendo suas realidades e necessidades, é fundamental para quebrar o ciclo intergeracional de pobreza.

“A falta de prioridade para educação custa caro ao Brasil”, diz ela, citando o estudo *Consequências da violação do direito à educação*,<sup>44</sup> publicado em 2021 pelo Insper e pela Fundação Roberto Marinho.

O estudo calcula, em valores monetários, o custo direto e indireto da evasão escolar. Anualmente, o País perde R\$ 372 mil por jovem que não conclui a educação básica. Isso porque os(as) jovens que têm a educação básica completa passam, em média, mais tempo de sua vida produtiva ocupados(as) e em empregos

formais, com maior remuneração; e têm maior expectativa de vida com qualidade. Estima-se que um jovem com educação básica completa terá, em média, quatro anos de vida a mais que um jovem que não terminou esse ciclo.

O custo de oferecer toda a educação básica (pré-escola, fundamental e médio) é de cerca de R\$ 90 mil por estudante. O País perde R\$ 214 bilhões por ano pelo fato de os(as) jovens não concluírem a educação básica. Assim, o prejuízo com a evasão por jovem supera em quatro vezes o que custa garantir a sua educação básica.

“Os gestores públicos precisam reconhecer que, em populações em alta situação de vulnerabilidade social, a educação é um investimento para a Nação”, ressalta a chefe de Educação do UNICEF Brasil.

<sup>44</sup> BARROS, R. P. et al. *Consequências da violação do direito à educação*. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2021. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2022/03/Consequencias-da-Violacao-do-Direito-a-Educacao-A7a-CC%83o-do-Direito-a-CC%80-Educacao-A7a-CC%83o.pdf>.

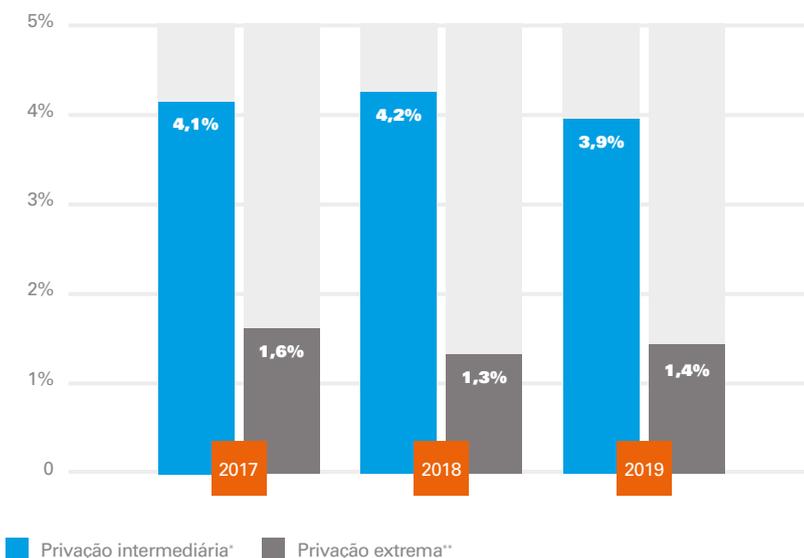
## TRABALHO INFANTIL

Nos últimos anos, o Brasil não registrou melhora nos indicadores de trabalho infantil, que permaneceram relativamente estáveis até 2019. Embora não haja dados da Pnad Contínua para o período de 2020 a 2022, há uma percepção generalizada de que houve aumento, após o início da pandemia, impulsionado pela queda na renda das famílias e pela perda de vínculo com a escola. Segundo pesquisa realizada pelo Ipec para o UNICEF, quase a metade dos 2 milhões de meninos e meninas de 11 a 19 anos que saíram da escola desde 2020 abandonaram os estudos para trabalhar

Como nas outras dimensões, a intensidade de privação do direito à proteção contra o trabalho infantil<sup>45</sup> varia de intermediária a extrema, de acordo com a idade e o número de horas trabalhadas ou dedicadas às tarefas domésticas por semana.

Segundo o estudo, entre 2017 e 2019, não houve, em geral, melhora significativa em relação a essa dimensão. Tanto a privação intermediária quanto a extrema se mantiveram estatisticamente estáveis, com valores em torno de 4% e 1,5%, respectivamente, para crianças e adolescentes de 5 a 17 anos (veja gráfico ao lado).

### Trabalho infantil, 5-17 anos — Pnad Contínua



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua. APOF não apresenta indicadores para essa dimensão (para saber mais sobre a metodologia, veja o Capítulo 1, na pág. 8).

Nota: A dimensão trabalho infantil tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2019. Nessa dimensão, foram analisados os dados de trabalho infantil para três faixas etárias: 5-9 anos, 10-13 anos e 14-17 anos. Este gráfico considera o total de crianças e adolescentes das três faixas etárias analisadas com alguma privação na proteção contra o trabalho infantil.

\*Criança de 5-9 anos que realizou tarefas domésticas entre 10 e 20 horas durante a semana de referência; criança e adolescente de 10-13 anos que trabalharam por 14 horas ou realizaram tarefas domésticas entre 15 e 20 horas durante a semana de referência; e adolescente de 14-17 anos que trabalhou entre 21 e 30 horas ou realizou tarefas domésticas entre 21 e 30 horas durante a semana de referência.

\*\*Criança de 5-9 anos que trabalhou ou realizou tarefas domésticas durante mais de 20 horas durante a semana de referência; criança e adolescente de 10-13 anos que trabalharam por mais de 14 horas ou realizaram tarefas domésticas durante mais de 20 horas na semana de referência; e adolescente de 14-17 anos que trabalhou por mais de 30 horas ou realizou tarefas domésticas por mais de 30 horas na semana de referência.

Essa tendência se mantém na faixa etária de 5 a 9 anos. O percentual de crianças desse grupo envolvidas com trabalho infantil é relativamente baixo e estável, sem diferenças estatisticamente significativas entre os anos.

Em âmbito regional, o Norte concentra um número maior de estados com percentuais acima de 5% de crianças de 5 a 9 anos em privação intermediária ou extrema em 2019. Destaca-se a elevada taxa do Amapá, que chega a 10,2%, a mais alta do País. No extremo oposto, está o Rio Grande do Norte, com 0,4% (confira mapa na pág. 55).

No que diz respeito a cor/raça, embora os percentuais de crianças negras e indígenas sejam um pouco maiores do que os de brancas e amarelas, em 2017 e 2019, a diferença entre elas não era estatisticamente significativa.

Em relação a gênero, os percentuais de trabalho infantil tendem a ser maiores para meninas nas privações intermediárias e menores nas extremas, mas as diferenças não foram estatisticamente significativas em nenhum ano.

<sup>45</sup> Remunerado ou doméstico na própria casa, incluindo piores formas de trabalho infantil. Não considera menor aprendiz.



Na faixa etária de 10 a 13 anos, embora as taxas sejam maiores do que entre as crianças mais novas, os percentuais também são baixos e relativamente estáveis ao longo dos anos.

Em âmbito estadual, como entre as crianças mais jovens, na faixa etária de 10 a 13 anos, a Região Norte se destaca negativamente. Em 2019, registraram-se percentuais significativamente altos no Amapá (16,8%), em Rondônia (12,5%) e no Acre (11,4%). A seguir vêm Maranhão (10,8%), Paraíba (9,8%) e Minas Gerais (9,6%). O percentual mais baixo é do Rio de Janeiro (1,8%).

Diferentemente do que ocorre entre as crianças e os(as) adolescentes mais jovens, as desigualdades raciais são maiores na faixa etária de 10 a 13 anos. Há mais crianças de cor/raça negra e indígena em privação intermediária do que de cor/raça branca e amarela (veja gráfico na pág. 58).

O mesmo ocorre em relação a gênero. As meninas têm percentuais maiores de privação intermediária que os meninos. Esse cenário é uma potencial consequência das desigualdades de gênero que começam a emergir no final da infância, quando as meninas passam a assumir responsabilidades de cuidado e afazeres domésticos não compartilhadas com os meninos.

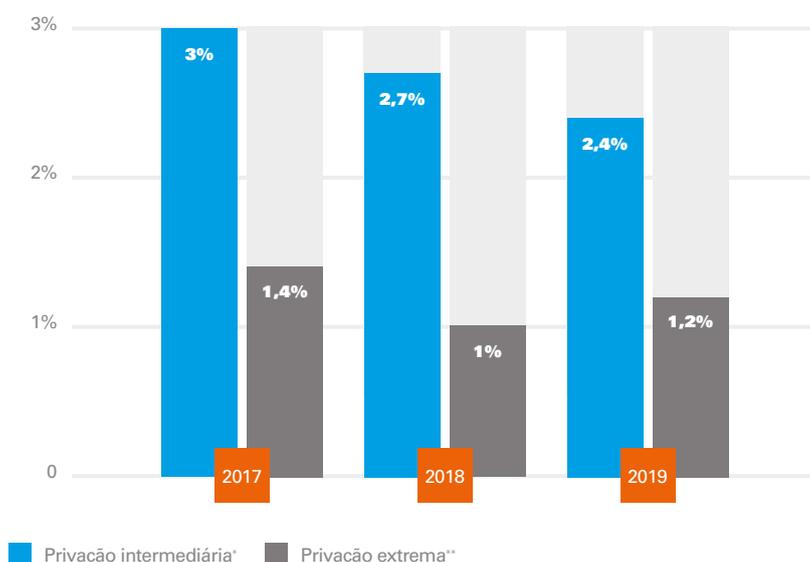
Na faixa etária de 14 a 17 anos, os percentuais são semelhantes aos do grupo de 10 a 13 anos, com diferenças anuais não estatisticamente significativas (veja gráficos da pág. 59).

Em âmbito estadual, observam-se em 2019 altos percentuais de adolescentes de 14 a 17 anos em privação intermediária ou extrema na Região Norte, nos estados do Amapá (8,9%), Rondônia (8,5%) e Pará (8%). Como na faixa etária anterior, o percentual mais baixo é do Rio de Janeiro (3,3%).

Nessa faixa de idade, as desigualdades raciais ficam mais pronunciadas. O percentual de adolescentes de cor/raça negra e indígena em privação intermediária é significativamente maior do que o daqueles(as) de cor/raça branca e amarela para os últimos dois anos analisados.

Essas desigualdades acontecem, segundo Francisco Coullanges Xavier, analista téc-

### Trabalho infantil, 5-9 anos – Pnad Contínua



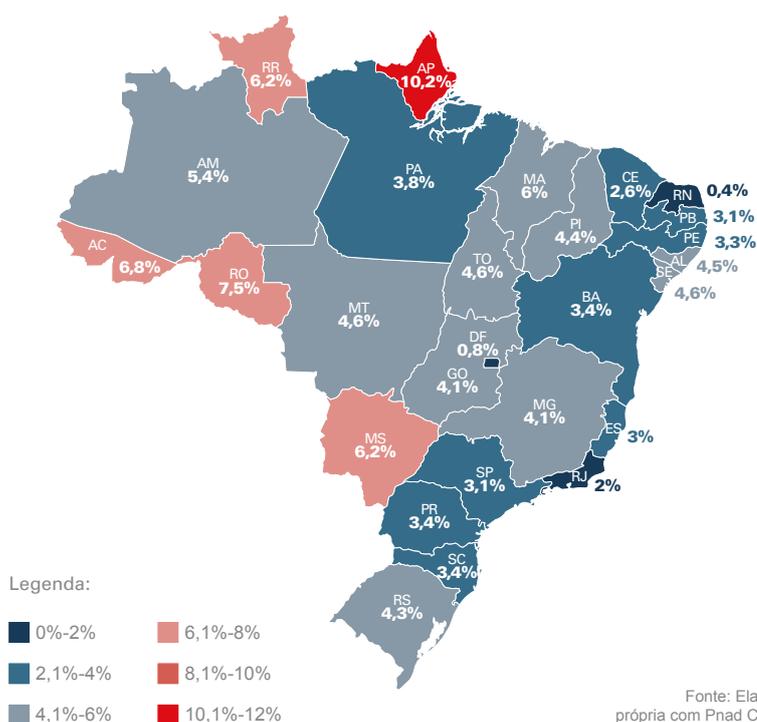
Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

Nota: A dimensão trabalho infantil tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2019.

\*Criança de 5-9 anos que realizou tarefas domésticas entre 10 e 20 horas durante semana de referência.

\*\*Criança de 5-9 anos que trabalhou ou realizou tarefas domésticas durante mais de 20 horas durante a semana de referência.

### Trabalho infantil de crianças de 5 a 9 anos (2019) – Pnad Contínua

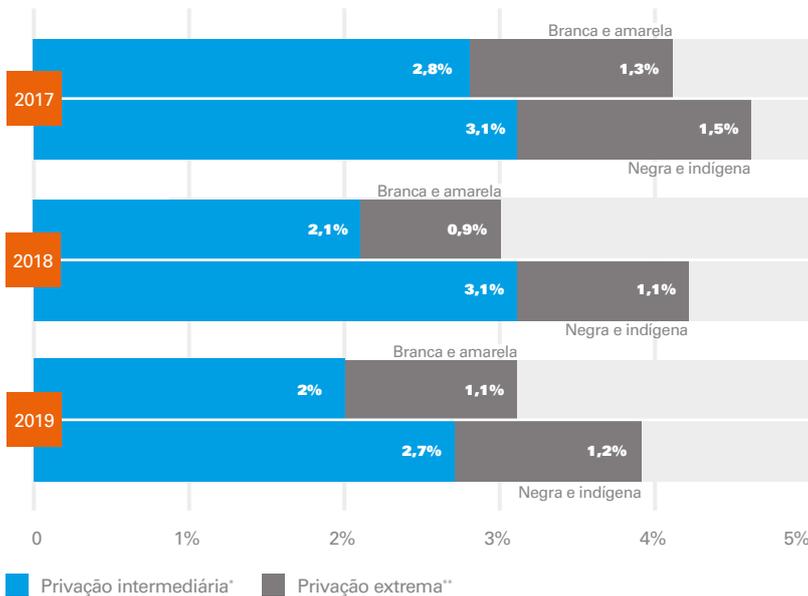


Legenda:

- 0%-2%
- 2,1%-4%
- 4,1%-6%
- 6,1%-8%
- 8,1%-10%
- 10,1%-12%

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

### Trabalho infantil, 5-9 anos, por cor/raça — Pnad Contínua



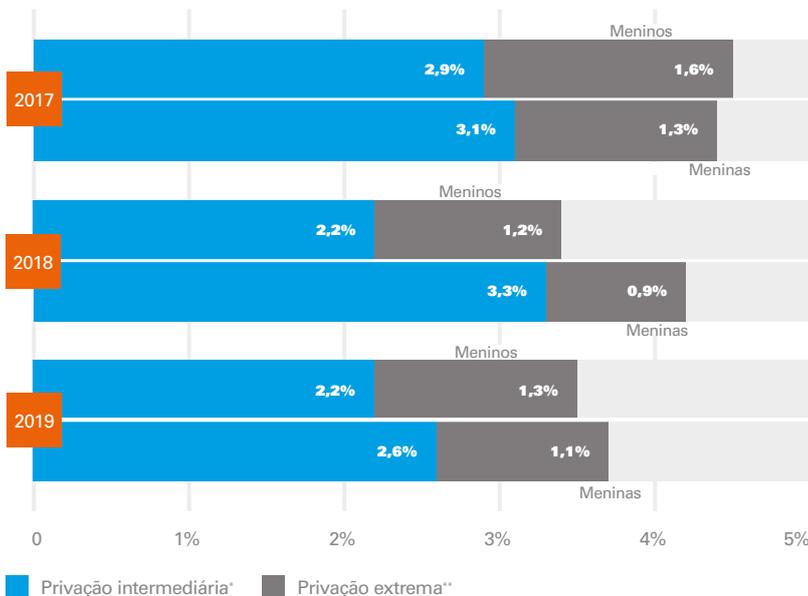
Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

Nota: A dimensão trabalho infantil tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2019.

\*Criança de 5-9 anos que realizou tarefas domésticas entre 10 e 20 horas durante semana de referência.

\*\*Criança de 5-9 anos que trabalhou ou realizou tarefas domésticas durante mais de 20 horas durante a semana de referência.

### Trabalho infantil, 5-9 anos, por gênero — Pnad Contínua



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

Nota: A dimensão trabalho infantil tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2019.

\*Criança de 5-9 anos que realizou tarefas domésticas entre 10 e 20 horas durante semana de referência.

\*\*Criança de 5-9 anos que trabalhou ou realizou tarefas domésticas durante mais de 20 horas durante a semana de referência.

nico de políticas sociais do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome,<sup>46</sup> porque o trabalho infantil no Brasil tem classe e raça, não se distribui de forma igualitária para todo mundo. “Todos os discursos que a gente tem hoje de legitimação do trabalho precoce são direcionados para os pobres, para os negros, para os indígenas, para as pessoas que moram em periferia. Porque o trabalho infantil é um dos mecanismos por meio dos quais você reproduz e reforça esses lugares de classe e de raça. E também de gênero, ao colocar a menina desde cedo para trabalhar na casa, brincar de casinha, cuidar dos irmãos, para ela já aprender qual é o papel social que tem que desempenhar na vida adulta, de esposa, mãe e cuidadora do lar”, afirma.

De fato, em relação ao gênero, verifica-se uma grande desigualdade em prejuízo das meninas. Em 2019, o percentual de meninas de 14 a 17 anos com privação intermediária era de cerca de 7%, enquanto o dos meninos era de 2%. Nos casos de privação extrema, a proporção de meninas atingidas era mais de 1 ponto percentual maior do que a dos meninos (veja gráficos da pág. 60).

Em relação à estagnação nos indicadores de trabalho infantil entre 2017 e 2019, Maria Cláudia Falcão, coordenadora do Programa de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, aponta um conjunto de fatores para esse cenário: crise econômica, pobreza (que já vinha crescendo antes da pandemia) e uma questão cultural, especialmente na zona rural, onde há uma espécie de “núcleo duro” de trabalho infantil.

Segundo Falcão, é necessário avançar na proteção da população de 14 a 17 anos,<sup>47</sup> que está entre as mais afetadas pelo trabalho infantil. “A gente não pode somente colocá-los em programas de transferência de renda, de erradicação do trabalho infantil. Precisamos

<sup>46</sup> Na época da entrevista, em setembro de 2022, a pasta chamava-se Ministério da Cidadania.

<sup>47</sup> A partir dos 14 anos, o trabalho é permitido na condição de aprendiz, que pressupõe matrícula e frequência à escola, caso não tenha concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem. (BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110097.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm).)



pensar em oportunidades de trabalho protegido, em aprimorar as vagas de aprendizagem profissional, na manutenção desses meninos e dessas meninas na escola para diminuir a evasão escolar”, aponta.

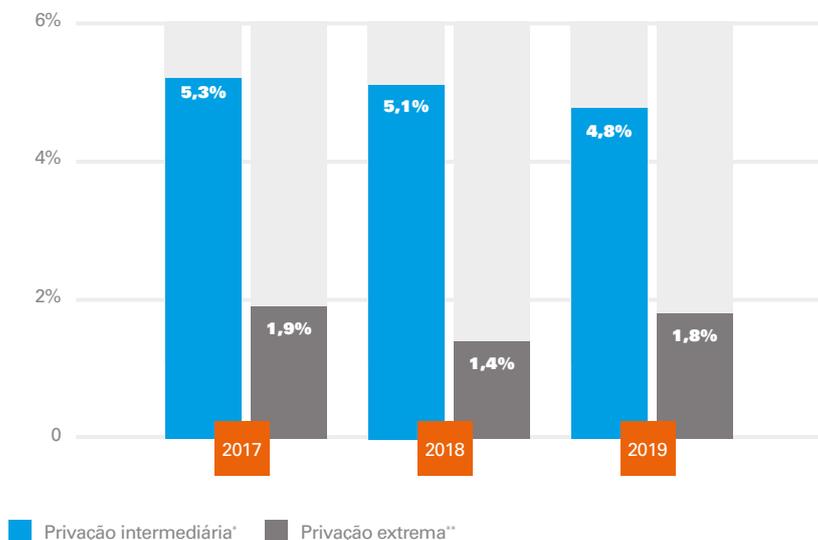
Mário Volpi, chefe de Desenvolvimento e Participação de Adolescentes do UNICEF Brasil, concorda com ela. Segundo Volpi, o enfrentamento da pobreza multidimensional na adolescência demanda uma política de transição positiva da educação para o mundo do trabalho. “Não tem como reduzir a pobreza com o jovem indo trabalhar abandonando a escola. Os elementos estatísticos da pobreza multidimensional indicam claramente a necessidade de uma política que contemple o desenvolvimento educacional”, afirma.

De acordo com ele, governos federal, estaduais e municipais devem, portanto, aproximar as políticas de primeiro emprego da escola e a escola dessas oportunidades. “A responsabilidade é do gestor público”, diz Volpi. “As políticas de desenvolvimento econômico, de emprego e de trabalho precisam se conectar com a escola para fazer essa transição positiva. Não é um programa. É uma política”, complementa.

Maria Cláudia Falcão também ressalta a importância da intersetorialidade, que foi reforçada no redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) em 2013. Segundo ela, a assistência social, sozinha, não resolverá o problema. Hoje, são necessários um maior apoio político ao programa, a continuidade de políticas de combate à pobreza e, mais do que isso, trazer crianças e adolescentes de novo para o foco do debate, com políticas públicas específicas para cada grupo. “Por exemplo, assinar a carteira de adolescentes em programas de aprendizagem e de trabalho protegido já ajudaria a tirar alguma parcela das estatísticas de trabalho infantil”, completa.

Francisco Coullanges Xavier, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, compartilha dessa visão. Para ele, como o trabalho infantil é uma construção social, do mesmo jeito que foi construído, pode ser desconstruído. “Mas é preciso ter claro que ele só pode ser erradicado quando for substituído por políticas públicas intersetoriais, envolvendo pelo menos educação, saúde, assistência social e trabalho”, afirma.

### Trabalho infantil, 10-13 anos – Pnad Contínua



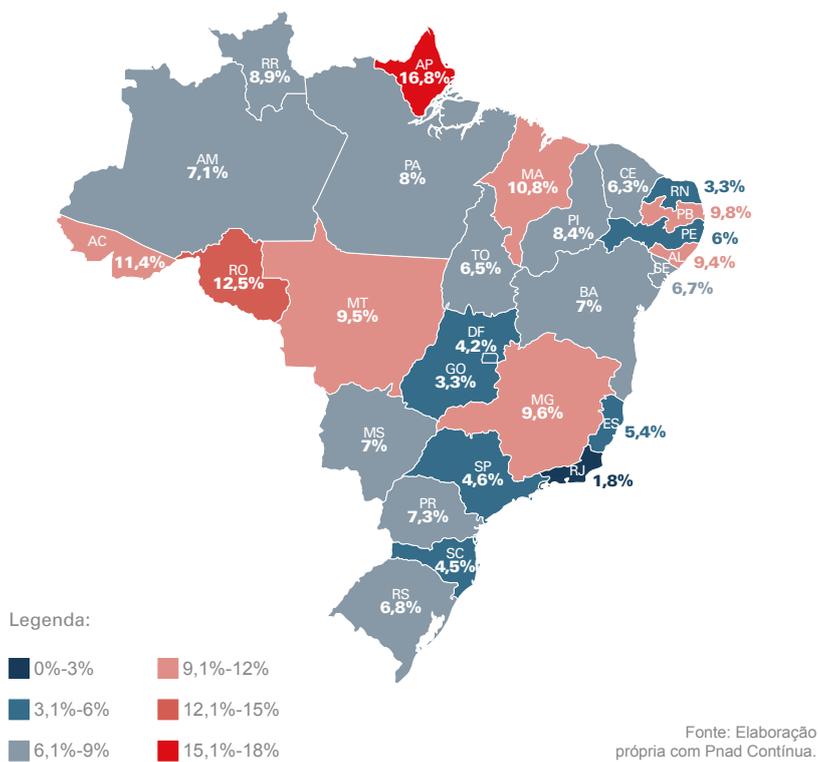
Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

Nota: A dimensão trabalho infantil tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2019.

\*Criança e adolescente de 10-13 anos que trabalharam por 14 horas ou realizaram tarefas domésticas entre 15 e 20 horas durante a semana de referência.

\*\*Criança e adolescente de 10-13 anos que trabalharam por mais de 14 horas ou realizaram tarefas domésticas durante mais de 20 horas durante a semana de referência.

### Trabalho infantil, 10-13 anos (2019) – Pnad Contínua

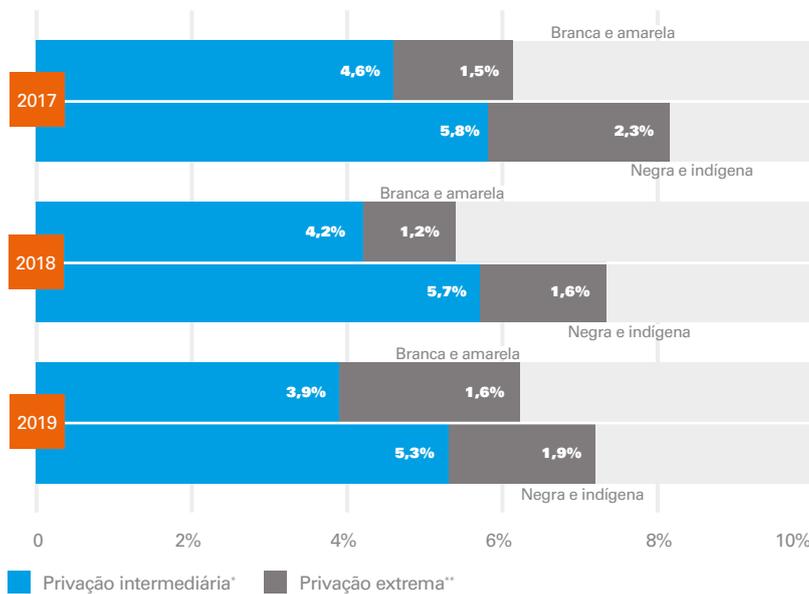


Legenda:

- 0%-3%
- 3,1%-6%
- 6,1%-9%
- 9,1%-12%
- 12,1%-15%
- 15,1%-18%

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

### Trabalho infantil, 10-13 anos, por cor/raça — Pnad Contínua



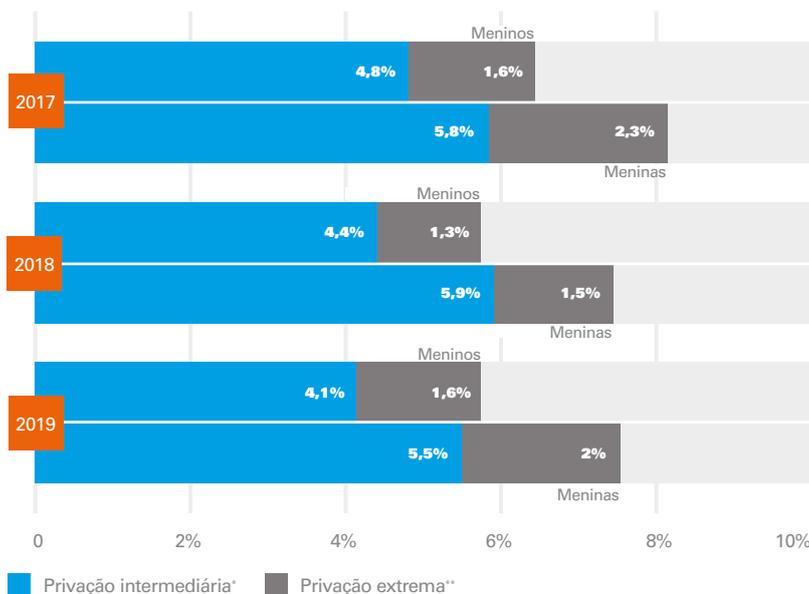
Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

Nota: A dimensão trabalho infantil tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2019.

\*Criança e adolescente de 10-13 anos que trabalharam por 14 horas ou realizaram tarefas domésticas entre 15 e 20 horas durante a semana de referência.

\*\*Criança e adolescente de 10-13 anos que trabalharam por mais de 14 horas ou realizaram tarefas domésticas durante mais de 20 horas durante a semana de referência.

### Trabalho infantil, 10-13 anos, por gênero — Pnad Contínua



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

Nota: A dimensão trabalho infantil tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2019.

\*Criança e adolescente de 10-13 anos que trabalharam por 14 horas ou realizaram tarefas domésticas entre 15 e 20 horas durante a semana de referência.

\*\*Criança e adolescente de 10-13 anos que trabalharam por mais de 14 horas ou realizaram tarefas domésticas durante mais de 20 horas durante a semana de referência.

Para Maria Cláudia Falcão, é preciso ainda haver um envolvimento do setor privado. “O governo sozinho não conseguirá erradicar o trabalho infantil. A gente precisa da participação das empresas e das grandes empresas, porque a violação acontece normalmente no primeiro elo da cadeia produtiva, em áreas mais remotas. Se não houver um investimento dessas empresas e a responsabilidade delas por toda a sua cadeia produtiva, a gente dificilmente vai conseguir erradicar [o trabalho infantil]”, avalia.

Ela aponta ainda que a proteção social tem um impacto positivo, é essencial, mas não cobre todas as crianças. “Há uma parcela muito grande de crianças e adolescentes que não são cobertos pelas políticas de proteção social, porque os programas não são sensíveis a essa questão. Você tem que priorizar e pensar em programas de proteção social específicos para esse público”, avalia.

#### Cenário durante a pandemia

Relatório publicado pela OIT<sup>48</sup> e pelo UNICEF em 2021 aponta um cenário global preocupante. Segundo a publicação *Child labour: global estimates 2020, trends and the road forward*, o progresso para acabar com o trabalho infantil estagnou pela primeira vez em duas décadas, revertendo a tendência de queda anterior. De fato, embora percentualmente não tenham sido registradas alterações, em números absolutos houve um aumento de 8,4 milhões na quantidade de meninos e meninas envolvidos(as) em trabalho infantil, de 2016 a 2020, e um crescimento significativo na faixa etária de 5 a 11 anos, que agora responde por pouco mais da metade do número total global. Além disso, outros 8,9 milhões de crianças e adolescentes correm o risco de ingressar nessa situação devido aos impactos da covid-19.

No Brasil, o cenário também é grave. Se, em 2019, antes da crise sanitária, já havia cerca de 2 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, depois, embora ainda não estejam disponíveis números oficiais atualizados, alguns estudos indicam que

<sup>48</sup> OIT/UNICEF. *Child labour: global estimates 2020, trends and the road forward*. Genebra e Nova York: OIT/UNICEF, 2021. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/child-labour-2020-global-estimates-trends-and-the-road-forward/>.



a situação piorou. Por exemplo, um levantamento do UNICEF realizado em São Paulo de abril a julho de 2020<sup>49</sup> apontou que, no conjunto de domicílios em que mora pelo menos uma criança ou adolescente, a incidência do trabalho infantil passou a ser de 21,2 por mil depois da pandemia – antes era de 17,5 por mil, o que representa um aumento de 21%.

Francisco Coullanges Xavier afirma que se pode mesmo esperar um aumento nos últimos dois anos, já que a evasão escolar, a informalidade no mercado de trabalho e a pobreza pioraram – segundo ele, esses três indicadores são chave para a ocorrência de trabalho infantil. “A gente vê coisas que já quase não via antes, como criança pedindo esmola, famílias inteiras em situação de rua. Tudo isso voltou com força. Nas zonas urbanas, temos uma prevalência de adolescentes, em especial de meninos, em trabalhos informais, especialmente acima dos 15 anos, que é uma faixa etária na qual eles já poderiam trabalhar de maneira formalizada”, aponta.

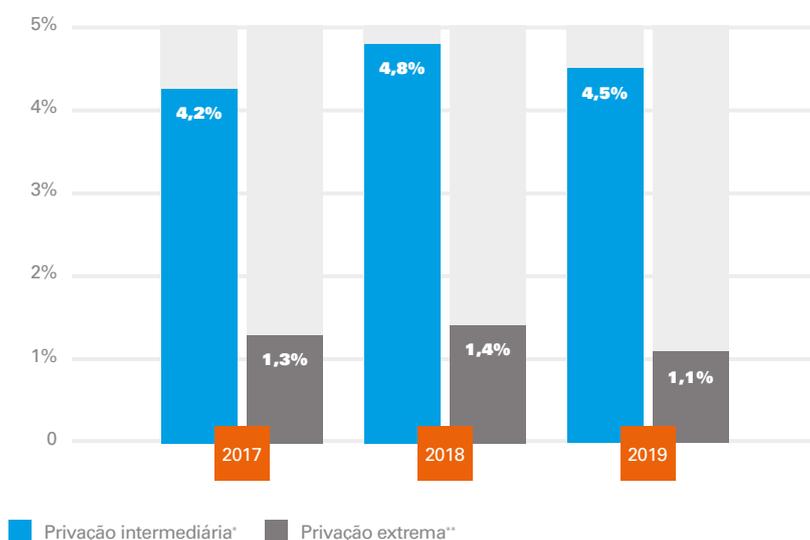
Além do risco de causar danos físicos, mentais e sociais para as crianças e os(as) adolescentes, o trabalho infantil compromete sua educação, restringindo seus direitos e limitando suas oportunidades futuras. Isso, por sua vez, leva a círculos viciosos e intergeracionais de pobreza e trabalho infantil. Segundo o relatório OIT/UNICEF, mais de três quartos das crianças entre 5 e 11 anos e mais de um terço daquelas entre 12 e 14 anos em situação de trabalho infantil em todo o mundo não estão na escola.

No Brasil, como já citado na dimensão educação, dos 2 milhões de meninos e meninas de 11 a 19 anos que deixaram a escola desde 2020, quase a metade (48%) afirmou que o fez pela necessidade de trabalhar fora, de acordo com os dados da pesquisa *Educação brasileira em 2022: a voz de adolescentes*,<sup>50</sup> realizada pelo Ipec para o UNICEF.

<sup>49</sup> UNICEF. *UNICEF alerta para aumento de incidência do trabalho infantil durante a pandemia em São Paulo*. Brasília: UNICEF, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-para-aumento-de-incidencia-do-trabalho-infantil-durante-pandemia-em-sao-paulo>.

<sup>50</sup> UNICEF/Ipec. *Educação brasileira em 2022: a voz de adolescentes*. UNICEF, 15 set. 2022. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/20186/file/educacao-em-2022\\_a-voz-de-adolescentes.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/20186/file/educacao-em-2022_a-voz-de-adolescentes.pdf).

## Trabalho infantil, 14-17 anos – Pnad Contínua



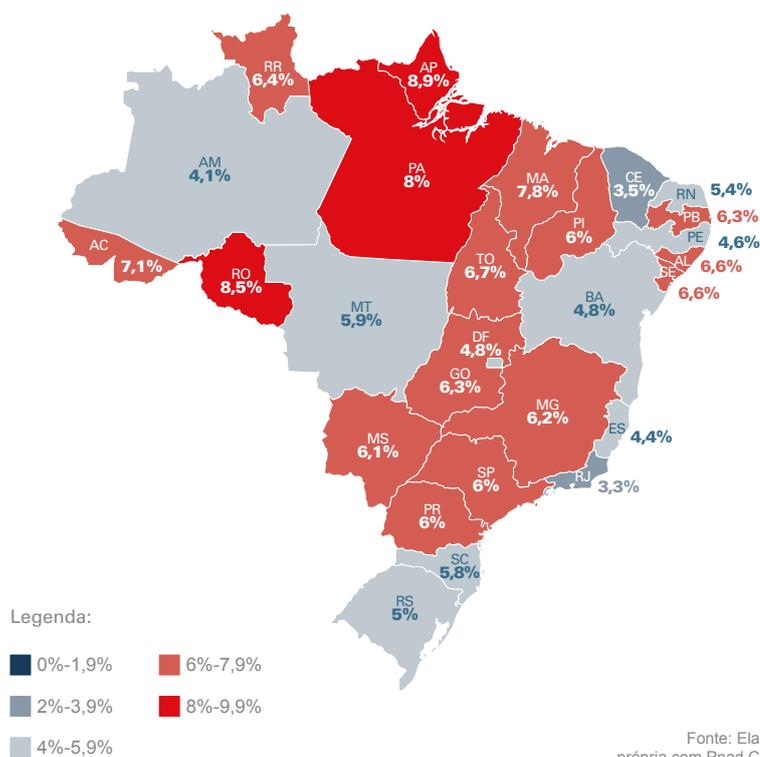
Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

Nota: A dimensão trabalho infantil tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2019.

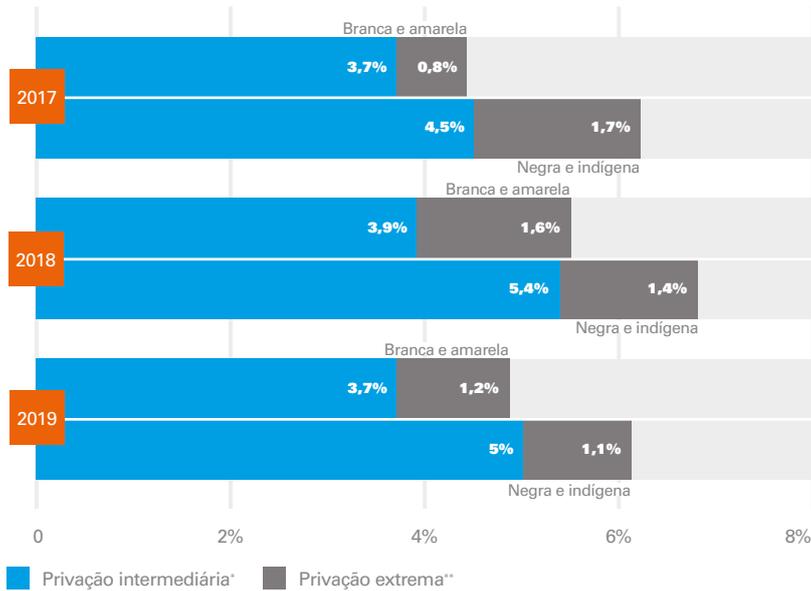
\*Adolescente de 14-17 anos que trabalhou entre 21 e 30 horas ou realizou tarefas domésticas entre 21 e 30 horas durante a semana de referência.

\*\*Adolescente de 14-17 anos que trabalhou por mais de 30 horas ou realizou tarefas domésticas por mais de 30 horas na semana de referência.

## Trabalho infantil, 14-17 anos (2019) – Pnad Contínua



### Trabalho infantil, 14-17 anos, por cor/raça — Pnad Contínua



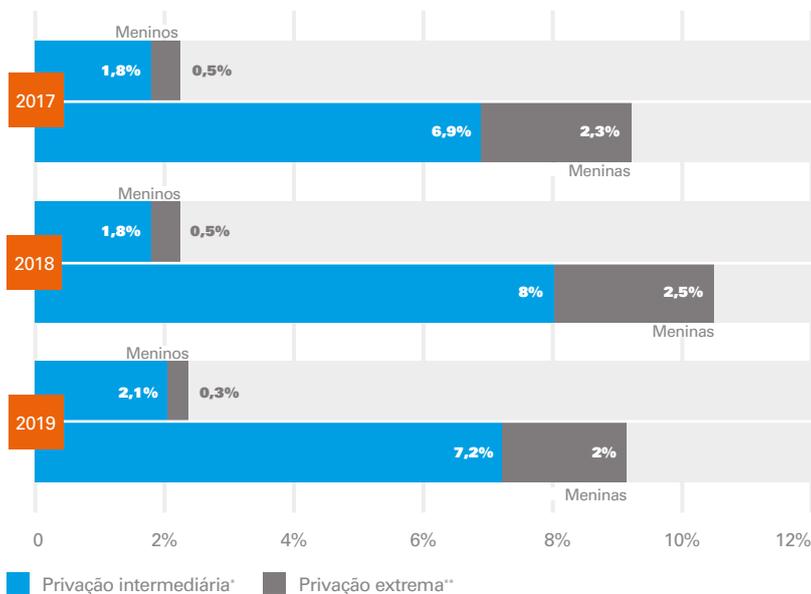
Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

Nota: A dimensão trabalho infantil tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2019.

\*Adolescente de 14-17 anos que trabalhou entre 21 e 30 horas ou realizou tarefas domésticas entre 21 e 30 horas durante a semana de referência.

\*\*Adolescente de 14-17 anos que trabalhou por mais de 30 horas ou realizou tarefas domésticas por mais de 30 horas na semana de referência.

### Trabalho infantil, 14-17 anos, por gênero — Pnad Contínua



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

Nota: A dimensão trabalho infantil tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2019.

\*Adolescente de 14-17 anos que trabalhou entre 21 e 30 horas ou realizou tarefas domésticas entre 21 e 30 horas durante a semana de referência.

\*\*Adolescente de 14-17 anos que trabalhou por mais de 30 horas ou realizou tarefas domésticas por mais de 30 horas na semana de referência.

Na opinião de Maria Cláudia Falcão, da OIT, considerando a importância da educação para combater o trabalho infantil, é preocupante como a pandemia fez muitos abandonarem a escola para trabalhar. “É necessário pensar com urgência em estratégias para garantir que as crianças que saíram da escola durante a pandemia voltem, e para compensar as desigualdades educacionais. A sustentabilidade da erradicação do traba-

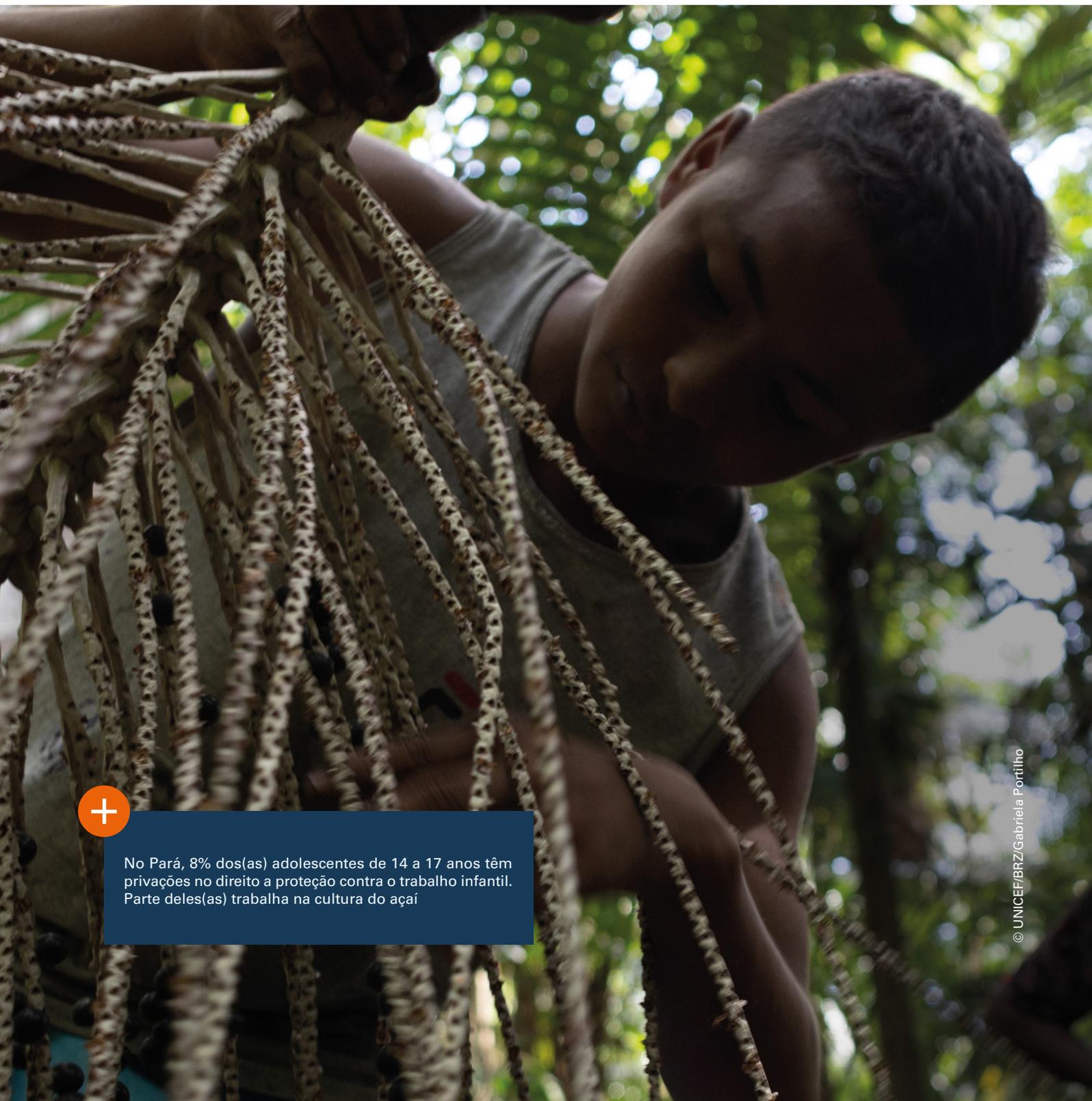




lho infantil só vai acontecer quando tivermos a garantia de uma educação de qualidade para todos”, explica.

“Desperdiçamos uma geração de jovens ao limitar seu desenvolvimento a um contexto de baixa escolaridade, baixa renda e muita violência”, lamenta Volpi, do UNICEF. Segundo ele, é fundamental que as oportunidades cheguem aos(às) adolescentes via escola,

por meio de uma política de apoio e formação complementar desses(as) jovens. Ele também defende o investimento em políticas já existentes, como a lei da aprendizagem e a lei do estágio, incorporando a elas novas políticas, como a de primeiro emprego. “Precisamos garantir que o adolescente faça essa transição da educação para o mundo do trabalho sem abandonar a escola e sem ingressar no trabalho irregular”, conclui.



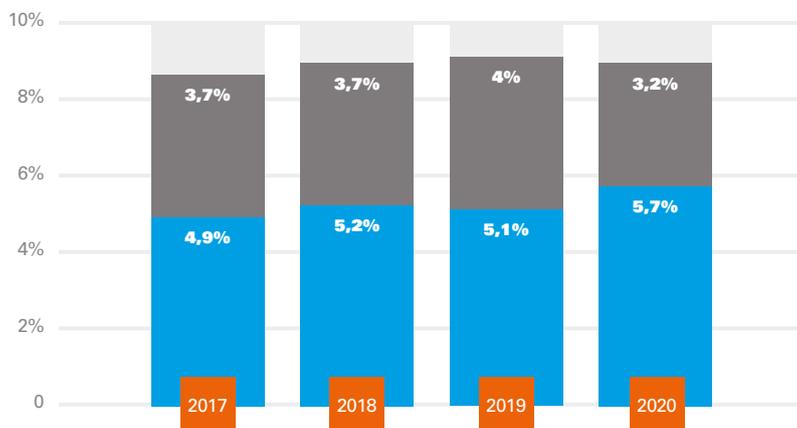
No Pará, 8% dos(as) adolescentes de 14 a 17 anos têm privações no direito a proteção contra o trabalho infantil. Parte deles(as) trabalha na cultura do açaí

## MORADIA

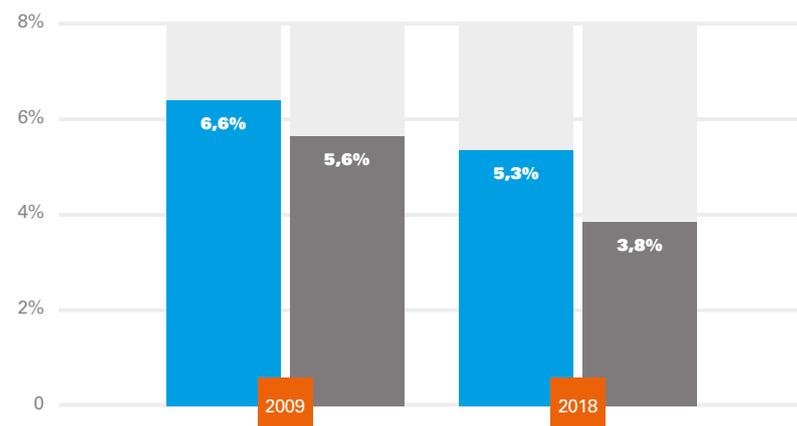
*Não foram registrados grandes avanços na redução de privações de moradia para crianças e adolescentes. Os indicadores se mantiveram relativamente estáveis nos últimos anos. A partir de 2020, registrou-se uma tendência de crescimento nas privações, que pode piorar em função dos impactos da pandemia, mas ainda não há dados disponíveis para 2021 e 2022*

### Privação de moradia adequada, 0-17 anos — Pnad Contínua e POF

#### ● Pnad Contínua



#### ● POF



■ Privação intermediária\* ■ Privação extrema\*\*

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua e POF.

Nota: A dimensão moradia tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2020.

\*Criança e adolescente de 0 a 17 anos que vivem em uma casa com quatro pessoas por dormitório, ou cujas paredes são de material inadequado.

\*\*Criança e adolescente de 0 a 17 anos que vivem em uma casa com mais de quatro pessoas por dormitório, ou cujas paredes e teto são de material inadequado.

A qualidade e a localização da moradia têm impactos importantes no desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes.

Em 2019, quase 5 milhões de meninos e meninas tinham alguma privação nessa dimensão, no Brasil, segundo os dados da Pnad Contínua 2019 analisados por esse estudo.

O nível de privação nessa área é definido com base nas condições de superlotação e de qualidade do material das paredes e do teto do domicílio.

O IBGE define como superlotação quando quatro pessoas (privação intermediária) ou mais (privação extrema) compartilham o mesmo dormitório em uma casa.

Em relação aos materiais de construção, o nível de privações é definido pela qualidade das paredes e do teto. Paredes construídas de material inadequado caracterizam a privação intermediária. No caso da privação extrema, além das paredes, o teto também é feito de material inadequado, como madeira aproveitada.

Na última década, entre 2009 e 2018, o estudo do UNICEF mostra, com base em dados da POF, que houve uma redução moderada, de 3 pontos percentuais, na quantidade de crianças e adolescentes com alguma privação em moradia.<sup>51</sup>

No entanto, nos anos mais recentes, os dados da Pnad Contínua analisados mostram que o

<sup>51</sup> A privação intermediária é registrada quando a criança ou adolescente vive em uma casa com quatro pessoas por dormitório, ou cujas paredes são de material inadequado. Já a privação extrema se dá quando a criança ou adolescente vive em uma casa com mais de quatro pessoas por dormitório, ou construída com paredes e teto de materiais inadequados.



percentual de crianças e adolescentes com privações intermediárias de moradia apresentou uma tendência de crescimento, especialmente em 2020, quando atingiu 5,7%, ante 4,9% em 2017.

Nessa dimensão, há uma grande desigualdade regional, especialmente entre o Norte e as demais regiões. Em Roraima, o percentual de privação é de quase 30%, enquanto, na maior parte dos estados do Centro-Sul e do Nordeste, não passa de 10%.

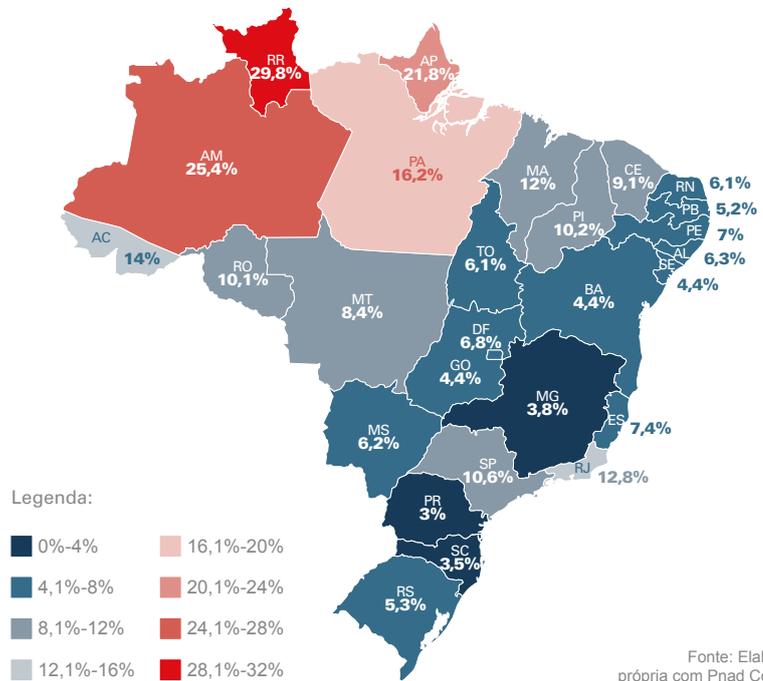
Também se destacam negativamente nessa dimensão os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que, apesar do alto nível de desenvolvimento socioeconômico, tinham, respectivamente 10,6% e 12,8% de crianças e adolescentes com privação de moradia adequada em 2020. Além disso, apesar de ter sido registrada uma tendência de queda nesses percentuais entre 2009 e 2018, a taxa do Rio de Janeiro se manteve praticamente a mesma nesse período, segundo os dados da POF analisados pelo estudo (veja os mapas na pág. 94).

Em relação a cor/raça, as desigualdades são estatisticamente significativas nessa dimensão, em todos os anos. Os indicadores de crianças e adolescentes de cor/raça negra e indígena são cerca de 2 pontos percentuais mais altos tanto para a privação intermediária quanto para a extrema (veja gráficos nesta página).

Para Naercio Menezes Filho, diretor do Centro de Pesquisa Aplicada à Primeira Infância (CPAPI), do Insper, e professor da FEA-USP, que traçou um quadro sobre a vulnerabilidade de lares que abrigam crianças pequenas para o Simpósio Internacional de Equidade na Primeira Infância, esse cenário de privações se deve a um problema de políticas públicas na área de habitação nos últimos anos.

“Não foi dada a prioridade suficiente para essas políticas, ainda mais tendo em vista que houve uma crise econômica a partir de 2015, uma recessão grande, aliada depois à covid-19, que prejudicou muito a renda e o trabalho das pessoas mais pobres e afetou sua capacidade de acessar e permanecer em uma moradia adequada”, explica. Segundo ele, políticas públicas como o Minha Casa Minha Vida, que, mesmo com problemas, ajudaram a fornecer moradia digna para grande parte da população, foram praticamente descontinuadas.

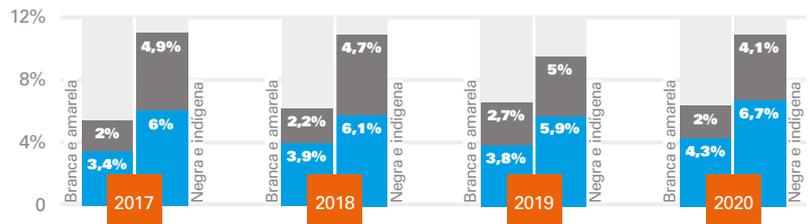
### Privação de acesso a moradia adequada, 0-17 anos (2020) — Pnad Contínua



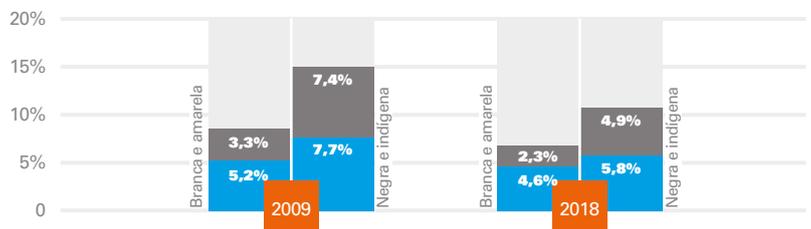
Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

### Privação de moradia adequada, 0-17 anos, por cor/raça — Pnad Contínua e POF

#### ● Pnad Contínua



#### ● POF



● Privação intermediária\*    ● Privação extrema\*\*

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua e POF.

Nota: A dimensão moradia tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2020.

\*Criança e adolescente de 0 a 17 anos que vivem em uma casa com quatro pessoas por dormitório, ou cujas paredes são de material inadequado.

\*\*Criança e adolescente de 0 a 17 anos que vivem em uma casa com mais de quatro pessoas por dormitório, ou cujas paredes e teto são de material inadequado.

Menezes ressalta que o efeito das condições inadequadas de moradia é maior nas crianças pequenas, já que na primeira infância elas precisam de um ambiente tranquilo, de espaço para se locomover, conhecer os objetos e interagir com as pessoas. “Esse processo de formação nos primeiros anos de vida é muito importante, pois é nesse processo que há o desenvolvimento cerebral, das habilidades cognitivas, socioemocionais”, aponta.

Essa visão é corroborada pelo economista americano James Heckman, do Centro de Economia do Desenvolvimento Humano da Universidade de Chicago, e ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2000. Segundo ele, o ambiente em que a criança vive em seus primeiros anos de vida é importante porque interfere diretamente em sua saúde e no desenvolvimento cerebral. Por “ambiente”, ele se refere a aspectos tanto da casa e do território em que a criança vive quanto da qualidade das interações entre a criança e quem convive com ela. Aspectos como violência, moradia, saneamento e alimentação desempenham, segundo ele, um papel importante nesse sentido.

“Se as crianças estão expostas à violência, obviamente esse é um ambiente ameaçador. E sabemos, por estudos sobre o estresse, que as respostas ao cortisol são negativas, prejudicam o desenvolvimento infantil – mesmo antes de nascer. Se a mãe está vivendo em um ambiente violento e ameaçador, isso pode ter consequências adversas. O cortisol pode realmente inibir o desenvolvimento do feto, inclusive com um efeito duradouro no cérebro”, explica Heckman.

No caso específico de moradia, ele aponta que as privações têm consequências muito graves para a saúde das crianças em seus primeiros anos de vida, além do desenvolvimento cerebral. “Se você tem um telhado que está vazando, ou não tem nenhum teto, então, obviamente, está à mercê dos elementos [da natureza]. E não apenas a chuva e vento, mas também a vários tipos de infecções, como zika, e a vários tipos de insetos voadores que podem espalhar doenças. A doença de Chagas é outro exemplo no qual

há riscos substanciais”, alerta (*mais informações no Capítulo 1*).

Em relação às desigualdades regionais identificadas pelo estudo, Naercio Menezes Filho afirma que o fato de estados mais ricos, como São Paulo e Rio de Janeiro, apresentarem indicadores semelhantes aos de estados mais pobres, como Piauí e Maranhão, pode ser explicado por um fenômeno duplo: de pobreza e de desigualdade. Apesar de as famílias de São Paulo e do Rio terem uma renda média maior, o custo de vida também é mais alto e a desigualdade é grande. Assim, há, ao mesmo tempo, uma parcela da população bastante rica e com condições e outra completamente excluída do acesso à moradia.

Já as disparidades raciais nos indicadores de acesso à moradia são expressão da imensa desigualdade de oportunidades e da baixa mobilidade social do Brasil, de acordo com o professor da FEA-USP. “Há uma verdadeira ‘loteria da vida’, no sentido de que você tira um bilhete de loteria [ao nascer] que vai determinar se você terá mais ou menos facilidade para alcançar seus objetivos. As pessoas que nascem em famílias pobres muito provavelmente vão continuar pobres, e as pessoas que nascem em famílias ricas muito provavelmente vão continuar ricas, mesmo que não façam um esforço muito grande”, afirma.

Na opinião de Menezes, a solução para essa desigualdade racial é privilegiar as famílias negras e as famílias mais pobres na formulação das políticas públicas, em todas as dimensões, já que as políticas de transferência de renda, embora essenciais, não resolverão por si só o déficit habitacional do País.

Menezes ressalta ainda que é urgente atender ao imenso contingente de famílias que foram parar na rua por causa da pandemia. “A gente tem que agir já, com urgência, porque essas crianças em situação de rua estão passando por uma situação de estresse tóxico – muitas vezes, sofrendo mesmo, em condições inadequadas e sob riscos de todos os tipos, de violências, de acidentes – que pode impactar decisivamente seu desenvolvimento e seu futuro”, alerta (*mais informações na pág. 65*).



## Tendas e barracas abrigam famílias nas ruas depois da pandemia

Barracas feitas com lonas, sacos de lixo, papelão e pedaços de pau são hoje a face visível de um novo fenômeno no País, que já vem sendo captado pelas pesquisas: a presença de famílias que vivem em “moradias improvisadas” nas ruas.

Segundo Marcelo Pedra, doutor em saúde coletiva e pesquisador do Núcleo de Populações em Situação de Vulnerabilidade e Saúde Mental na Atenção Básica (NuPop), da Fiocruz Brasília, um terço dessa população, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, está na rua depois da pandemia de covid-19.

São trabalhadores(as) que já estavam em situação precária antes da pandemia e que, com a crise sanitária, perderam sua rede de proteção social e foram morar nas ruas com os(as) filhos(as).

Para o pesquisador, esse fenômeno de famílias inteiras vivendo em barracas e tendas nas calçadas pode ser identificado em pelo menos três centros urbanos que fizeram pesquisas censitárias nos últimos dois anos: São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

No Rio de Janeiro a metodologia do Censo foi elaborada por um Grupo de Trabalho constituído pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS). De acordo com a pesquisa, realizada em novembro de 2020, 7.272 pessoas estavam em situação de rua no município. Cerca de 15% delas foram para as ruas após demissão do trabalho ou perda de renda. O número de crianças e adolescentes era de 332, cerca de 5% do total.

“A lógica da barraca é você ter um espaço privado na rua, um fenômeno contemporâneo de quem não estava na rua”, observa o pesquisador. Apesar de o número de famílias que vivem em barracas e tendas não ter sido contabilizado, Pedra chama a atenção para um detalhe importante. “Na [avenida] Presidente Vargas, no Rio de Janeiro, via as pessoas em situação de rua com seus cobertores dobrados, vincados. Esse é um comportamento de quem estava domiciliado”, observa.

No Distrito Federal, pesquisa feita em junho de 2022, pela Companhia de Planejamento do DF, em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas e a Secretaria de Desenvolvimento Social, entre outros, identificou a presença de moradias improvisadas, como barracas de *camping*, papelão e papel, entre outros materiais, em 29,3% dos 1.915 pontos de abordagem.

Em São Paulo, o número de barracas nas ruas cresceu 330%, em 2021, em relação a 2019, segundo o Censo da População em Situação de Rua, feito pela Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Enquanto no recenseamento anterior havia 2.051 pontos abordados com barracas improvisadas, em 2021 foram computados 6.778 pontos.

Cresceu também o número de entrevistados informando ter no local em que foram abordados nas ruas a companhia de alguma pessoa que considera de sua família. Enquanto, em 2019, 20% da população em situação de rua deu essa declaração, em 2021, o percentual subiu para 28,6%.

Segundo Silvia Maria Schor, professora da FEA-USP, e pesquisadora da Fipe, tanto o número de barracas quanto a companhia de familiares são “fortes indicativos” do aumento de famílias nessa situação, assim como o número de crianças de até 6 anos nas ruas. De acordo com o Censo de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, de 2022, havia 1.151 meninos e meninas de até 6 anos vivendo nas ruas na cidade de São Paulo, cerca de um terço da população em situação de rua de até 17 anos.

“Criança não é uma pessoa em situação de rua mais jovem. Os problemas e questões associados à presença de crianças e adolescentes na rua exigem um conjunto de políticas de atenção e encaminhamentos diferente”, alerta a pesquisadora, que também lamenta a falta de dados sobre as famílias em situação de rua. “Precisamos conhecer essa população, saber quantos são com segurança, e a composição dessas famílias”, pontua.

# ÁGUA E SANEAMENTO

Nas dimensões de água e saneamento houve avanços no Brasil nos últimos anos, porém, eles foram insuficientes para diminuir a enorme quantidade de crianças e adolescentes sem acesso a banheiro e tratamento de esgoto nas residências. Saneamento continua sendo a dimensão com o maior número de meninos e meninas privados(as) desse direito, o que tem graves impactos para a saúde e o desenvolvimento

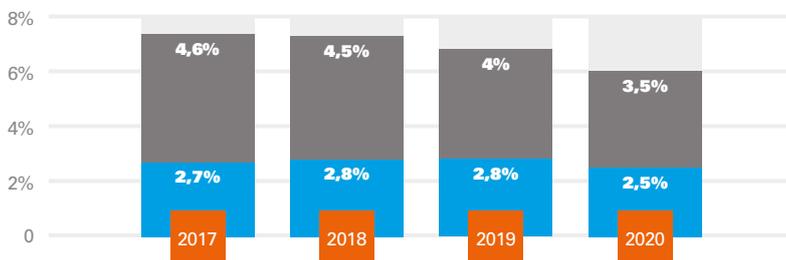
Neste bloco, estão apresentados os dados das dimensões água e saneamento (acesso a banheiro/tratamento de esgoto) analisados pelo estudo. Não há dados disponíveis para os anos de 2021 e 2022 na Pnad Contínua, portanto, não foi possível avaliar os impactos da pandemia sobre essas dimensões, que são mais dependentes de investimentos em infraestrutura que as demais.

Os indicadores aqui apresentados consideram apenas as privações no domicílio em que crianças e adolescentes vivem. Não incluem a análise, por exemplo, de escolas e outros lugares frequentados por eles(as).

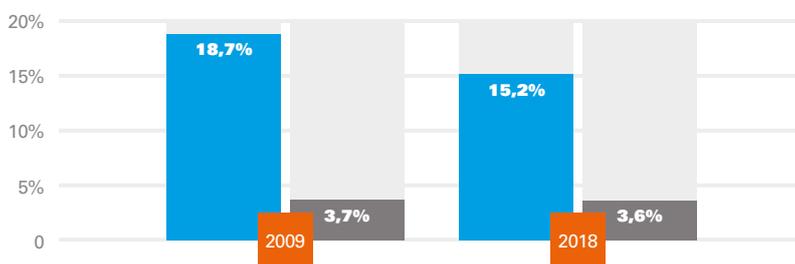


## Privação de acesso à água, 0-17 anos — Pnad Contínua e POF

### ● Pnad Contínua



### ● POF



■ Privação intermediária\*   ■ Privação extrema\*\*

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua e POF.

Nota: A dimensão água tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2020. Como esse indicador é captado de forma diferente pela POF e pela Pnad Contínua, há grandes diferenças entre os números de ambas, em especial no que diz respeito às privações intermediárias (saiba mais sobre a metodologia no Capítulo 1, na pág. 8).

\*Criança e adolescente de 0 a 17 anos que habitam uma residência que recebe água canalizada somente no terreno/área externa da propriedade ou que vivem em uma casa com acesso à água internamente, mas cuja procedência é de poço, fonte ou nascente.

\*\*Criança e adolescente de 0 a 17 anos que habitam uma residência que não recebe água canalizada ou que vivem em uma casa com acesso à água internamente, mas cuja procedência é de água da chuva armazenada ou desconhecida.

No que diz respeito ao acesso à água, os resultados da Pnad Contínua mostram que os percentuais de crianças e adolescentes com alguma privação nesse campo permaneceram baixos e relativamente estáveis entre 2017 e 2020, exceto na privação extrema,<sup>52</sup> em que houve uma redução estatisticamente significativa no último ano.

Já na análise histórica da POF, no período de 2009 a 2018, foi registrada uma redução de mais de 3 pontos percentuais na privação intermediária,<sup>53</sup> enquanto na extrema os números se mantiveram praticamente iguais. No entanto, e como já foi mencionado ao longo do texto, esse resultado não pode ser comparado com o da Pnad Contínua, porque a coleta de dados é feita de forma diferente nas duas pesquisas, em especial em relação à privação intermediária (saiba mais sobre a metodologia no Capítulo 1, na pág. 8).

Assim como nas outras dimensões, as desigualdades regionais também estão presentes no que se refere ao acesso à água. Os maiores

<sup>52</sup> Refere-se a criança e adolescente de 0-17 anos que habitam uma residência que não recebe água canalizada.

<sup>53</sup> Refere-se a criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em uma casa com acesso à água internamente, mas cuja procedência é de poço, fonte ou nascente.

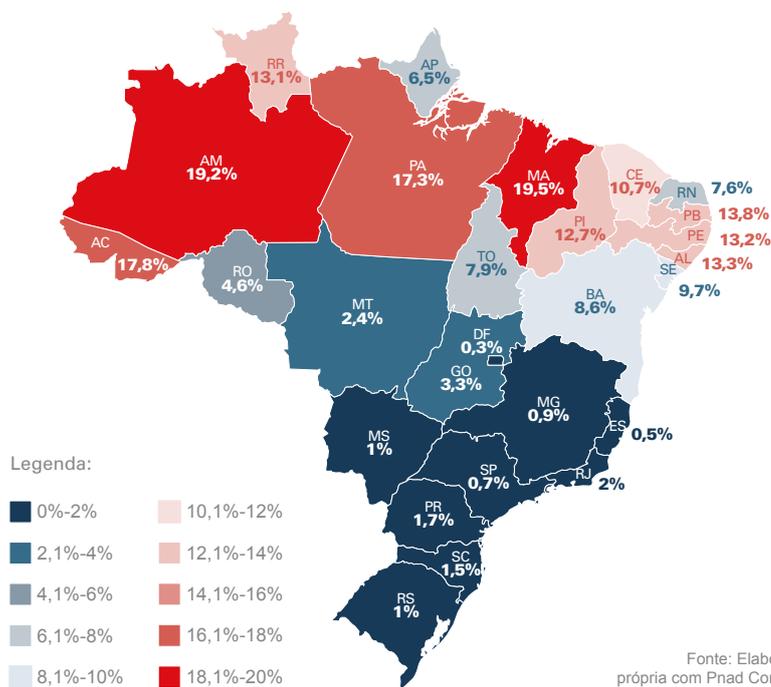


percentuais de privação são registrados nas regiões Norte e Nordeste, chegando a 19,5% no Maranhão e a 19,2% no Amazonas em 2020. No outro extremo, está a Região Sudeste, onde em 2020 três dos seus quatro estados tinham percentuais de privação menores que 1%.

As desigualdades raciais também são grandes nessa dimensão. O percentual de crianças e adolescentes de cor/raça negra e indígena sem acesso à água foi muito maior que o daqueles(as) de cor/raça branca e amarela, em praticamente todos os anos analisados pela Pnad Contínua. Mesmo com uma redução nos índices ao longo dos anos, 5% das crianças e dos adolescentes de cor/raça negra e indígena estavam em privação extrema nessa dimensão em 2020, enquanto apenas 1,5% daqueles(as) de cor/raça branca e amarela se encontravam nessa situação.

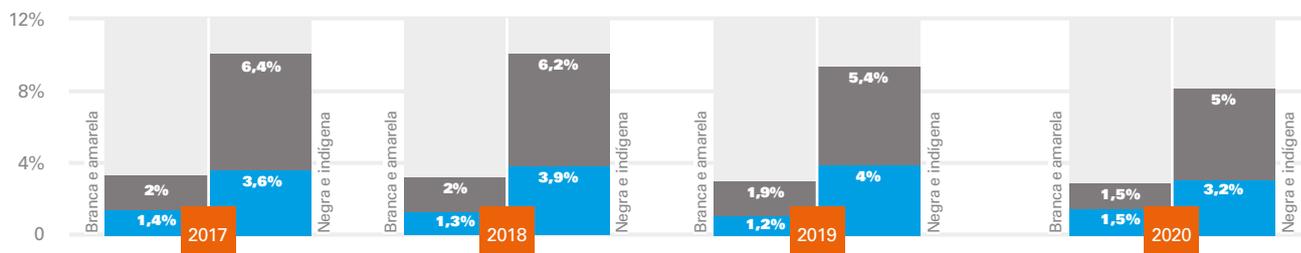
A mesma tendência foi registrada na POF, que mostra a evolução do indicador do ano de 2009 para o de 2018, embora os números não sejam comparáveis, como já citado (*confira gráfico abaixo*).

### Privação de acesso à água, 0-17 anos (2020) – Pnad Contínua

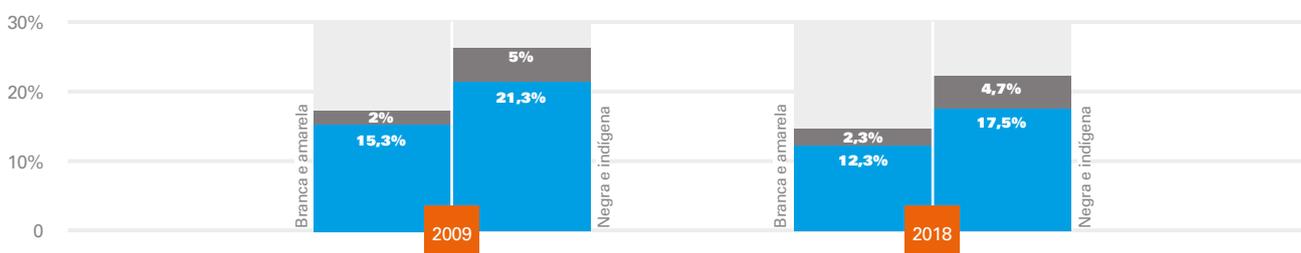


### Privação de acesso à água, 0-17 anos, por cor/raça – Pnad Contínua e POF

#### ● Pnad Contínua



#### ● POF



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua e POF.

Nota: A dimensão água tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2020. Como esse indicador é captado de forma diferente pela POF e pela Pnad Contínua, há grandes diferenças entre os números de ambas, em especial no que diz respeito às privações intermediárias (*saiba mais sobre a metodologia no Capítulo 1, na pág. 8*).

\*Criança e adolescente de 0 a 17 anos que habitam uma residência que receba água canalizada somente no terreno/área externa da propriedade ou que vivem em uma casa com acesso à água internamente, mas cuja procedência é de poço, fonte ou nascente.

\*\*Criança e adolescente de 0 a 17 anos que habitam uma residência que não recebe água canalizada ou que vivem em uma casa com acesso à água internamente, mas cuja procedência é de água da chuva armazenada ou desconhecida.



## SANEAMENTO

Em relação ao acesso a banheiro e tratamento de esgoto, os resultados do estudo mostram que houve progresso nos últimos anos no Brasil. Segundo dados da Pnad Contínua, em 2020, o percentual de crianças e adolescentes sem qualquer privação nessa dimensão foi maior do que em 2017, com uma diferença estatisticamente significativa de mais de 3 pontos percentuais. Quando se analisa o período entre 2009 e 2018, abordado pela POF, o avanço foi ainda maior, de mais de 11 pontos percentuais.

Em âmbito estadual, assim como ocorre com a água, há grandes desigualdades no acesso a saneamento. Além disso, apesar dos avanços observados no País como um todo, há estados com níveis ainda muito elevados de crianças e adolescentes em situação de privação. Os maiores percentuais estão nas regiões Nordeste e Norte – em 2020, a maior taxa é do Piauí,

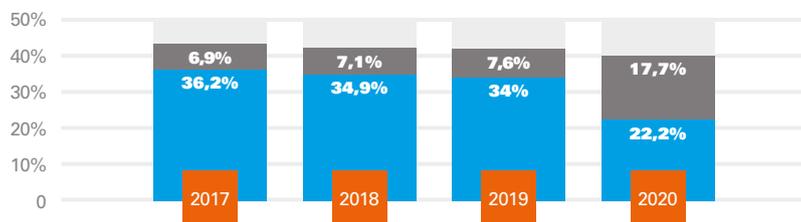
91,1%, seguida pela do Amapá, 85,6%. Mais uma vez, a Região Sudeste tem um cenário mais favorável: todos os estados apresentam percentuais abaixo de 25% em 2020. A menor taxa é a de São Paulo: 9,8%.

De acordo com Luana Siewert Pretto, engenheira e presidente-executiva do Instituto Trata Brasil, organização da sociedade civil (OSC) da área de saneamento básico, as grandes disparidades regionais estão relacionadas com a falta de investimento na ampliação da cobertura. Enquanto em São Paulo se investe em média R\$ 126,29 por ano, por habitante em saneamento básico, no Acre e em Rondônia, o valor é de R\$ 5,13 e R\$ 19,95,<sup>54</sup> respectivamente.

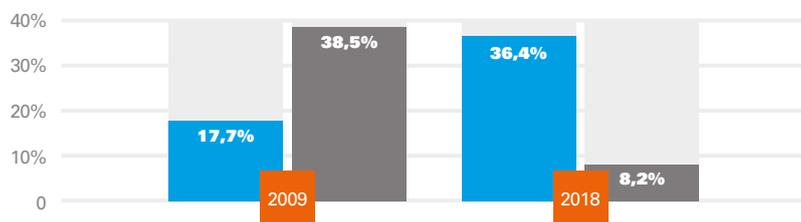
Nessa dimensão, também persistem as desigualdades raciais, apesar das melhorias no acesso a saneamento ocorridas nos últimos anos. Em 2020, enquanto o percentual de crianças e adolescentes de cor/raça branca e amarela sem qualquer privação foi de 70,3%, o de crianças e adolescentes de cor/raça negra e indígena na mesma situação atingiu 53% – uma diferença de mais de 17 pontos percentuais.

### Privação de acesso a banheiro e rede de esgoto, 0-17 anos – Pnad Contínua e POF

#### ● Pnad Contínua



#### ● POF



■ Privação intermediária\* ■ Privação extrema\*\*

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua e POF.

Nota: A dimensão saneamento tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2020. Como houve, no questionário da Pnad Contínua, a inserção de mais alternativas sobre para onde vai o esgoto do banheiro (sanitário ou buraco de dejeção) a partir da primeira entrevista da edição de 2019, os níveis de privação não são comparáveis com os de anos anteriores, embora a comparabilidade dos resultados de percentual de crianças e adolescentes privados(as) em qualquer nível não tenha sido alterada (saiba mais sobre a metodologia no Capítulo 1, na pág. 8).

\*Criança e adolescente de 0 a 17 anos que vivem em casa com banheiro compartilhado ou com fossa rudimentar.

\*\*Criança e adolescente de 0 a 17 anos que vivem em casa sem banheiro ou com vala a céu aberto.

Para Léo Heller, pesquisador da Fiocruz e ex-relator especial das Nações Unidas para os direitos humanos a água e saneamento, a permanência do déficit de saneamento no Brasil deve-se principalmente a quatro fatores: a instabilidade das políticas públicas; a ausência histórica de uma política de saneamento específica para a zona rural, responsável por parte expressiva do déficit de saneamento no País; a falta de clareza sobre qual é o papel da União, dos estados e dos municípios nas atribuições do serviço; e o financiamento.

Segundo ele, a questão do saneamento afeta muito fortemente crianças e adolescentes, com impactos sérios em sua saúde, como a ocorrência de diarreia, verminoses e diferentes tipos de morbidade claramente identificados na literatura, como a desnutrição, que está muito relacionada à diarreia.

Outro problema, para Heller, é a falta de serviços de saneamento em outros ambientes, que poderiam compensar a privação nas moradias. “A

<sup>54</sup> Dados do Instituto Trata Brasil, com base no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), de 2021. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/>.

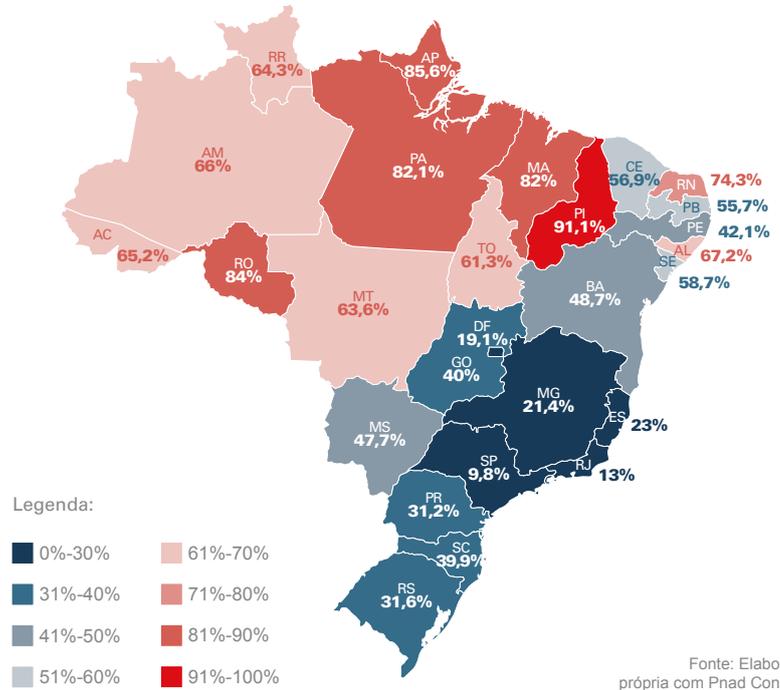


gente tem que pensar cada vez mais que o saneamento não é algo exclusivo dos domicílios, que é necessário ter instalações de saneamento nos vários espaços: no local de trabalho, na escola, no posto de saúde e no espaço público”, afirma.

A falta de banheiros nas escolas, por exemplo, afeta particularmente as meninas. “O problema do manejo menstrual pelas meninas adolescentes é supercrítico. Não tendo instalações, não tendo material para higiene, elas são objeto de ataques, críticas, estigma em relação a isso. Falta privacidade, dignidade, que é um item de direitos humanos”, pontua (saiba mais sobre esse tema no Capítulo 1).

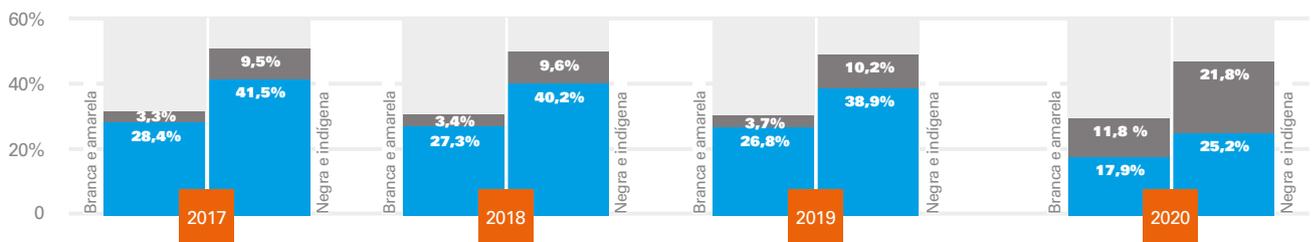
Ele destaca ainda a importância de discutir mais e ampliar a abrangência da tarifa social de água e esgoto, porque, na sua opinião, há uma “relação biunívoca” entre saneamento e pobreza. “Essa é uma via de mão dupla no saneamento. Por um lado, ser pobre financeiramente dificulta ter acesso ao saneamento, e, por outro lado, não ter saneamento também implica a pobreza, pensando nesse conceito alargado de pobreza [multidimensional]”, afirma.

### Privação de acesso a banheiro e rede de esgoto, 0-17 anos (2020) – Pnad Contínua

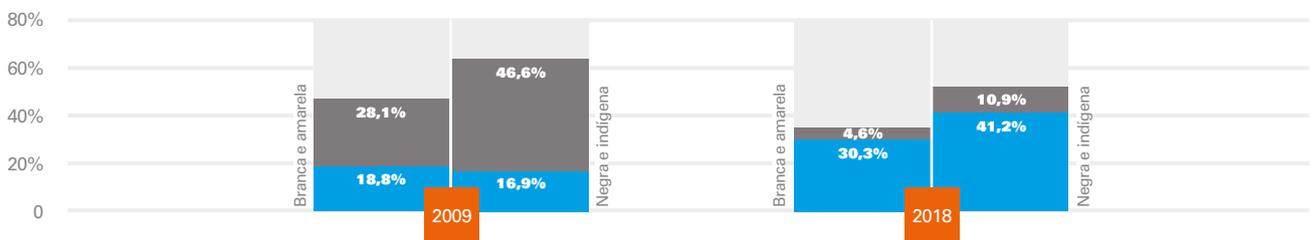


### Privação de acesso a banheiro e rede de esgoto, 0-17 anos, por cor/raça — Pnad Contínua e POF

#### ● Pnad Contínua



#### ● POF



■ Privação intermediária\* ■ Privação extrema\*\*

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua e POF.

Nota: A dimensão saneamento tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2020. Como houve, no questionário da Pnad Contínua, a inserção de mais alternativas sobre para onde vai o esgoto do banheiro (sanitário ou buraco de dejeção) a partir da primeira entrevista da edição de 2019, os níveis de privação não são comparáveis com os de anos anteriores, embora a comparabilidade dos resultados de percentual de crianças e adolescentes privados(as) em qualquer nível não tenha sido alterada (saiba mais sobre a metodologia no Capítulo 1, na pág. 8).

\*Criança e adolescente de 0 a 17 anos que vivem em casa com banheiro compartilhado ou com fossa rudimentar.

\*\*Criança e adolescente de 0 a 17 anos que vivem em casa sem banheiro ou com vala a céu aberto.



Crianças de comunidades ribeirinhas, como Simon, de 5 anos, tomam banho no rio Miriti-Pitanga, em Acará (PA)



## O impacto das privações de água e saneamento

A falta de acesso a serviços de saneamento básico, como água potável e tratamento de esgoto, tem impactos sociais, econômicos e ambientais significativos, levando a privações em outras dimensões, como mostra o Painel Saneamento Brasil, do Instituto Trata Brasil (ITB).<sup>55</sup>

A dimensão mais diretamente afetada pela falta de saneamento é a da saúde. De acordo com dados de 2021 do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus), compilados pelo Painel Saneamento Brasil, a taxa de incidência de internações por doenças de veiculação hídrica por 10 mil habitantes é de 6,04 – o que corresponde a cerca de 129 mil internações –, gerando

um volume de despesas anuais de aproximadamente R\$ 55 milhões.

Quando se analisam os dados regionais, observa-se que as internações acompanham as disparidades no acesso ao saneamento. Enquanto a taxa de incidência de internações por doenças de veiculação hídrica é de 2,32 por 10 mil habitantes na Região Sudeste, no Norte e no Nordeste, ela chega a 13,24 e 10,23 por 10 mil habitantes, respectivamente.

Além da saúde, a educação também sofre impactos significativos com a privação em saneamento. A análise dos dados do IBGE de 2021 feita pelo ITB aponta que, enquanto

<sup>55</sup> PAINEL Saneamento Brasil. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/>.



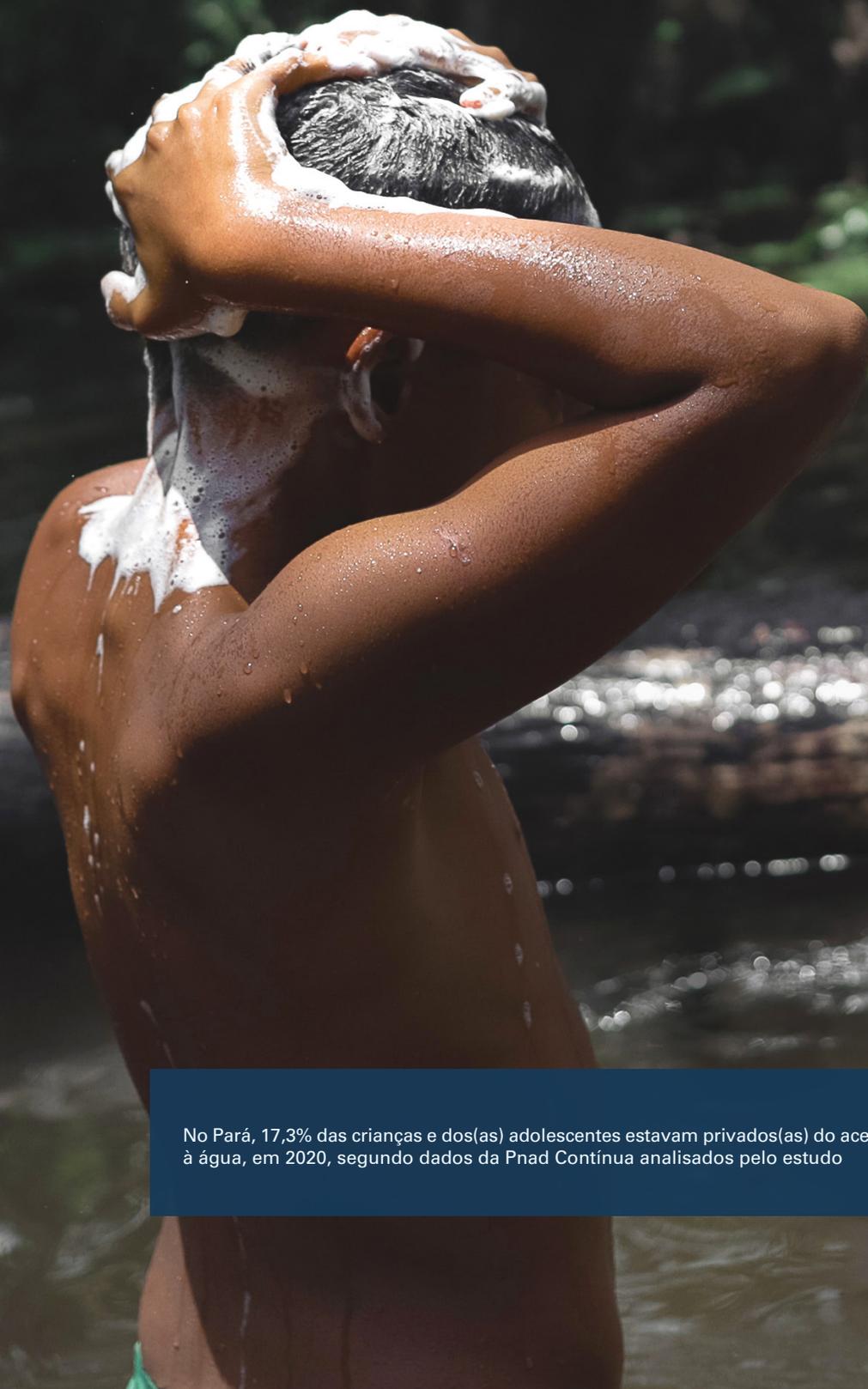
© UNICEF/BRZ/Gabriele Portinho

peças que moravam em residências com saneamento básico frequentavam a escola por 9,1 anos, aqueles(as) sem acesso a serviços de saneamento tinham escolaridade média de apenas 5,3 anos. Para efeitos de comparação, atualmente a escolaridade obrigatória no País é de 13 anos (dos 4 aos 17 anos de idade). O atraso escolar é outro indicador influenciado por essa questão: a média de anos de atraso na escola entre pessoas que moram em residências com saneamento básico é de 1,53, quase 50% menor do que a daquelas que vivem em casas sem saneamento, de 2,35.

O Painel revela ainda que a falta de acesso a saneamento influencia até mesmo a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) dos estudantes. De acordo com dados de 2021 do Inep, a nota média de pessoas que vivem em

casa com banheiro é de 535,69; já a média das que não têm banheiro no domicílio cai para 468,31.

Luana Siewert Pretto, presidente-executiva do Instituto Trata Brasil, chama a atenção para outro ponto: a disparidade de gênero na questão do acesso à água, além da pobreza menstrual. Segundo ela, como as mulheres assumem a maior parte das responsabilidades domésticas, quando elas não têm acesso à água, acabam tendo que buscá-la em locais afastados de casa, o que as deixa mais expostas à violência. Além disso, são elas que mais cuidam das crianças atingidas por doenças de veiculação hídrica. “Com isso, elas perdem um período muito grande do dia. Então, como elas vão ser competitivas no mercado de trabalho, buscar uma ascensão social, se perdem muito tempo para fazer atividades que deveriam ser básicas – abrir a torneira e ter acesso à água em casa?”, questiona.



No Pará, 17,3% das crianças e dos(as) adolescentes estavam privados(as) do acesso à água, em 2020, segundo dados da Pnad Contínua analisados pelo estudo





# PARÁ

*Nos municípios Santa Izabel do Pará e Acará, crianças e adolescentes de comunidades quilombolas e ribeirinhas convivem com privações de água e saneamento. No Pará, como em outros estados da Região Norte, os indicadores dessas dimensões são, em geral, mais elevados do que no restante do País*

**J**osé<sup>1</sup> escala a palmeira rápido como uma flecha, os pés descalços presos ao tronco com uma peçonha, espécie de corda feita com as folhas da árvore. Em segundos, está no topo, a 15 metros do chão, então, desce com o cacho de açaí. Ele tem 15 anos, sobe várias vezes ao dia. A árvore é frágil, pode quebrar, mas ele afirma nunca ter caído. Em 2016, o Instituto Peabiru, que atua na região amazônica, constatou ser esta uma das atividades mais perigosas da área rural do Brasil.

O menino mora com a mãe, o padrasto e os irmãos numa casa simples de madeira, em Acará, a cerca de 100 quilômetros de Belém.

Exausto demais para acordar de madrugada, outra vez faltou à escola. A lancha escolar atraca às 6 horas no barranco em frente de casa, mas a rotina das crianças começa bem antes. Sem banheiro nem água encanada, elas precisam acordar entre 4 e 5 da manhã para tomar banho no rio e se arrumar para ir à escola.

O mesmo rio que recebe o esgoto das casas também fornece a água para o banho, inclusive para beber. “Todo mundo que tem fossa, joga no rio”, diz o catador de açaí Sidney de Souza Salgado, 43 anos. Ele e a família também vivem em Acará numa casa de madeira inacabada de dois pisos, com quatro cômodos separados por lençóis. Na parte superior fica a cozinha e a sala onde o

casal dorme no colchão no assoalho; as crianças dormem em redes na parte inferior – os três meninos de um lado, as duas meninas do outro.

Assim como eles, dezenas de ribeirinhos vivem ao longo do rio Miriti-Pitanga sem água potável ou saneamento. Eles se queixam ainda de uma indústria de óleo de palma e de dendê que estaria despejando resíduos no rio.

“Esse rio está poluído”, constata Isilane, 16 anos, filha mais velha de Sidney. Ela teme repetir a história dos primos. “Eles ficaram sete dias internados no hospital, com vômitos, diarreia e muita febre”, lembra. Os primos beberam água do rio.

“Tem gente que não pode comprar gasolina todo dia para ir na cidade buscar água, então bebe do rio mesmo”, diz Isilane. Os ribeirinhos precisam se deslocar de canoa motorizada. Sidney leva meia hora entre ida e volta, a cada dois dias, e gasta parte da renda familiar em gasolina. Nem sempre ele tem dinheiro, ou a canoa está funcionando, então a família bebe água do rio. É quando surgem novas adversidades.

O caçula da família, Simon, 5 anos, apresenta problemas recorrentes por causa da água. “A enfermeira falou que era ameba”, conta a madrastra dele, Rosimere do Socorro Maciel Pantoja, 34 anos. Ela própria diz que já se contaminou. “Fui tomar banho e saí com coceira,

umas manchas. Fiz um exame, e atestou que foi da contaminação da água”, conta.

Para os gêmeos Davi e Samuel, de 2 anos, o perigo chega rastejando desde o igarapé, localizado nos fundos da casa de 15 metros quadrados em que moram com a mãe, o pai e o irmão Antonio Gabriel, 6 anos. A família vive em uma área de ocupação, em Santa Izabel do Pará, a 50 quilômetros de Belém. Não há saneamento básico, e os dejetos do banheiro vão para o riacho, que traz parte disso de volta para o quintal quando transborda, em dias de chuva.

As más condições da moradia acentuam os perigos. Toda a parte inferior das laterais de madeira está apodrecida, e por ali entram animais, vindos do igarapé. “Meus filhos não merecem um lugar desses”, lamenta a mãe das crianças, Camila Caroline Ribeiro de Araújo, 29 anos. No Pará, 16,2% das crianças e adolescentes viviam em moradias inadequadas em 2020, segundo a Pnad Contínua.

A falta de saneamento piora o cenário. Os gêmeos contraíram viroses algumas vezes, e as gripes são constantes. Com pneumonia devido às condições insalubres, Davi toma medicamentos doados por um comerciante da rua em que o pai, Antonio Clebson da Conceição Macias, trabalha como cuidador de carros. Simon tem uma deficiência auditiva que a mãe atribui à água da chuva que entra na casa. “Caía a goteira no ouvido dele”, diz Camila.

<sup>1</sup> Nome fictício para preservar a privacidade do adolescente.



### Água com gosto de ferrugem nos quilombos

O acesso à água também é um problema em duas comunidades quilombolas de Santa Izabel do Pará. Embora fiquem às margens de muitos igarapés, os moradores nem sempre têm água potável para beber. No quilombo Boa Vista do Itá, a água do poço artesiano perfurado há seis anos tem gosto de ferrugem. “Tem hora que parece que está limpa, mas você sente o gosto”, diz a líder quilombola Anézia de Deus dos Santos, 67 anos. “Sempre tem alguém reclamando de dor de barriga.”

O segundo poço artesiano não dá conta de atender às 72 famílias do lugar. “Sempre falta energia, e, quando queima a nossa bomba, a gente sai pegando água nas cacimbas. Anda 1 quilômetro para carregar a água nos baldes, nas panelas”, descreve Anézia. Mulheres e crianças saem em procissão, com garrafas na mão e baldes na cabeça, rumo aos igarapés ou ao poço artesiano de um médico solidário aos quilombolas. “As crianças vão desde pequenas, para dar valor à água”, diz.

A 30 quilômetros dali, o quilombo Jacarequara vive o mesmo drama. Sem sistema próprio de abastecimento, suas 30 famílias dependem da caixa-d’água da Vila de Jundiaí, na cidade vizinha

de Inhangapi. Os quilombolas usam canos de borracha para puxar água, mas nem sempre ela está disponível. As quedas de energia elétrica são frequentes e, mesmo quando há água, ela só chega quando os vizinhos acionam a bomba, três vezes ao dia: manhã, tarde e início da noite.

Os blecautes intermitentes duram de dois a três dias, mas a crise hídrica se prolonga por até duas semanas, quando a bomba de sucção estraga. Nesses períodos, Kassia da Silva Macedo Lobo, 23 anos, recorre ao igarapé a 300 metros de casa para coletar água para cozinhar e dar banho nos filhos Robson, 3 anos, Kedson, 1 ano, e Kyara, 3 meses. “Até mesmo para beber a gente tem que usar de igarapé e muitas vezes o igarapé está sujo”, diz.

Os igarapés onde mães como Kassia dão banho nos filhos e coletam água para cozinhar e lavar a roupa são também depositários de outro flagelo do quilombo. “Poucas casas têm fossa”, diz o quilombola catador de açaí Raimundo Nonato Valadares Macedo, 46 anos, pai de Kassia.

Kassia aponta outras carências do quilombo, como a falta de posto de saúde, de creche e de escola. As crianças ficam expostas às intempéries para pegar o ônibus que as leva à escola da comuni-

dade vizinha. “No horário do meio-dia, o sol está quente, ou está chovendo no inverno. Ela gostaria de uma escola no lugar também para resgatar a identidade quilombola. “Hoje em dia, nas outras escolas, elas não estão aprendendo sobre a nossa cultura.”

### Isolados, ribeirinhos padecem sem água e sem renda

O catador de açaí Sidney de Souza Salgado não sabe ler nem escrever, mal assina o nome. Quer uma história diferente para os cinco filhos. À exceção de Simon, 5 anos, os demais estudam, mas nenhum está na série certa para a idade. Eles são um retrato do Pará, onde 21,8% das crianças e dos(as) adolescentes de 4 a 17 anos não tinham acesso à escola na idade certa em 2021, segundo o estudo do UNICEF.

Sidney culpa os dois anos de suspensão das aulas presenciais devido à covid-19 pelo atraso. Não há computador nem celular para as aulas on-line, e nem teriam serventia, porque o sinal de internet não chega nas barrancas do rio Miriti-Pitanga. O único “luxo” da família é uma TV de 14 polegadas.

A comida lá também é racionada. “Eles dizem: ‘Estou enjoado de comer frango’. Mas o que a gente mais come é frango, ovo e mortadela”, diz a mãe, Rosimere do Socorro Maciel Pantoja. O problema se repete na escola. “Eles reclamam que a merenda é muito ruim, só dão suco com bolachas”, observa. “A gente volta para casa com o estômago doendo”, confirma Isilane.

A fome tem início junto com a saga diária para ir à escola, que começa de madrugada. “Eu acordo muito cedo, aí me dá muito sono, me dá até vontade de dormir na cadeira”, admite Isilane. Essa rotina desgastante é o motivo das frequentes faltas às aulas.

Como José, o menino que escala a palmeira, muitas crianças e adolescentes não vão à escola para trabalhar na colheita do açaí. Em 2019, o trabalho in-



fantil alcançou 8% dos(as) adolescentes entre 14 e 17 anos no Pará, de acordo com o estudo do UNICEF.

Segundo o catador de açaí Sidney, a colheita se restringe ao verão, e os preços nem sempre estão bons. Sidney recebe pensão mensal de R\$ 1.200, decorrente da morte da esposa anterior. A atual companheira, Rosimere, recebe R\$ 600 do Bolsa Família.<sup>2</sup> A venda de açaí complementa a renda.

As receitas fixas e variáveis garantem uma renda média *per capita* de R\$ 285 aos sete integrantes da família. Isso coloca seus(suas) filhos(as) entre os 57,3% de crianças e adolescentes do Pará que estavam abaixo da linha de pobreza em 2021, de acordo com o estudo.

Nesse grupo também estão os filhos de Camila de Araújo, moradora da periferia de Santa Izabel do Pará, a 50 quilômetros de Belém.

A renda de Camila se resume a R\$ 600 do Bolsa Família e R\$ 105 do Auxílio Gás. O marido, Antonio Clebson, ganha mais uns R\$ 150 cuidando de carros no centro da cidade. Não basta para a comida, o leite, as fraldas.

Não raro, Camila mistura ovos ou mortadela com arroz e feijão que sobraram na geladeira. Para melhorar o gosto, o segredo, segundo ela, é temperar com bastante alho e cebola, como ensinou a avó. “Tira o gosto do azedo, aí nós comemos. Para as crianças não ficarem com fome, melhor comer azeda.”

<sup>2</sup>Na época da entrevista, em outubro de 2022, o benefício chamava-se Auxílio Brasil.



© UNICEF/BRZ/Gabriela Portilho

No Pará, crianças e adolescentes chegam a escalar palmeiras de 15 metros para pegar os cachos de açaí. A atividade é considerada uma das mais perigosas da área rural do Brasil



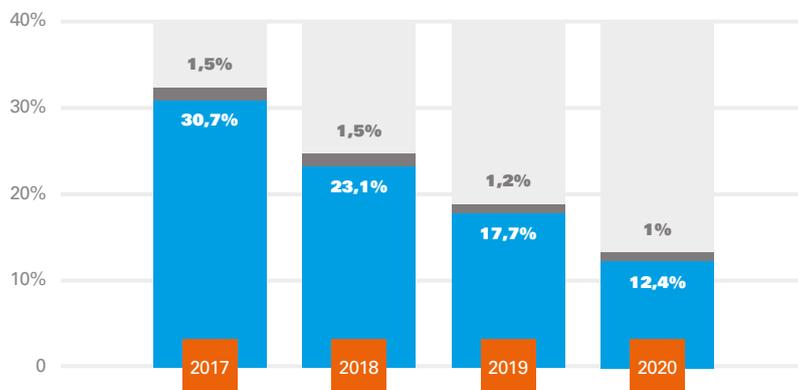
Clique para ver todas as fotos ampliadas.

## **i** INFORMAÇÃO

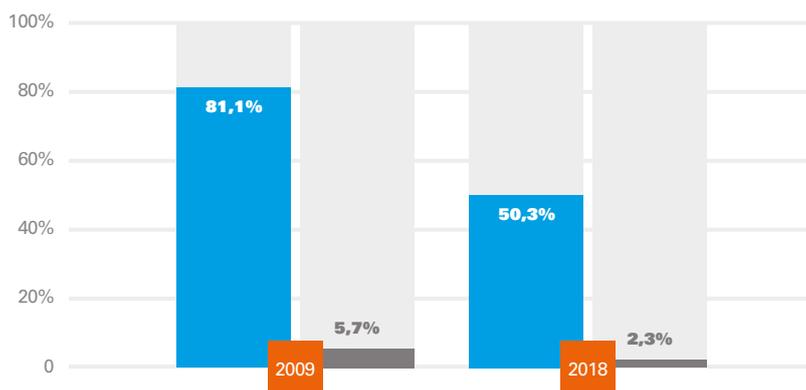
*Informação se refere ao acesso a internet e televisão dentro do domicílio, e é a única das dimensões analisadas pelo estudo que apresentou uma melhora consistente e significativa ao longo do tempo. No entanto, não foi possível avaliar os impactos da pandemia sobre essa dimensão, porque não há dados disponíveis para os anos de 2021 e 2022*

### Privação de acesso a internet e televisão, 9-17 anos — Pnad Contínua e POF

#### ● Pnad Contínua



#### ● POF



■ Privação intermediária\* ■ Privação extrema\*\*

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua e POF.

Nota: A dimensão informação tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2020 (saiba mais sobre a metodologia no Capítulo 1, na pág. 6).

\*Criança e adolescente de 9-17 anos que não tiveram acesso a internet no último ano em casa, mas tinham uma televisão em casa.

\*\*Criança e adolescente de 9-17 anos que não tiveram acesso a internet no último ano em casa, nem tinham uma televisão em casa.

Na dimensão informação, que trata do acesso a internet e televisão, o estudo revela que houve uma melhora estatisticamente significativa, no percentual de crianças e adolescentes sem privação nos quatro anos de Pnad Contínua analisados pelo estudo. O dado, que passou de 67,9%, em 2017, para 86,6%, em 2020, refere-se a crianças e adolescentes de 9 a 17 anos que acessaram a internet de casa pelo menos uma vez no último ano.

Já na perspectiva histórica captada pela POF de 2009 para 2018, vê-se que houve uma redução de privações nessa dimensão da ordem dos 34 pontos percentuais. No entanto, esse resultado não pode ser comparado com o da Pnad Contínua, porque a coleta de dados é feita de forma diferente nas duas pesquisas, como já foi mencionado no Capítulo 1. O que fica claro, em ambas, é que o maior avanço se deu em relação ao acesso à internet no domicílio.

Os resultados também mostram fortes disparidades regionais. Segundo a Pnad Contínua, em 2020 menos de 3% das crianças e dos(as) adolescentes em São Paulo e no Distrito Federal apresentavam privações de acesso à informação. Em um estado do Norte (Amazonas) e em dois do Nordeste (Maranhão e Piauí), esse percentual passava de 20% (veja mapa na pág. 77).

Quando se analisa um período mais longo, com base nos dados da POF, é possível verificar uma tendência de redução nas dificuldades de acesso à informação em todo o País. Enquanto, em 2009, mais de três quartos das famílias em todas as unidades da Federação apresentavam níveis de privação elevados nessa dimensão, em 2018, apenas sete estados registravam índices superiores a 70%: Acre, Amazonas, Maranhão, Pará, Piauí, Roraima e Tocantins (veja mapas na pág. 96).

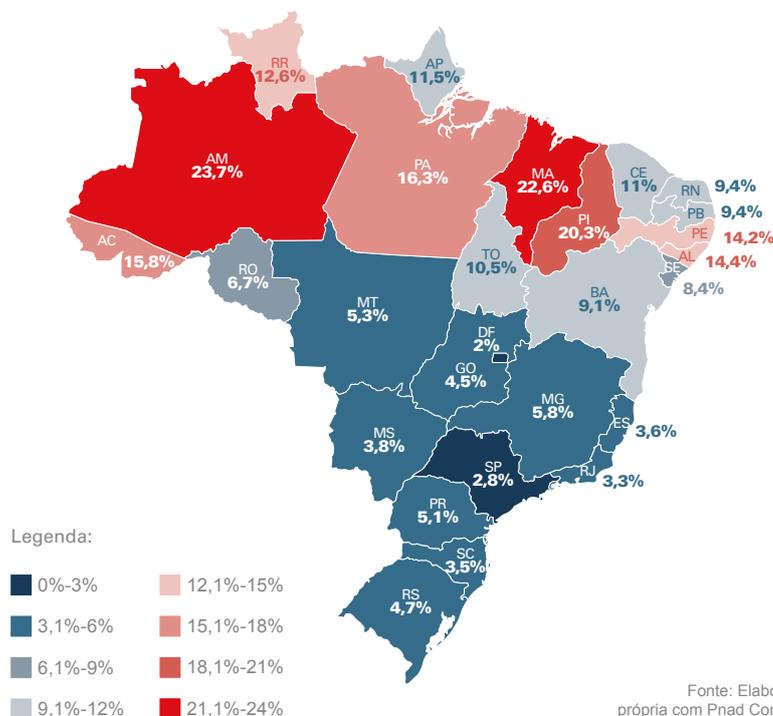


A desigualdade racial também é muito significativa no que diz respeito ao acesso a internet e televisão (veja gráficos abaixo). O percentual de privação de crianças e adolescentes de cor/raça negra e indígena é quase duas vezes maior do que o daqueles(as) de cor/raça branca e amarela, tanto no nível intermediário quanto no extremo, em todos os anos da Pnad Contínua analisados.

Na análise histórica da POF, entre 2009 e 2018, essa proporção de desigualdade entre crianças e adolescentes negros(as) e indígenas e brancos(as) e amarelos(as) só ocorre na privação extrema. No caso da privação intermediária, em nenhum dos anos, a diferença entre os dois grupos chegou a ser o dobro, embora tenha aumentado significativamente ao longo do tempo: de 11,6 pontos percentuais em 2009, para 18,9, em 2018.

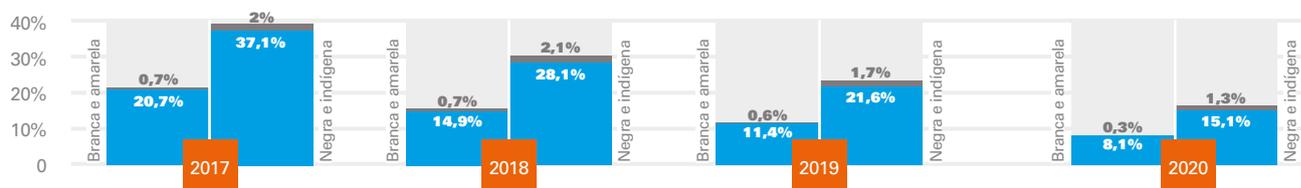
Um trabalho do Ipea<sup>56</sup> publicado em agosto de 2020 com o objetivo de subsidiar o debate sobre o ensino remoto naquele momento inicial da pandemia mostra que, apesar dos avanços observados neste estudo do UNICEF, há uma estrutura de reprodução de desigualdades no mundo virtual.

### Privação de acesso a internet e televisão, 9-17 anos (2020) – Pnad Contínua

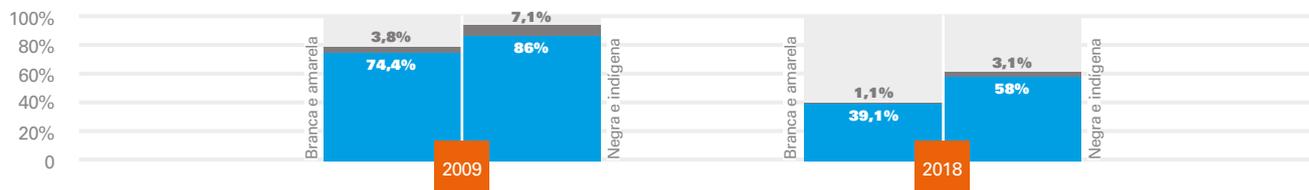


### Privação de acesso a internet e televisão, 9-17 anos, por cor/raça – Pnad Contínua e POF

#### ● Pnad Contínua



#### ● POF



■ Privação intermediária\* ■ Privação extrema\*\*

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua e POF.

Nota: A dimensão informação tem dados disponíveis até a Pnad Contínua Anual de 2020.

\*Criança e adolescente de 9-17 anos que não tiveram acesso à internet no último ano em casa, mas tinham uma televisão em casa.

\*\*Criança e adolescente de 9-17 anos que não tiveram acesso à internet no último ano em casa, nem tinham uma televisão em casa.

<sup>56</sup> NASCIMENTO, P. M. et al. *Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia*. Nota Técnica n. 88. Brasília: Ipea, 2020.

Aproximadamente 6 milhões de alunos(as) vivem completamente sem acesso à internet banda larga ou móvel em casa, dos(as) quais entre 4,3 e 4,4 milhões estão no ensino fundamental. Desse total, cerca de 3,2 milhões não tinham sinal de rede móvel celular onde moravam, e entre 250 mil e 300 mil sequer dispunham de televisão em casa.

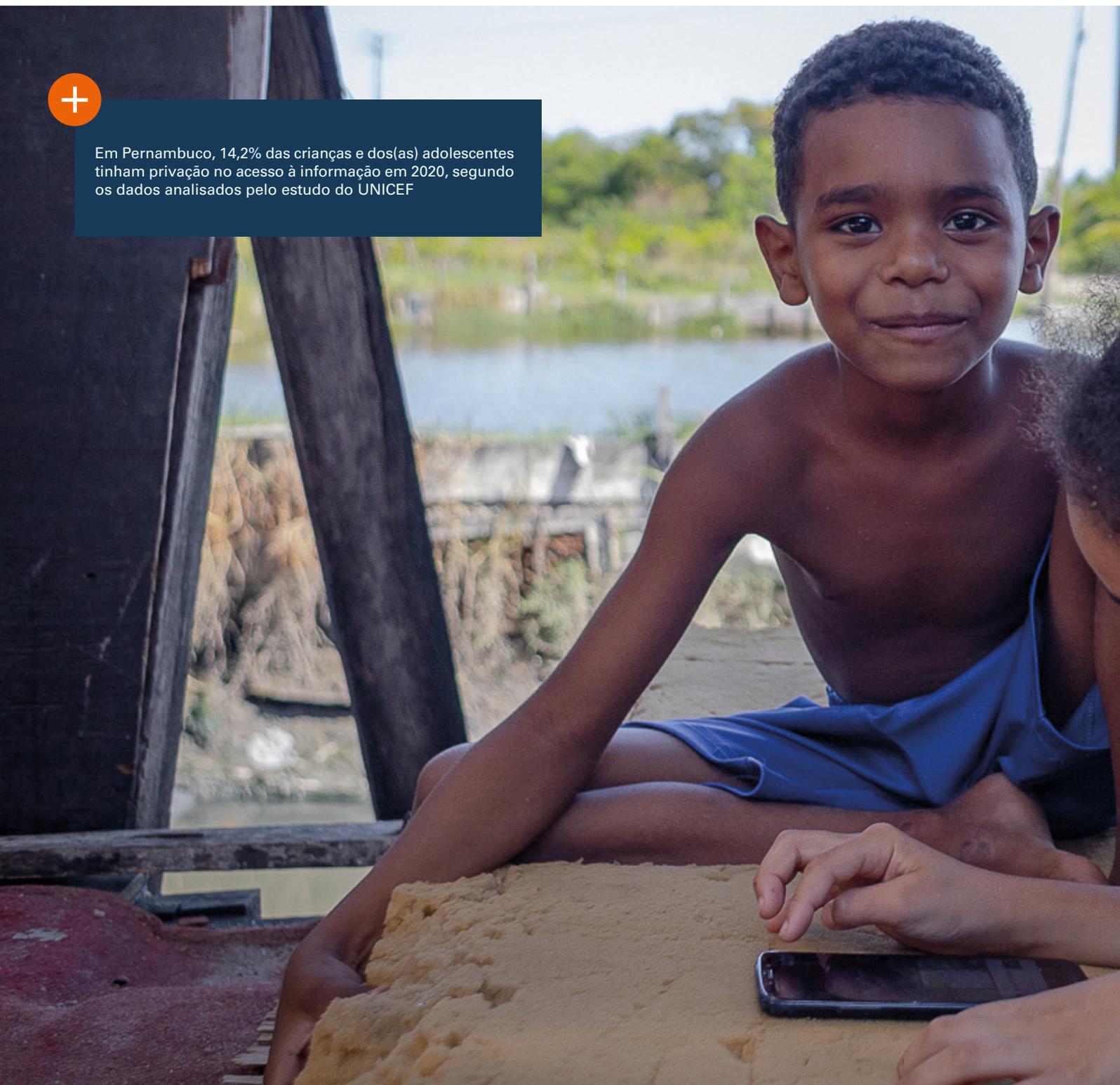
As desigualdades econômicas e étnico/raciais também estão muito presentes nesse campo. Segundo a pesquisa, nas escolas públicas de

educação básica, 99% dos(as) estudantes sem acesso domiciliar à internet banda larga ou 3G/4G são de baixa renda, ou seja, vivem em famílias com renda domiciliar *per capita* inferior a 1,5 salário mínimo. E as crianças e os(as) adolescentes negros(as) e indígenas são mais de 70% dos(as) estudantes desconectados(as). Além disso, pouco mais da metade dos(as) alunos(as) desconectados(as) estão em áreas rurais.

Para o pesquisador do Ipea e professor da Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação



Em Pernambuco, 14,2% das crianças e dos(as) adolescentes tinham privação no acesso à informação em 2020, segundo os dados analisados pelo estudo do UNICEF





Getulio Vargas (EPPG-FGV) Paulo Meyer Nascimento, a solução para o problema passa por socializar a infraestrutura, especialmente através dos atuais leilões do 5G. “É preciso colocar como contrapartida que as empresas vencedoras universalizem o acesso à internet nessas áreas de baixo interesse comercial. Da mesma forma que as operadoras de telefonia, no passado, tiveram de se comprometer a universalizar o acesso ao telefone, instalando orelhões e ampliando a cobertura, o mesmo pode ser feito para o acesso à internet e à TV digital”, sugere.

**No Brasil, aproximadamente 6 milhões de alunos vivem completamente sem acesso à internet banda larga ou móvel em casa, e entre 250 mil e 300 mil sequer dispunham de televisão em casa**

Fonte: *Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia*, Ipea, 2020.





No Rio de Janeiro, Matheus da Conceição, 8, está no segundo ano do ensino fundamental, sabe ler e escrever e sonha em ser professor. Na foto, ele e a irmã, Thayla da Conceição, 9, desenham



## 4

# O ENFRENTAMENTO DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL

*As crianças e os(as) adolescentes não podem esperar. É urgente acabar com a pobreza na infância e na adolescência e seus impactos na vida de milhões de meninas e meninos brasileiros. Caso contrário, as perdas no desenvolvimento humano serão irreparáveis. Para que o Brasil reitere o seu compromisso com a Agenda 2030, da ONU, de não deixar ninguém para trás, é fundamental que governos federal, estaduais e municipais, empresas, organismos internacionais e organizações da sociedade civil unam esforços nesse sentido*

A pobreza multidimensional na infância e na adolescência é um fenômeno complexo e multifacetado, com causas diversas e inter-relacionadas. Para enfrentá-la é necessário um conjunto de diferentes políticas e estratégias, além de coordenação e interlocução entre elas.

Os resultados e as análises aqui descritos revelam que os avanços conquistados na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, no Brasil, ao longo dos anos e em vários campos, podem se estagnar e regredir, principalmente em situações de crise, como a da pandemia de covid-19. Também ressaltam que os desafios estruturais e as desigualdades regionais, étnicas/raciais e de gênero persistem no Brasil, apesar de todos os esforços para melhorar as condições de vida de todos os meninos e de todas as meninas do País nas últimas décadas.

Diante da gravidade desse cenário, é urgente priorizar as políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência, mesmo em um contexto de crise econômica, a fim de reduzir as privações e retomar o caminho da evolução na garantia dos direitos dessa população.

Embora existam iniciativas importantes sendo implementadas em diversos locais, é preciso que haja articulação, planejamento e dotação orçamentária para um investimento integrado nos diversos fatores da pobreza multidimensional, incluindo um olhar especial para o investimento em infraestrutura, que deve unir governos federal, estaduais e municipais, organismos internacionais, empresas e sociedade civil.

É necessário, ainda, investir em propostas que beneficiem não só as crianças e os(as) adolescentes, mas também mães, pais e responsáveis, especialmente os(as) mais vulneráveis.

Em 1990, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança. Em 2015, assim como outros 192 países, aderiu à Agenda 2030, visando alcançar até 2030 os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), das Nações Unidas. Onze dos 17 ODS têm relação direta com os direitos das crianças e dos(as) adolescentes.

A garantia de um presente e de um futuro sem privações para todas as crianças e adolescentes do Brasil, sem exceção, é, portanto, fundamental para o cumprimento da Agenda 2030.

O estudo do UNICEF que você tem em mãos é uma ferramenta de apoio para que governantes e tomadores(as) de decisão possam agir nesse sentido, enfrentando a pobreza multidimensional com programas e políticas customizados e assertivos, capazes de superar as desigualdades regionais, raciais/étnicas e de gênero.

É preciso agir rapidamente, priorizando o enfrentamento à pobreza multidimensional na infância e na adolescência em todas as esferas governamentais. Sobrepostas, as

múltiplas dimensões da pobreza entre os(as) brasileiros(as) de até 17 anos, analisadas pelo estudo, constituem um grande mapa de prioridades que permite identificar as privações que mais afetam meninos e meninas e orientar as políticas sociais.

As recomendações a seguir levam em consideração os dados apresentados neste estudo, a Convenção sobre os Direitos da Criança,<sup>57</sup> os ODS e a urgência das ações. Nossos meninos e meninas não podem esperar.

## 1

### Priorizar investimentos em políticas sociais

Diante do cenário de pobreza multidimensional, de limitação de recursos financeiros e de pouco espaço fiscal, os governos federal, estaduais e municipais devem priorizar as políticas sociais em prol da infância e da adolescência em seu planejamento e execução orçamentária.

De 2018 a 2022, o Brasil destinou, em média, apenas 4% dos recursos públicos federais<sup>58</sup> para políticas voltadas a crianças e adolescentes, segundo estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo UNICEF<sup>59</sup>. Tais montantes significaram em média apenas 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB).

Os dados relativos à primeira infância são ainda mais alarmantes. O gasto estimado com as crianças de 0 a 6 anos de idade em 2021 e 2022 representou cerca de 1,5% do orçamento efetivo da União, o que equivale a 0,37% do PIB.

Para atingir os ODS e as metas da Agenda 2030, o País precisará redobrar os esforços para aumentar os investimentos como um todo, com atenção especial a toda a estrutura de equipamentos e serviços que sustenta, nos municípios, programas como o Cadastro Único e o Bolsa Família. O próprio Bolsa Família, ainda que tenha excelentes avanços recentes, sobretudo em 2023, precisa de maiores garantias normativas para sua sustentabilidade orçamentária nos próximos anos, incluindo reajustes constantes para evitar perda de valor real para a inflação e diminuição do número de beneficiários.

## 2

### Fortalecer o Suas nos municípios para ampliar a oferta de serviços e benefícios às crianças e aos(as) adolescentes

É fundamental priorizar investimentos em toda a estrutura de proteção social que viabiliza o Bolsa Família nos municípios, principalmente nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras). São os Cras que possibilitam o Cadastro Único, e que atendem e acompanham as famílias em situação de pobreza multidimensional, desempenhando papel relevante para as famílias e para os territórios onde estão situados.

Se, para endereçar a pobreza multidimensional, é preciso também atuar multidimensionalmente, investir nos Cras é essencial, pois é uma estrutura que já conta com esse olhar em todas as fases de atendimento e acompanhamento de famílias vulneráveis.

<sup>57</sup> O Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança em 24 de setembro de 1990.

<sup>58</sup> Gasto efetivo, ou seja, desconsiderando o refinanciamento da dívida e a repartição de receitas.

<sup>59</sup> Dados do Gasto Social com Crianças e Adolescentes (GSCA) disponíveis no Portal Siga Brasil do Senado Federal, seguindo a metodologia do Ipea/UNICEF: <http://www9.senado.leg.br/painelcidadao>.



É urgente priorizar o financiamento da assistência social, propiciando o fortalecimento de recursos humanos e técnicos, e o desenvolvimento de capacidades, pois, nos últimos anos, a assistência foi uma das áreas com menores aportes de recursos, sobretudo federais.

**3**

### **Institucionalizar a metodologia Gasto Social com Crianças e Adolescentes (GSC&A) para medir e monitorar o orçamento público federal**

A medição e o monitoramento do orçamento público federal e subnacional são fundamentais para a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Criança, na Constituição Federal e no ECA.

Como mostra esse estudo, é preciso que as respostas para enfrentar os desafios da pobreza multidimensional na infância e na adolescência sejam implementadas de maneira articulada e equilibrada, para que cada dimensão tenha respostas de políticas públicas efetivas, e financiadas na magnitude do desafio que endereçam. Isso significa que temos que ter mapas das privações de direitos, como o presente estudo, refletindo em mapas das ofertas de políticas. Como o orçamento é a principal forma de compreender as ofertas de políticas públicas, é preciso ter ferramentas sistemáticas para acessar a informação sobre a alocação orçamentária e setorial.

A metodologia “Gasto Social com Crianças e Adolescentes (GSC&A)”,<sup>60</sup> formulada pelo Ipea e o UNICEF, tem feito esse papel nos últimos anos. São dados disponíveis em tempo real no Portal Siga Brasil,<sup>61</sup> incluindo painel específico para a primeira infância. Esse é um mecanismo fundamental para melhorar a transparência, monitorar as políticas e melhorar o investimento na infância.

O que falta é a incorporação de ferramentas como essa nos processos de planejamento, elaboração e monitoramento orçamentário, incluindo a marcação de cada uma das ações orçamentárias para fácil acompanhamento pelo próprio governo e pela sociedade.

**4**

### **Implementar medições e monitoramento das diferentes dimensões da pobreza e suas privações por um órgão oficial do Estado**

É importante que as medições oficiais sejam realizadas por um órgão estatal e com certa periodicidade. Este estudo do UNICEF é uma contribuição nesse sentido, mas é fundamental que os governos assumam a responsabilidade não só de produzir esses dados como também de interpretá-los, monitorá-los e, com base neles, propor políticas públicas.

O Brasil deve, portanto, retomar sua liderança na produção de dados de qualidade que informem as políticas e os recursos públicos a serem alocados para o enfrentamento da pobreza de crianças e adolescentes em suas múltiplas dimensões.

Nesse sentido, é urgente o fortalecimento dos órgãos oficiais de produção, geração e análise de dados do País que sempre foram reconhecidos pela experiência e competência, como o IBGE e o Ipea.

No nível subnacional, devem também ser impulsionadas a geração de evidências e de dados regionalizados pelos institutos estaduais de pesquisa. A existência de tais órgãos nas esferas subnacionais representa uma

<sup>60</sup> SILVA, E. R. A. da et al. *Gasto social com crianças e adolescentes: descrição metodológica*. Nota Técnica n. 101. Brasília: UNICEF, Ipea, maio 2022. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10979/2/NT\\_101\\_Disoc\\_Gasto\\_Social.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10979/2/NT_101_Disoc_Gasto_Social.pdf).

<sup>61</sup> O Sistema de Informações Orçamentárias Gerenciais Avançadas (Siga Brasil) é um sistema de informações sobre orçamento federal, mantido pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle e pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen), que permite acesso amplo e facilitado aos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos. (Siga Brasil. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>.)

oportunidade única de obter dados regionais, estaduais, municipais e até intramunicipais desagregados, que permitam realizar as ações propostas nessa publicação para orientar o desenho, a implementação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas e dos programas de governo, considerando as características de cada território.

A implementação desses mecanismos deve ainda levar em conta a necessidade de atualizar dados, como os de trabalho infantil e de outros tipos de violências, e de ampliar as informações coletadas em diversas áreas e de diferentes populações, como indígenas, quilombolas e pessoas com deficiências, para não deixar ninguém para trás.

Finalmente, é importante reforçar o apoio à desagregação de dados, à integração, à disponibilização e ao compartilhamento de registros administrativos e de bases de dados estatísticos e geocientíficos relevantes ao cumprimento das metas dos ODS, bem como promover a mensuração dos indicadores do desenvolvimento sustentável, respeitando a legislação quanto à segurança da informação.

## 5

### **Incentivar o aleitamento materno desde a primeira hora de vida**

O aleitamento materno deve ser incentivado por meio da aplicação de medidas legais de proteção e de promoção da amamentação desde a primeira hora de vida, exclusiva nos primeiros seis meses e continuada até 2 anos e meio ou mais para que mais crianças tenham a oportunidade de um início saudável em sua alimentação.

Entre as medidas concretas que devem ser tomadas nesse sentido, estão a fiscalização do cumprimento e o monitoramento da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL);<sup>62</sup> o fortalecimento dos programas de aleitamento materno na atenção primária à saúde e também nas instituições escolares que atendem crianças na primeira infância; o aumento do número de Hospitais Amigos da Criança,<sup>63</sup> da rede de bancos de leite, da licença maternidade, da licença paternidade ou licença parental, para garantia da continuidade do aleitamento materno pelas mães trabalhadoras.

## 6

### **Promover a segurança alimentar e nutricional de gestantes, crianças e adolescentes, garantindo a eles(as) o direito humano à alimentação adequada, e reduzindo o impacto da fome e da má nutrição nas famílias mais empobrecidas**

As estratégias devem levar em conta as desigualdades regionais e intramunicipais, principalmente nos grandes centros urbanos. Também precisam considerar as disparidades relacionadas a gênero e a raça/etnia, além dos dados sobre o consumo de alimentos processados e seu impacto na obesidade de crianças e adolescentes.

Para tanto, pesquisas realizadas com mais frequência, como a Pnad Contínua, deveriam incorporar em seus questionários perguntas a esse respeito.

<sup>62</sup> A NBCAL é um conjunto de normas que regulamentam a promoção comercial e a rotulagem de alimentos e produtos para lactentes e crianças na primeira infância, como fórmulas infantis, leites, papinhas, mamadeiras, bicos e chupetas. Baseada no Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), foi inicialmente publicada como resolução do Conselho Nacional de Saúde, em 1988, e transformada em lei em 2006 (Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006).

<sup>63</sup> A Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) foi lançada em 1991 pela OMS e pelo UNICEF para promover o aleitamento materno em instituições que disponibilizem serviços de maternidade, obstetrícia, neonatologia e pediatria, com o objetivo de influenciar a prática dos(as) profissionais de saúde e cuidadores(as). Para ser classificada como um Hospital Amigo da Criança, a unidade de saúde deve apresentar uma taxa de pelo menos 75% de aleitamento materno exclusivo entre as mães na alta, aderir ao Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno, e implementar os Dez Passos para o Sucesso do Aleitamento Materno, medidas que incluem o treinamento de profissionais sobre o tema, e a oferta às mães de apoio e informações atualizadas sobre as vantagens e os procedimentos para que o aleitamento materno seja bem-sucedido.



7

**Garantir uma rede de atenção primária de saúde, assistência social e educação, a fim de identificar famílias com gestantes, crianças e adolescentes em maior risco de insegurança alimentar**

O trabalho em rede das áreas de saúde, educação e assistência social permite a identificação de situações de risco nutricional, possibilitando ações mais rápidas e efetivas de enfrentamento à fome e à insegurança alimentar de modo geral.

8

**Estimular a produção local e o estabelecimento de redes de colaboração**

Medidas como criação e fortalecimento de leis que garantam e promovam uma produção local e sustentável de alimentos, valorizem as práticas culinárias tradicionais e incentivem o estabelecimento de redes de colaboração entre produtores, técnicos e governantes para o consumo de alimentos regionais provenientes da agricultura familiar podem apoiar as regiões mais vulneráveis no combate à fome.

9

**Implantar feiras e mercados locais, restaurantes populares e cozinhas comunitárias como parte de uma política pública nacional de combate à fome e à insegurança alimentar**

Medidas como essa incentivam a alimentação saudável e apoiam os locais mais vulneráveis no combate à fome e à insegurança alimentar de maneira geral, com o consumo de alimentos mais saudáveis.

10

**Fortalecer o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

É preciso definir e implementar estratégias de monitoramento e avaliação do PNAE, além de acompanhar o cumprimento da Resolução nº 6/2020, que considera as orientações do *Guia alimentar para a população brasileira* e do *Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos*, duas referências importantes nessa área.

A resolução, entre outras coisas, restringe a compra de produtos processados e ultraprocessados, e exige que no mínimo 75% do recurso seja destinado à aquisição de alimentos *in natura* ou minimamente processados. Medidas importantes para garantir o direito humano à alimentação adequada.

11

**Promover ambientes escolares saudáveis e educação nutricional nas escolas**

O ambiente alimentar das escolas frequentemente favorece o consumo de alimentos não saudáveis, contribuindo para a má alimentação e para o aumento de peso de crianças e adolescentes. É preciso incorporar a educação alimentar e nutricional nas escolas, além de promover ambientes escolares saudáveis, protegidos por meio de legislações que regulamentem a publicidade e a comercialização de alimentos ultraprocessados.

12

**Incentivar a implementação do novo modelo de rotulagem frontal de alimentos, e garantir o seu monitoramento**

Aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a resolução RDC nº 429, de outubro de 2020,<sup>64</sup> obriga as empresas a adicionarem um símbolo informativo na parte frontal dos seus produtos, a fim de tornar simples e acessível a informação sobre a presença de grandes quantidades de nutrientes, como açúcar, gordura e sódio, que podem causar malefícios à saúde.

O compromisso do setor privado é fundamental para impulsionar a implementação dessa medida.

<sup>64</sup> [http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/3882585/RDC\\_429\\_2020\\_.pdf/9dc15f3a-db4c-4d3f-90d8-ef4b80537380](http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/3882585/RDC_429_2020_.pdf/9dc15f3a-db4c-4d3f-90d8-ef4b80537380)

13

### **Implementar tributação que eleve o preço das bebidas açucaradas, o que resulta também na redução de seu consumo**

Mais de 50 países do mundo implementaram políticas fiscais de tributação de bebidas açucaradas, incluindo nações latino-americanas, como Chile, Equador, México e Peru. Há evidências de que uma tributação que leve a aumentos no preço das bebidas açucaradas resulta também na redução do consumo, ajuda na conscientização da população para fazer escolhas alimentares mais saudáveis e fornece uma nova fonte de recursos, que podem ser investidos em programas e serviços sociais e de saúde pública, potencializando os benefícios para a sociedade.

14

### **Priorizar, no âmbito das respectivas esferas de gestão, a agenda de água e saneamento para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas**

O acesso à água segura e ao saneamento adequado é central para a garantia dos demais direitos de cada criança e adolescente. Para crianças menores de 5 anos, em especial indígenas, pode ser questão de sobrevivência. Por isso, em todas as discussões sobre como melhorar o acesso de populações excluídas e vulneráveis, os direitos e os melhores interesses das crianças devem estar no centro das atenções.

O desenvolvimento e as implementações de políticas nas áreas de água e saneamento devem, portanto, priorizar populações que vivem em assentamentos informais, como vilas e favelas, em áreas rurais (populações do campo, florestas e águas), pequenas localidades e regiões menos desenvolvidas, além de migrantes, refugiados(as) e pessoas em situação de rua. Para isso, é importante esclarecer o papel de cada um dos entes federativos na oferta desses serviços, assim como identificar fontes de financiamento para melhorias relacionadas à infraestrutura.

15

### **Fortalecer a governança da agenda de água e saneamento na perspectiva política, legislativa e de estratégias nacionais integradas**

O fortalecimento da governança deve incluir ainda a participação da sociedade civil e levar em consideração as especificidades loco-regionais. Também precisa englobar mecanismos de financiamento permanentes e sustentáveis, que considerem os princípios básicos dos direitos humanos, com prioridade para territórios e populações mais vulneráveis e tendo em vista a promoção da saúde e a redução das desigualdades sociais.

16

### **Considerar as emergências climáticas para o planejamento estratégico nas áreas de água, saneamento e moradia**

Nas dimensões de água, saneamento e moradia, é fundamental que haja um olhar específico voltado para as mudanças climáticas e para as vulnerabilidades de crianças e adolescentes. Eventos climáticos extremos, como secas e inundações, afetam as moradias, especialmente as inseridas em áreas de risco, assim como a infraestrutura e a prestação de serviços de água e saneamento. Emergências climáticas devem, portanto, ser consideradas um fator determinante para o planejamento estratégico desses setores, tendo em vista a redução das desigualdades sociais e a universalização dos serviços.

17

### **Fortalecer as estratégias e capacidades nos territórios, visando melhorias no acesso à água potável em centros de atendimento e cuidado da primeira infância, escolas, unidades de saúde e demais serviços públicos**

As iniciativas devem incluir, por exemplo, o monitoramento da qualidade da água para consumo humano e a redução de riscos associados, tendo em vista a promoção da saúde e o desenvolvimento infantil, especialmente em áreas mais vulneráveis.

**18****Implantar com urgência políticas de busca ativa escolar e de retomada da aprendizagem, em especial da alfabetização**

Encontrar cada um(a) dos(as) milhares de crianças e adolescentes fora da escola e atuar, de forma intersetorial, para possibilitar o início ou o retorno à escolarização, e a permanência deve ser prioridade dos municípios e estados. Cada área da política pública pode — e deve — contribuir, dentro de suas próprias rotinas, para o enfrentamento da exclusão escolar.

**19****Investir em uma educação infantil de qualidade para todos(as) e para cada um(a)**

Uma educação infantil de qualidade é fundamental para que as crianças tenham uma educação básica de qualidade. Para que isso aconteça, é necessário priorizar essa etapa, além de tornar a escola mais diversa e inclusiva, reconhecendo as necessidades dos diferentes públicos — como migrantes, populações indígenas, comunidades ribeirinhas e quilombolas — e contextos (urbano e rural, por exemplo).

**20****Enfrentar a distorção idade-série com políticas efetivas**

As taxas de distorção idade-série começam a aumentar nos últimos anos do ensino fundamental II. Além de levar em conta as questões de saúde mental, que se agravaram com a pandemia de covid-19, é importante que se dê especial atenção a essa etapa, com políticas que promovam uma vivência escolar mais acolhedora, e que desenvolvam competências e habilidades do século XXI, para que os(as) adolescentes possam se preparar para o mundo do trabalho e ter acesso a melhores oportunidades.

**21****Desenvolver políticas públicas de educação para atender às populações invisibilizadas**

Na área de educação, o Estado deve desenvolver políticas nacionais customizadas de formação de professores, com foco em metodologias de ensino e uso de distintos recursos pedagógicos, como também com foco no atendimento às especificidades e necessidades de populações quilombolas, migrantes, indígenas, rurais e ribeirinhas, que são as mais vulnerabilizadas.

**22****Promover e fortalecer oportunidades no ambiente escolar e na transição de adolescentes para o mercado de trabalho**

É fundamental que o Brasil tenha uma política de transição positiva da educação para o mundo do trabalho, a partir de ações já existentes, como a lei da aprendizagem e a lei do estágio, incorporando a elas a política de primeiro emprego. Cabe ao(a) gestor(a) público(a), em todos os níveis, a articulação de ações nesse sentido. Políticas de desenvolvimento econômico, de emprego e de trabalho devem se conectar com a escola para que as oportunidades cheguem a esses(as) meninos e meninas. O Estado também precisa investir numa educação complementar, não formal, no contraturno da escola, para preparar os(as) adolescentes para essas oportunidades. Programas como o Peti, de erradicação do trabalho infantil, ou mesmo o Bolsa Família podem ainda compor essa política, assegurando o desenvolvimento do potencial desse(a) jovem reinserido(a) na escola.

**23****Fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA)**

Criado para assegurar e facilitar o cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança e no Estatuto da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) precisa ser fortalecido por meio de ações que vão desde a capacitação dos diversos atores sociais que compõem essa rede (profissionais de saúde, educação, assistência social e justiça, entre outros), para que atuem de forma integrada e articulada, até investimentos em ampliação e na infraestrutura dos equipamentos sociais.

24

### **Implementar formas de identificar precocemente as famílias vulneráveis a violências, incluindo trabalho infantil**

Após o início da pandemia, com o agravamento da pobreza, há uma percepção dos(as) especialistas entrevistados(as) para essa publicação de que houve aumento dos índices de trabalho infantil. Além de implementar formas de identificar precocemente as famílias vulneráveis, é preciso atualizar os dados, para dimensionar o problema e os recursos necessários para enfrentá-lo. Também é importante que o Estado invista em programas como o Peti, que já se mostrou eficaz na redução do trabalho infantil.

O trabalho infantil é apenas uma das formas de violência contra crianças e adolescentes. Este estudo analisa essa forma porque é a única disponibilizada na Pnad Contínua.

Assim, dada a insuficiência de dados sobre as violências contra crianças e adolescentes, é imprescindível ter ainda um sistema regular de informações sobre esse tema. Trata-se de uma dimensão que precisa ser considerada em sentido amplo para compor índices de pobreza.

25

### **Implementar planos de ação de conectividade, priorizando alunos(as) e professores(as) da rede pública**

De acordo com a Lei nº 14.172/2021,<sup>65</sup> alunos(as) de famílias inscritas no CadÚnico e matriculados(as) nas escolas das comunidades indígenas e quilombolas, bem como os(as) professores(as) da educação básica da rede pública de ensino, devem ter garantido o acesso à internet, com fins educacionais, por meio de ações como a distribuição de chips e aparelhos móveis. Para que os recursos repassados pelo Ministério da Educação cheguem aos mais vulneráveis, é fundamental que os estados implementem um plano de ação de conectividade, levando em conta a necessidade de atuar, em regime de colaboração, com seus municípios.

26

### **Investir em programas continuados de urbanização de favelas e de construção de moradias populares<sup>66</sup>**

A intermitência de programas e recursos destinados à habitação tem marcado as políticas dessa área. Para que a questão de habitação possa ser enfrentada de forma mais assertiva, é necessário que sejam previstos, a cada ano, recursos que apoiem os municípios a terem políticas continuadas de moradia.

Também é importante que esses recursos sejam utilizados em programas que, além da construção de unidades habitacionais nas próprias favelas e no seu entorno, e de infraestrutura de água, esgoto, iluminação e vias públicas, prevejam uma oferta integrada de serviços a essas populações – tais como saúde, educação, cultura, assistência social, transporte e segurança. Nesse sentido, a melhoria da urbanização de favelas ou a construção de novas unidades em regiões centrais, já dotadas de infraestrutura urbana, mostra-se uma política mais efetiva do que a abertura de áreas novas e distantes dos centros urbanos.

27

### **Implementar o aluguel social para a promoção de habitação nos centros urbanos**

A utilização de imóveis públicos vazios nos centros, por meio de programas de aluguel social, ampliaria o leque de programas habitacionais, especialmente nessas áreas, ofertando habitação de boa qualidade em locais de fácil acesso tanto a empregos quanto a serviços de saúde, educação e infraestrutura urbana.

<sup>65</sup> BRASIL. Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14172.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14172.htm).

<sup>66</sup> As recomendações 26 e 27 foram elaboradas a partir de entrevista e de subsídios fornecidos por Rute Imanishi Rodrigues, doutora em economia pela Università degli Studi di Siena, na Itália, e pesquisadora de políticas habitacionais e urbanas do Ipea, onde, entre outros trabalhos, coordenou a publicação *Vida social e política nas favelas: pesquisa de campo no Complexo do Alemão*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6410>.



## Dados para influenciar políticas públicas

Além da produção de estatísticas e de análises para permitir decisões cada vez mais embasadas, o UNICEF e seus parceiros buscam estimular fóruns de debate e construir documentos que ajudem a colocar a pobreza na infância e na adolescência no centro das decisões políticas.

A base de ação para tal são os ODS das Nações Unidas. Seus 17 objetivos – ambiciosos e interconectados – abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo, e representam um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. A Agenda 2030 no Brasil estabelece metas e indicadores objetivos como forma de estimular uma ação urgente de toda a sociedade.<sup>67</sup>

Outro exemplo de iniciativa global do UNICEF e seus parceiros nesse sentido é o relatório *Acabando com a pobreza infantil: uma agenda política*,<sup>68</sup> publicado pela Coalização Global Pelo Fim da Pobreza Infantil. A Coalização é formada por mais de 20 entidades, entre elas o UNICEF, e tem por objetivo apoiar a ONU e trabalhar com tomadores(as) de decisão nacionais, regionais e globais, ativistas globais, organizações internacionais, sociedade civil e outras instituições para acabar com a pobreza entre crianças e adolescentes como parte dos ODS.

Segundo o documento, embora os contextos variem, a experiência mostra que uma agenda política para acabar com a pobreza na infância e na adolescência envolve:

- 1 Construir apoio para que a redução da pobreza entre crianças e adolescentes seja uma prioridade nacional explícita nos orçamentos, políticas e leis nacionais, e garantir que as privações sejam medidas e monitoradas rotineiramente.
- 2 Expandir a proteção social de crianças e adolescentes, para que ela aja não só como um fator direto de redução da pobreza das famílias mas também como suporte de outras políticas e serviços básicos.

- 3 Melhorar o acesso e priorizar o financiamento de serviços públicos de qualidade, especialmente para as crianças e os(as) adolescentes mais pobres, incluindo saúde e educação de qualidade.

- 4 Promover uma agenda de trabalho decente e de crescimento inclusivo, para alcançar famílias, crianças e adolescentes na pobreza.

No Brasil, uma iniciativa de *advocacy*<sup>69</sup> que tomou corpo em 2022 foi a da Agenda 227, que também contou com o apoio do UNICEF. Esse movimento, que reúne cerca de 350 entidades, redes e coalizões da sociedade civil, tem como objetivo colocar as crianças e os(as) adolescentes no centro da construção de um Brasil mais justo, próspero, inclusivo e sustentável para todos(as), a partir da concretização da prioridade absoluta garantida à população de 0 a 18 anos pelo artigo 227 da Constituição Federal.

Em seu *Plano País para a Infância e a Adolescência*,<sup>70</sup> publicado por ocasião das eleições 2022 – e que abranje os direitos dessa população de uma forma geral, não apenas a questão da pobreza –, a Agenda 227 estabelece como principais desafios estruturais:

- Priorizar a criança e o(a) adolescente em todo o ciclo do orçamento público.
- Fortalecer a articulação intersetorial e federativa.
- Recuperar e ampliar os espaços de participação social.
- Institucionalizar a Agenda 2030, dos ODS.

<sup>67</sup> Mais sobre os ODS e a Agenda 2030 em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> e <https://odsbrasil.gov.br/>.

<sup>68</sup> UNICEF. *Ending Child Poverty: A policy agenda*. Disponível em: [https://static1.squarespace.com/static/56588879e4b0060cdb607883/t/634c6198f77b8b342de40f8e/1665950105327/Ending+child+poverty\\_a+policy+agenda.pdf](https://static1.squarespace.com/static/56588879e4b0060cdb607883/t/634c6198f77b8b342de40f8e/1665950105327/Ending+child+poverty_a+policy+agenda.pdf).

<sup>69</sup> Expressão em inglês cuja tradução literal é “advogar”, e que vem sendo utilizada como sinônimo de defesa em favor de uma causa.

<sup>70</sup> AGENDA 227. *Plano País para a infância e a adolescência*. Disponível em: [http://agenda227.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Agenda-227\\_Plano-Pai%CC%81s\\_15set2022\\_web.pdf](http://agenda227.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Agenda-227_Plano-Pai%CC%81s_15set2022_web.pdf).

## Milhares de crianças e adolescentes de até 17 anos com alguma privação (2019), por UFs e dimensão – Pnad Contínua

	 Educação	 Informação	 Trabalho Infantil	 Moradia	 Água	 Saneamento	 Renda
DF	51,8	21,3	17,6	39,4	3,8	98,3	135,8
GO	82	83,3	63,1	82,4	48,4	855,8	502,7
MT	47,3	97,9	44,6	64,3	29,6	589,8	211,9
MS	57,3	39,3	33,3	36,2	7,9	356,3	174,2
RS	193	170,8	96,8	150,4	6	761,4	557,6
SC	74,5	81,1	52,1	43,2	13,2	697,7	202,6
PR	166,4	223,1	113,8	111,4	47,9	922,2	549,2
SP	521,1	510,9	346,1	1104,3	47,8	885,5	2336,7
RJ	245,2	159,1	62,7	451,8	37,9	469,5	1087,1
ES	65,4	64,9	30,4	62,9	5	218	308,8
MG	269,1	360,8	242,3	137	82,5	971,6	1535,4
BA	527,6	691,4	145,5	230,1	383,2	1839,1	2172,8
SE	86,7	80,2	28,4	23,2	46,9	304,6	350,5
AL	115,5	231,7	47	55	182,4	614,3	624,4
PE	214,8	346,7	87	192,1	379,6	1082,7	1459,8
PB	123	155,4	49,9	52,4	155,5	549,6	574,3
RN	107,6	129,5	20,9	62,2	77,9	679,3	450
CE	139,3	451,9	72,1	191	291,2	1447,8	1363,8
PI	104,2	207,4	41	63,6	142,4	785,9	487,2
MA	261,7	713,8	139,8	233,4	574,4	1864,9	1509,7
TO	33,7	59,6	19,7	37,7	19,2	293,5	202,2
AP	37,1	49,7	23,5	73,8	37,3	221,8	153,5
PA	375,4	608,2	133,8	447,4	455,9	2244,7	1531,3
RR	12	29,7	9,2	34,1	15	107	78,3
AM	136,9	313,9	51,8	329,4	212,1	905,1	803,3
AC	31,3	69,2	17,2	38,6	65,4	180	153,1
RO	37,9	46,1	31,9	37,5	28,2	411,3	148,7

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.



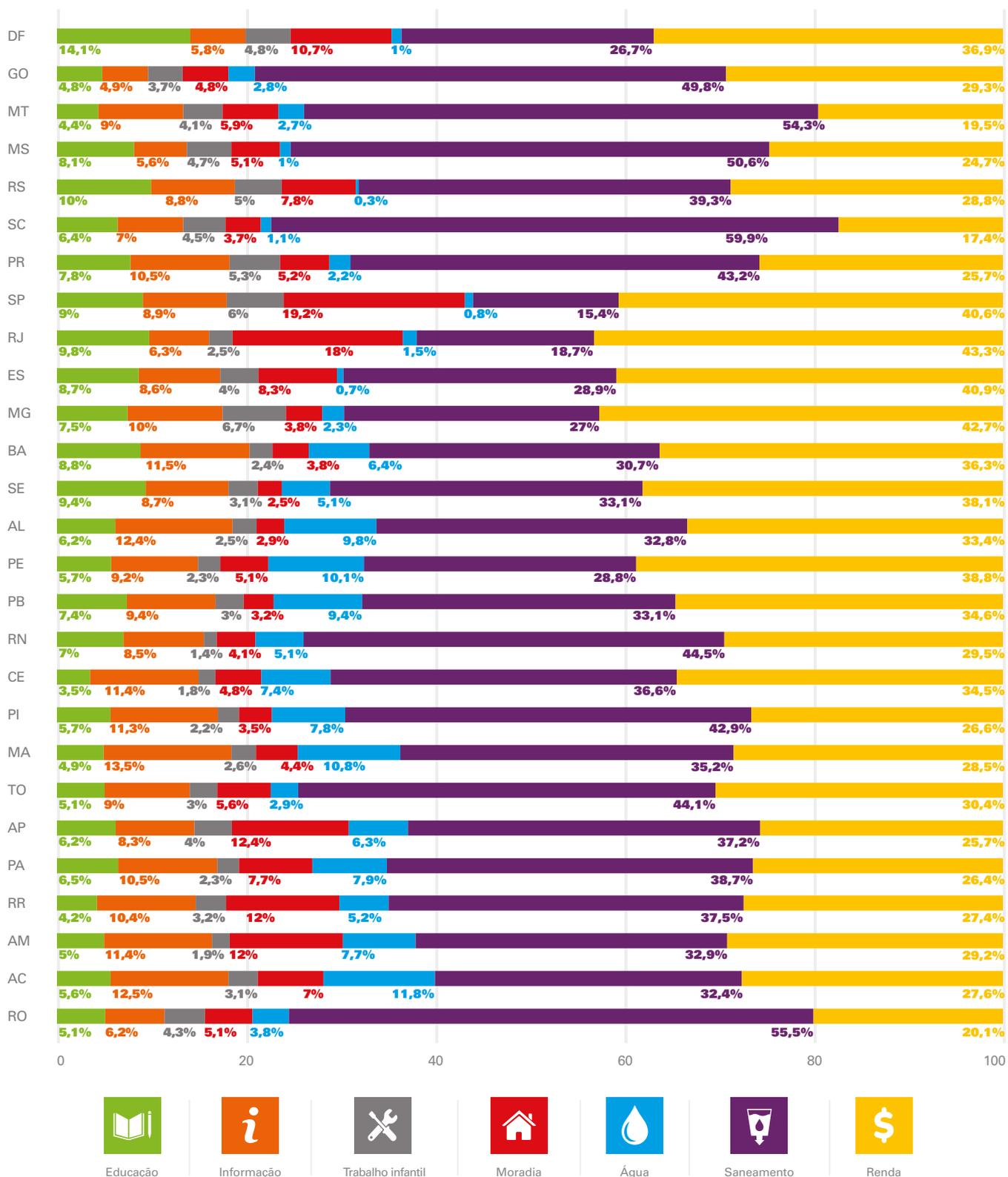
## Percentual de crianças e adolescentes de até 17 anos com alguma privação (2019), por UFs e dimensão — Pnad Contínua

	Educação	Informação	Trabalho Infantil	Moradia	Água	Saneamento	Renda	Total*
DF	7,4%	3%	2,5%	5,6%	0,5%	14%	19,3%	36,7%
GO	4,6%	4,6%	3,5%	4,6%	2,7%	47,9%	28,1%	64,2%
MT	5,3%	11,1%	5%	7,3%	3,3%	67,1%	24,1%	77,3%
MS	8,2%	5,6%	4,7%	5,1%	1,1%	51%	24,9%	66,3%
RS	7,9%	7%	3,9%	6,1%	0,2%	31,2%	22,8%	53%
SC	4,8%	5,2%	3,3%	2,8%	0,8%	45,4%	13,2%	56%
PR	6,1%	8,2%	4,2%	4,1%	1,7%	34,1%	20,3%	52,5%
SP	5,1%	5%	3,4%	10,8%	0,4%	8,7%	22,9%	39,6%
RJ	7%	4,5%	1,8%	12,9%	1%	13,4%	31,2%	48%
ES	6,7%	6,6%	3,1%	6,4%	0,5%	22,3%	31,6%	51,2%
MG	5,5%	7,4%	4,9%	2,8%	1,7%	20%	31,6%	48,7%
BA	13,8%	18,1%	3,8%	6%	10%	48,2%	57%	77,8%
SE	13,9%	12,9%	4,6%	3,7%	7,5%	49,1%	56,5%	76,6%
AL	12,6%	25,3%	5,1%	6%	19,9%	67,1%	68,2%	90,3%
PE	8,7%	14%	3,5%	7,8%	15,4%	44%	59,3%	77,7%
PB	11,8%	14,9%	4,8%	5%	14,9%	52,9%	55,3%	78,5%
RN	12,2%	14,7%	2,3%	7%	8,8%	77,3%	51,2%	87,7%
CE	5,9%	19,4%	3,1%	8,2%	12,5%	62,2%	58,6%	83%
PI	12%	24%	4,7%	7,3%	16,4%	90,9%	56,3%	94%
MA	11,8%	32,4%	6,3%	10,6%	26%	84,7%	68,5%	94%
TO	7,7%	13,6%	4,5%	8,6%	4,4%	67,4%	46,4%	83,4%
AP	14,1%	18,8%	8,9%	28%	14,2%	84,4%	58,3%	94,7%
PA	14,2%	23%	5%	16,9%	17,2%	85%	58%	93,3%
RR	7,2%	17,7%	5,4%	20,3%	8,9%	63,8%	46,6%	81,2%
AM	10,8%	24,7%	4%	26%	16,7%	71,4%	63,4%	88,3%
AC	11,6%	25,7%	6,3%	14,3%	24,3%	66,8%	56,8%	83,4%
RO	8,1%	9,9%	6,8%	8%	6%	88,4%	31,9%	93,2%

\*Crianças e adolescentes com pelo menos uma privação.

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

## Decomposição das privações por dimensão (UFs), 2019 – Pnad Contínua



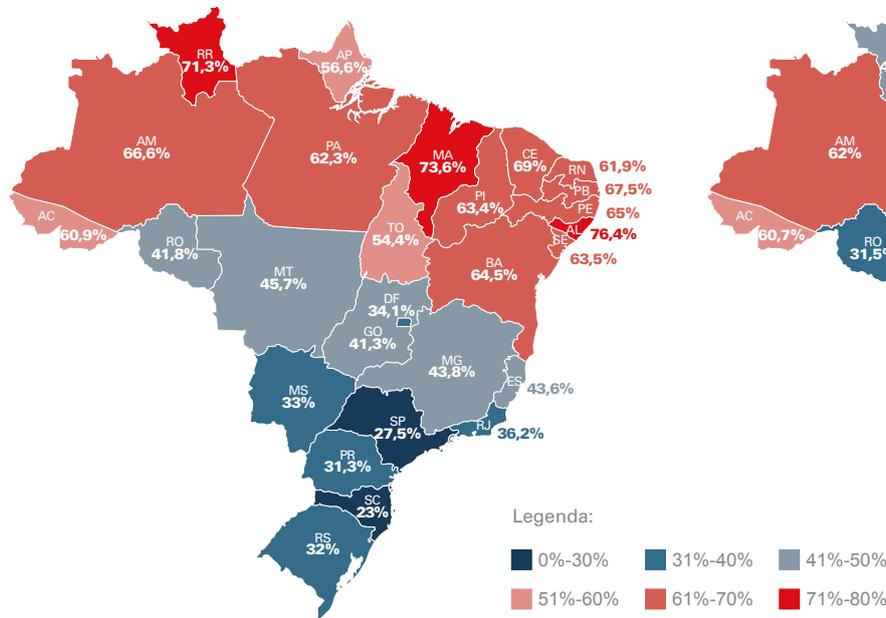
Nota: O gráfico é referente à proporção de privações por estado e não à proporção de crianças e adolescentes afetados(as) por cada uma das privações. Uma mesma criança ou adolescente pode ser afetado(a) por várias privações.

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

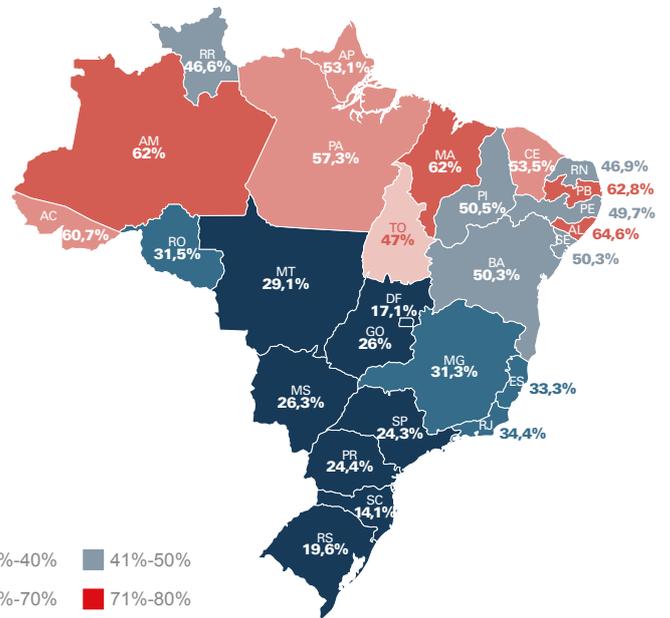


## Privação monetária em 2009 e 2018 – POF

● 2009



● 2018

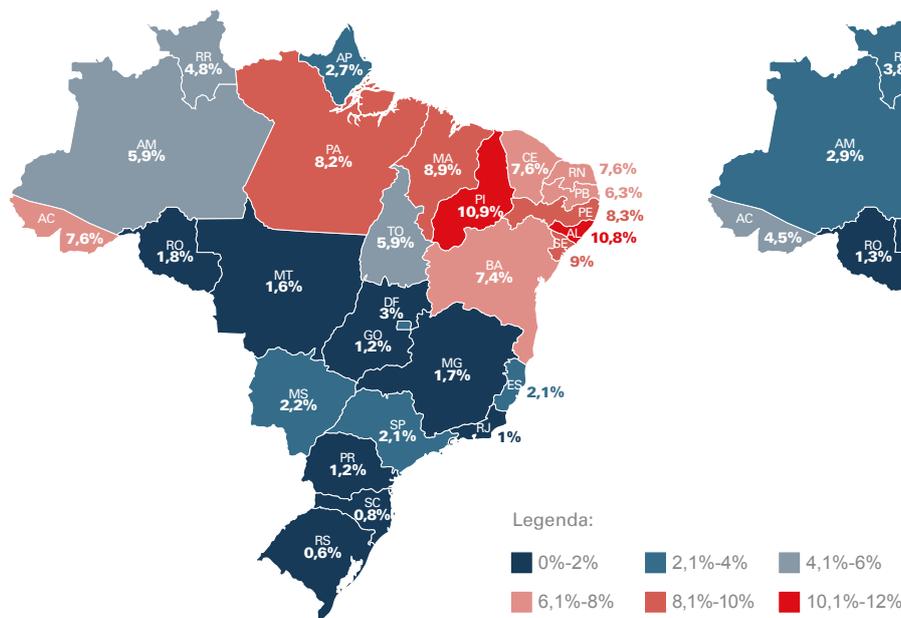


Nota: POF é a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE.

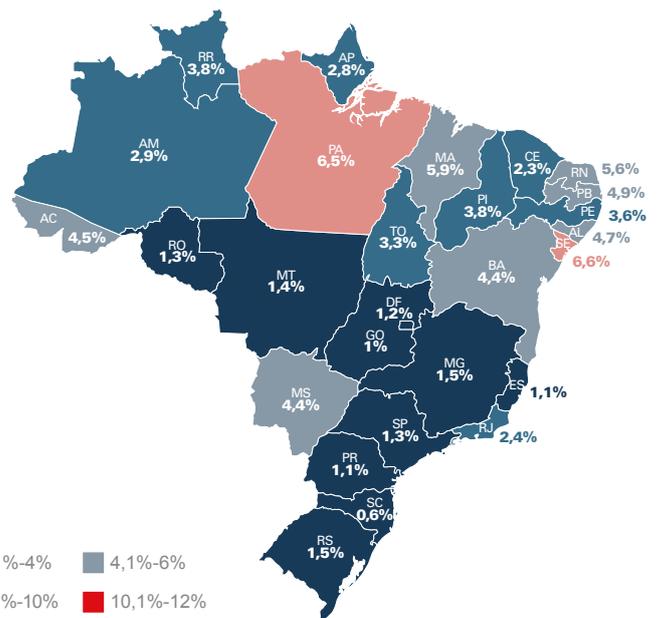
Fonte: Elaboração própria com POF.

## Analfabetismo em 2009 e 2018 – POF

● 2009



● 2018



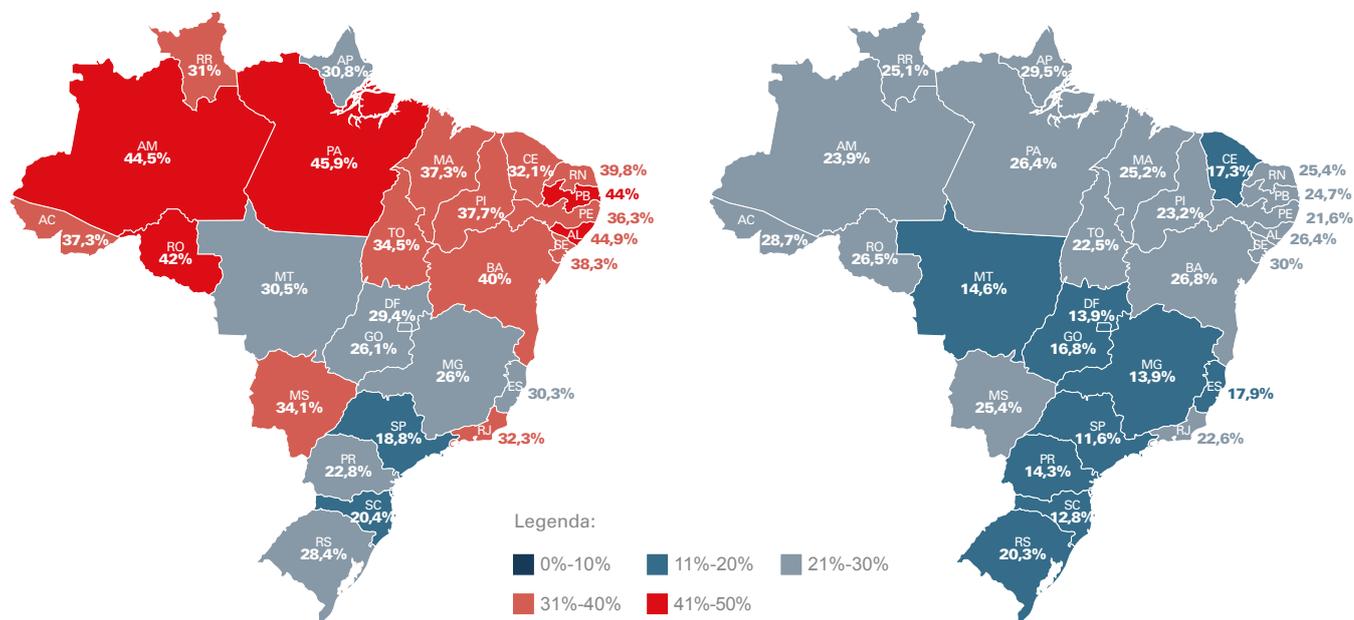
Nota: POF é a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE.

Fonte: Elaboração própria com POF.

## Privação de acesso à escola na idade certa em 2009 e 2018 – POF

● 2009

● 2018



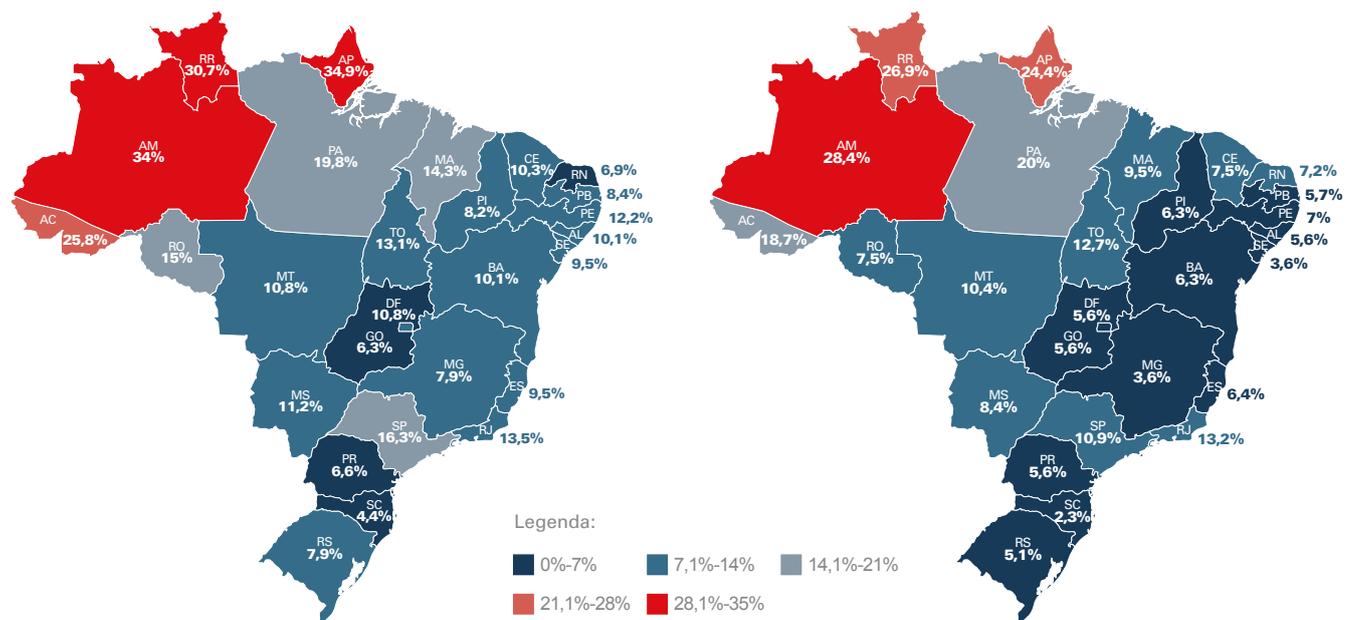
Nota: POF é a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE.

Fonte: Elaboração própria com POF.

## Privação de acesso a moradia adequada em 2009 e 2018 – POF

● 2009

● 2018



Nota: POF é a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE.

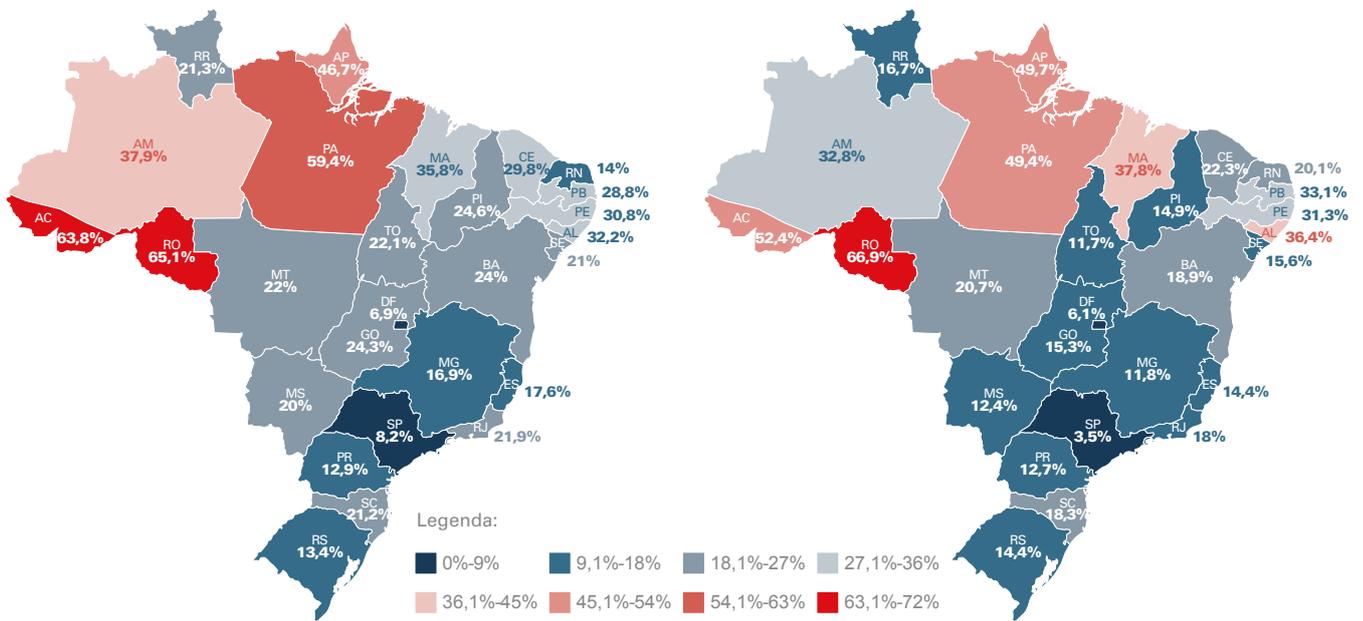
Fonte: Elaboração própria com POF.



### Privação de acesso à água em 2009 e 2018 — POF

● 2009

● 2018



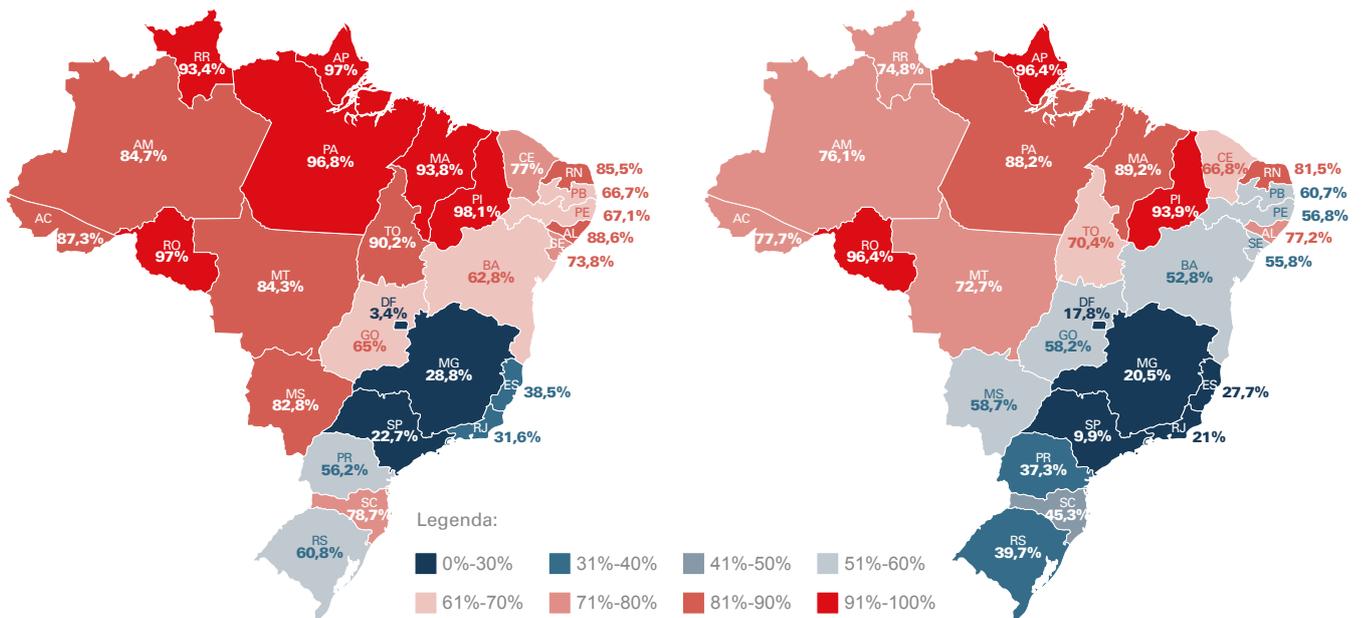
Nota: POF é a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE.

Fonte: Elaboração própria com POF.

### Privação de acesso a banheiro e rede de esgoto em 2009 e 2018 — POF

● 2009

● 2018



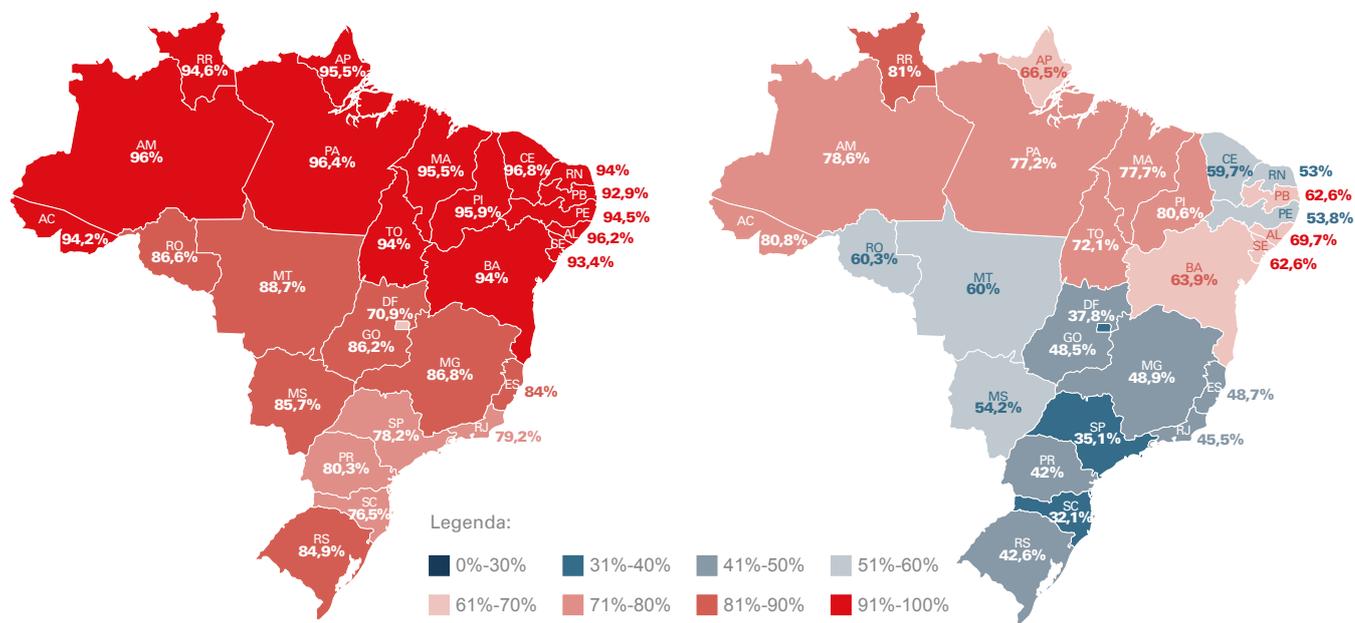
Nota: POF é a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE.

Fonte: Elaboração própria com POF.

## Privação de acesso a internet e televisão em 2009 e 2018 – POF

● 2009

● 2018



Nota: POF é a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE.

Fonte: Elaboração própria com POF.





© UNICEF/BRZ/Gabriela Portillo

A publicação *As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil* apresenta a íntegra do estudo inédito do UNICEF, cuja versão resumida foi lançada em fevereiro de 2023. Além de um mapeamento detalhado de cada uma das dimensões e de recomendações para o enfrentamento da pobreza multidimensional, o livro traz um retrato atual e humano das privações que afetam mais de 60% dos meninos e meninas do País, com base nos resultados do estudo e em entrevistas de 109 especialistas nacionais e estrangeiros, pais, mães, crianças e adolescentes.

Mudar esse cenário é parte da Agenda 2030, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, e precisa estar na pauta de governos, empresas e sociedade civil.